



Relatório da
Administração

9M25



Relatório da Administração | 9M25



9M25

Lucro Líquido

R\$ 12,8 bilhões

Resultado da Intermediação Financeira

R\$ 29,7 bilhões

Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

R\$ 47,1 bilhões

Receita de Prestação de Serviços

R\$ 26,0 bilhões

Despesas Administrativas e de Pessoal

R\$ 30,8 bilhões

Índice de Basileia

14,81 %

Índice de Capital Principal

11,16 %

Em setembro/25, nossos ativos alcançaram R\$ 2,5 trilhões, a carteira de crédito superou R\$ 1,2 trilhão, com crescimento em todos os segmentos, enquanto os recursos de clientes totalizaram R\$ 891,3 bilhões.

O resultado da intermediação financeira foi influenciado pelo aumento das despesas de captação dado o maior volume de depósitos e pelo aumento da Taxa Média Selic e da Taxa Referência, parcialmente compensado pelo crescimento da carteira de crédito e do resultado com títulos que beneficiaram as receitas.

Influenciadas pela nova dinâmica de constituição a partir da adoção da Resolução 4.966/21, as perdas esperadas refletiram, principalmente, o aumento da inadimplência nas operações com produtores rurais.

Diante desse cenário, agimos com transparência e implementamos medidas efetivas de enfrentamento, respondendo de forma rápida e decisiva. Revisamos fluxos de cobrança, priorizamos desembolsos conforme a matriz de resiliência e ampliamos concessões em linhas com mitigadores e fundos garantidores.

Também estruturamos o lançamento do BB Regulariza Agro, conforme MP 1.314/2025, com soluções para liquidar, renegociar ou alongar dívidas de custeio, investimento e CPRs.

Avançamos no Crédito do Trabalhador, oportunidade para diversificar o mix da carteira com melhor relação risco-retorno.

Reforçamos ainda a diversificação de receitas de prestação de serviços, com destaque para as linhas de administração de fundos, consórcios e comissões de seguros, previdência e capitalização, demonstrando a sinergia e complementariedade junto às empresas do nosso conglomerado.

As Despesas Administrativas, por sua vez, apresentaram crescimento coerente com a operação, alinhado a elevação dos salários dos funcionários e com os investimentos em tecnologia.

Com isso, o lucro líquido dos nove meses de 2025 foi de R\$ 12,8 bilhões e o valor adicionado foi de R\$ 39,7 bilhões, considerando impostos, salários, dividendos e demais componentes.

O ano de 2025 é um ano de ajustes, marcado pela resiliência do nosso balanço diante de desafios. Atuamos com responsabilidade para controlar a inadimplência, gerar novos negócios e diversificar receitas, preparando o Banco do Brasil para um novo ciclo de crescimento.



Principais destaques do período

Crédito do trabalhador

Nossa carteira de crédito consignado privado do Crédito ao Trabalhador alcançou a marca de R\$ 9,2 bilhões, com mais de 1,0 milhão de operações desde seu lançamento em março deste ano.

BB no Ranking Bacen de Reclamações

Completamos 13 trimestres consecutivos na melhor posição entre os cinco principais bancos dos conglomerados financeiros, reforçando o compromisso com a excelência no relacionamento com os clientes.

Reposicionamento segmento Estilo

A iniciativa reforça o nosso compromisso com a excelência no relacionamento bancário e com a inclusão de experiências personalizadas na jornada dos clientes, bem como um novo posicionamento da marca. Com a estratégia renovada do segmento, projetamos um salto de desempenho para os próximos cinco anos, com expectativa de ampliar a base de clientes em 25%, garantindo o crescimento sustentável da receita e rentabilidade. A estratégia para o novo posicionamento prevê entregas até o final de 2025, com destaque para a Casa Estilo, um novo conceito de ambiência para acolher o o cliente em momentos cotidianos e decisivos, com inauguração da primeira prevista em Belém.

Pix com Imagem

Ampliamos as opções de Pix no Whatsapp. A novidade, que usa inteligência artificial, permite que os clientes BB possam realizar pagamentos via Pix a partir da leitura de uma imagem enviada para o WhatsApp do Banco, como uma foto em um

papel com a chave Pix e até mesmo o valor anotados.

BB Cash desde os primeiros passos

Ampliamos o público-alvo da conta BB Cash, nossa porta de entrada para o relacionamento com o público jovem, incluindo clientes de 0 a 7 anos. O produto oferece uma alternativa alinhada às necessidades das famílias que desejam acompanhar a educação financeira dos filhos desde cedo.

Acordo de Cooperação com a ONU para a Alimentação e a Agricultura (FAO)

Firmamos acordo de cooperação com a FAO para promover inclusão social e financeira, crédito sustentável e desenvolvimento rural na América Latina e Caribe. A iniciativa reforça nosso compromisso com investimentos sustentáveis, desenvolvimento econômico e a transição para uma economia de baixo carbono, alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e ao Acordo de Paris.

Transformação Digital PJ

Avançamos na transformação digital com o lançamento da Agência Digital PJ, modelo 100% remoto para micro e pequenas empresas. Nesse modelo, o cliente é atendido por um gerente de relacionamento especializado, que atua de forma proativa e personalizada. Também ampliamos o atendimento assistido PJ. Agora esses clientes passam a contar com um atendimento realizado por equipes especializadas da central de relacionamento, com contato via chat no aplicativo BB ou telefone. Destacamos que todos os clientes continuam recebendo atendimento humano, seja nas agências ou na central de relacionamento.



Acionistas

Contamos com uma base de 1,6 milhão de acionistas, sendo 99,1% de pessoas físicas locais. Ao final de setembro, nossa composição acionária estava distribuída entre 50% de ações em poder da União Federal, 49,6% em free float e 0,4% em tesouraria. Do total de ações, 76,7% são detidas por investidores locais e 23,3% por investidores residentes no exterior. Nossas ações (BBAS3) representaram 2,85% do Ibovespa no último quadrimestre. No último pregão do mês de setembro, as BBAS3 estavam cotadas a R\$ 22,09.

Em setembro, realizamos o BB Investor Day, em Nova Iorque, compartilhando resultados, estratégias e perspectivas com o mercado. O evento híbrido contou com a presença de investidores institucionais, analistas, representantes de bancos de relacionamento e agências de *rating*, e foi transmitido ao vivo pelo canal do BB no YouTube.

Estratégia e Governança Corporativa

A Estratégia Corporativa (ECBB) é o documento que traduz a essência da nossa empresa, nossa visão de futuro e onde queremos chegar. Ela é resultado das escolhas e renúncias que fazemos para posicionar estrategicamente o BB frente aos cenários e desafios do mercado. A partir desse posicionamento, avaliamos nossas capacidades e necessidades e definimos nossa atuação por meio de um processo estruturado, participativo e com uso de metodologias consolidadas.

Apesar do horizonte temporal da ECBB ser de cinco anos, ela é revisada anualmente. Na última revisão, para o ciclo de 2025-2029, ratificamos nosso propósito e nossos valores e reforçamos nosso compromisso de gerar valor para nossos clientes, acionistas e para a sociedade, com foco na responsabilidade socioambiental, na transformação digital e na inovação.

O nosso Jeito BB é único, é o que nos move e orienta, e está presente em cada um dos nossos funcionários e colaboradores, que possibilitam atingirmos nossos objetivos. Por isso, promover o aprendizado contínuo e um ambiente cada vez mais seguro e inclusivo faz parte de nossa cultura.

A Governança Corporativa permite que o Banco seja dirigido e monitorado, com vistas à proteção dos

direitos de todas as partes interessadas e à geração de valor sustentável. Desde 2006, estamos listados no Novo Mercado da B3, segmento com o mais elevado padrão de governança corporativa.

Nossa estrutura de governança é composta pela Assembleia Geral de Acionistas; pelo Conselho de Administração (CA) e seus comitês de assessoramento – Comitê de Auditoria (Coaud); Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (Corem); Comitê de Riscos e de Capital (Coris), Comitê de Tecnologia e Inovação (Cotei) e Comitê de Sustentabilidade Empresarial (Cosem); pela Diretoria Executiva; e pelo Conselho Fiscal (CF).

O CA, órgão que fixa a orientação geral dos negócios do Banco do Brasil e de suas subsidiárias e controladas, possui no mínimo 30% de membros independentes, observadas as disposições do art. 18, §7º do Estatuto Social do BB, o disposto na legislação e no Regulamento do Novo Mercado da B3.



Tecnologia que Transforma

Somos um banco tecnológico e digital: nove em cada 10 transações realizadas pelos nossos clientes são digitais.

Estamos acelerando ainda mais a transformação digital expandindo a metodologia ágil para toda a organização. O Movimento de Aceleração Digital (MAD), que hoje abrange cerca de 2 mil funcionários, passará a contar com mais de 10 mil colaboradores, em todas as unidades estratégicas do Banco, até o final de 2026. Ao unir tecnologia e negócio em torno de uma visão comum, o banco se torna mais leve, adaptável e preparado para surpreender, encantar e entregar valor real no tempo do cliente. Mais do que implementando novas tecnologias, estamos promovendo um novo jeito de trabalhar.

Investimos fortemente em tecnologia. Nos nove primeiros meses de 2025, foram aplicados R\$ 5,2 bilhões para impulsionar o crescimento orgânico e garantir a continuidade dos serviços, sempre com foco em inovação, agilidade, flexibilidade e confiabilidade nas soluções de TI.

Intensificamos o uso de canais digitais para facilitar a comunicação com clientes e antecipar soluções. Lançamos o Conecta Fácil BB que permite que, durante o atendimento presencial ou remoto, o cliente receba documentos como boletos, faturas e acordos de dívidas diretamente no Whatsapp. Também construímos uma nova Central de Renegociações no App BB que apresentou resultado imediato de intenções: incremento de 79% no volume das propostas e de 65% na quantidade de operações iniciadas no aplicativo.

Seguimos entre os líderes em satisfação, com notas de 4,7 no Google Play e 4,8 na Apple Store. Temos 28,5 milhões de usuários ativos nos apps BB PF e PJ.

Reafirmamos nossa liderança em soluções analíticas e inteligência artificial, num ecossistema de dados robusto, voltado para resultados e para a melhoria contínua da jornada do cliente. Atualmente, temos mais de 1600 soluções analíticas catalogadas (sendo mais de 800 modelos de IA) que fortalecem a tomada de decisão, aprimoram a experiência do cliente e impulsionam a eficiência operacional.

Atingimos 3,7 milhões de clientes únicos com consentimento ativo no compartilhamento de dados via Open Finance, o que representa um crescimento de 73% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse avanço reforça não apenas a eficácia da estratégia de ativação, mas também a capacidade do Banco do Brasil de tangibilizar o valor do Open Finance para seus clientes. Um dos destaques da nossa estratégia é o engajamento dos clientes com a nova Central Open Finance do app, que transforma informações em benefícios claros. A funcionalidade mostra os ganhos do compartilhamento de dados, reforçando o valor para o cliente. Desde o lançamento, a Central já teve mais de 680 mil acessos.

Realizamos também a 4ª edição do BB Digital Week. Com o tema “Tecnologia *made in* Brasil”, o evento gratuito atraiu mais de 26 mil participantes em 3 dias, em Brasília/DF. Foram mais de 280 palestras e 700 conteudistas – entre funcionários e parceiros do BB – distribuídas em 13 trilhas de conhecimento, compartilhando com sociedade e instituições de ensino que há de melhor na tecnologia do Banco do Brasil e do mundo. Todas essas iniciativas reforçam o nosso compromisso com a eficiência e a inovação, nos dedicando a oferecer aos clientes uma experiência digital superior, sustentada por soluções tecnológicas vanguardistas e seguras.



Agenda ASG (Ambiental, Social e de Governança)

Somos referência em práticas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), com ações de gerenciamento de riscos e oportunidades. Nosso Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB, alinhado aos ODS da ONU e ao Acordo de Paris, é nosso principal instrumento, incluindo 47 ações e 100 indicadores para 2023–2025. Além disso, os Compromissos BB 2030 para um Mundo +Sustentável estabelecem objetivos em quatro frentes de atuação: crédito sustentável, investimento responsável, gestão ASG e climática, visando gerar impactos positivos na cadeia de valor.

Captações Sustentáveis

Alcançamos R\$ 40 bilhões em captações destinadas a investimentos em iniciativas ASG. Os recursos foram obtidos por meio da emissão de Bonds com perfil ASG e de operações com instituições multilaterais, bancos de investimento e bancos comerciais internacionais.

De janeiro a setembro, foram R\$ 6,7 bilhões em novas captações. Entre os destaques estão: captação com o banco italiano CDP de € 250 milhões, a segunda captação com garantia da MIGA de US\$ 350 milhões e uma nova operação de *repurchase agreement* sustentável, denominada "Eco Invest Green Repo" com o Credit Agricole, US\$ 90 milhões. Esses recursos irão financiar projetos de biocombustíveis, energia limpa, micro e pequenas empresas e impulsionar operações do programa Ecoinvest.

Com relação ao programa Ecoinvest, estamos desembolsando novas operações referentes ao primeiro leilão, que irá gerar R\$ 4,8 bilhões em operações sustentáveis.

Fomos habilitados no segundo leilão do programa, voltado à recuperação de terras degradadas. A captação proporcionará R\$ 4,2 bilhões que irão gerar investimentos de até R\$ 6,8 bilhões. Estes recursos impulsionarão a recuperação produtiva de pelo menos 275 mil hectares, o equivalente a cerca de 20% da meta do programa.

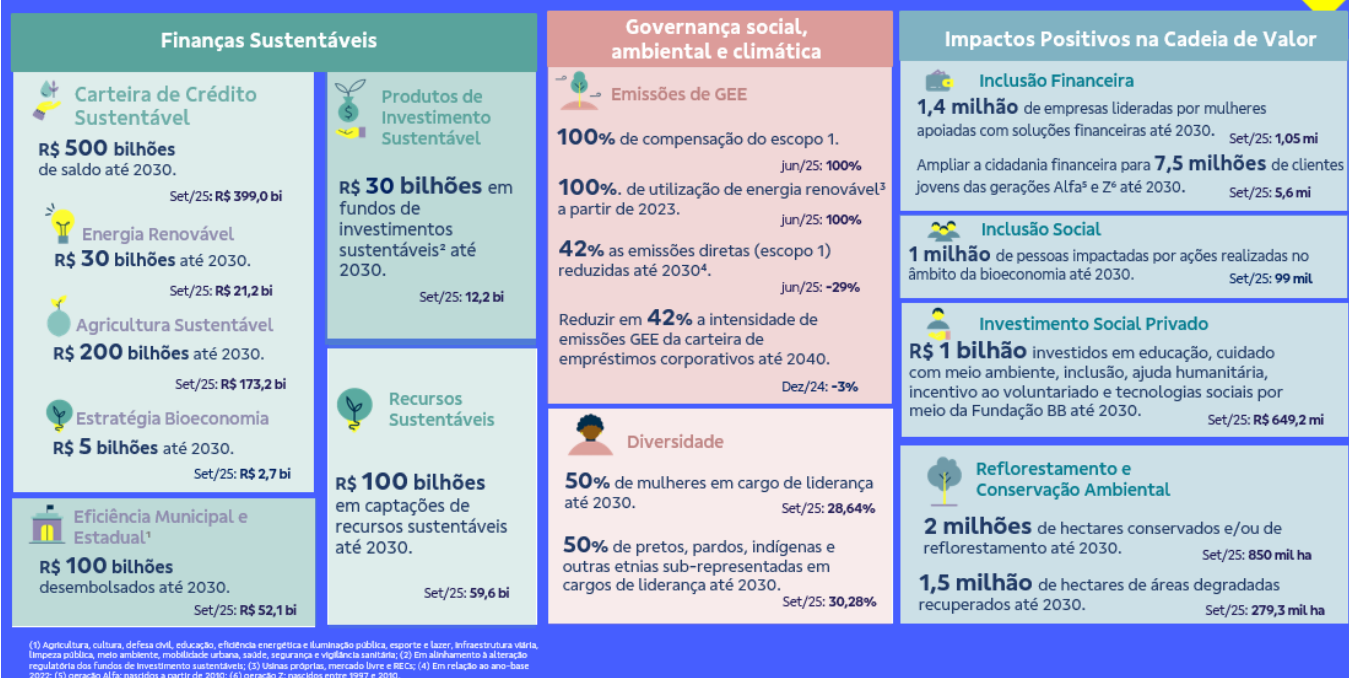
Bioeconomia e Cadeia de Valor

Temos contribuído com o desenvolvimento da biodiversidade no país, disponibilizando recursos financeiros, atendimento especializado, linhas de crédito com condições atrativas e serviços de consultoria financeira para auxiliar agricultores familiares, associações e cooperativas que atuam com Bioeconomia. Nossa abordagem envolve escuta ativa e atendimento personalizado, com forças-tarefas dedicadas a levar serviços bancários a regiões remotas. Combinamos tecnologia e tradição para superar barreiras logísticas e culturais.

Com essa atuação, o Banco se consolidou como um dos principais financiadores de produtos florestais e biodiversidade, com R\$ 2 bilhões destinados a projetos de bioeconomia na Amazônia legal, impactando positivamente mais de 62 mil pessoas.



Compromissos BB 2030 para um Mundo + Sustentável



Negócios Sustentáveis

Em setembro/25, o saldo da carteira de crédito sustentável atingiu R\$ 399 bilhões, crescimento de 8% em 12 meses, refletindo nosso compromisso com a transição para uma economia mais sustentável. Os recursos foram destinados a setores com impacto socioambiental positivo, como energias renováveis, agricultura sustentável, saúde e educação.

A Carteira de Crédito Sustentável é submetida a uma avaliação independente, baseada em taxonomias ASG nacionais e internacionais. A metodologia é revisada continuamente para incorporar as melhores práticas e incluir novos produtos com atributos ASG.

Mercado de Carbono

Reforçamos a nossa atuação no mercado voluntário de carbono, apoiando clientes na criação de projetos com alta adicionalidade ambiental, inventários de emissões de GEE, planos de descarbonização e oferta de créditos de carbono para compensação de emissões não mitigadas. Também promovemos a intermediação entre compradores e vendedores de créditos e oferecemos linhas específicas para projetos de energia renovável e eficiência energética.



Até setembro de 2025, o Banco apoiou a preservação ou reflorestamento de mais de 850 mil hectares por meio de projetos de carbono e operações de crédito. Os projetos de conservação florestal (REDD+) aliam preservação ambiental à geração de renda.




Diversidade, Equidade e Inclusão

Continuamos engajados com a Diversidade. Atualmente, as mulheres representam 44% do Conselho Diretor (CD) e 50% do Conselho de Administração (CA). Além disso, dois membros se autodeclararam negros no CD e um no CA. Dois membros do CD e um do CA se autodeclararam pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+. Por fim, o CA também inclui um membro autodeclarado como pessoa com deficiência (PCD).



Abaixo mostramos a evolução da quantidade de mulheres que ocupam cargos na Administração do BB:


	set/24		set/25	
	Quantidade de mulheres		Quantidade de mulheres	
Total Estatutários	9	29%	8	25%
Presidente	1	100%	1	100%
Vice-Presidente	3	38%	3	38%
Diretor	5	23%	4	17%

 = Percentual de mulheres por nível hierárquico

Possuímos um dos quadros de funcionários mais diversos do mercado, chancelado pela B3, por meio do iDiversa. Não fazemos distinção de gênero na remuneração. O salário-base para ingresso, as verbas vinculadas ao exercício de funções e as verbas pessoais são definidos e calculados sem qualquer diferenciação entre homens e mulheres.

No quadro a seguir, pode-se observar a quantidade e proporção de mulheres em cada nível hierárquico no BB.

	set/24		set/25	
	Quantidade de mulheres		Quantidade de mulheres	
Total Banco	35.571	41%	34.938	41%
Operacional	18.879	45%	17.899	45%
Gerencial	11.712	37%	11.354	37%
Assessoria	4.293	35%	4.302	34%
Técnico	667	53%	715	54%
Especialista ¹	20	12%	668	37%

 = Percentual de mulheres por nível hierárquico

¹ Em janeiro/25, o cargo de Supervisor de Atendimento nas agências do Varejo foi convertido em Especialista de Atendimento

Em julho, participamos mais uma vez do Festival Pacto das Pretas, dessa vez como patrocinador do evento. O festival é uma iniciativa do Pacto de Promoção da Equidade Racial que coloca as vozes das mulheres negras no centro do debate sobre soluções para os desafios enfrentados no mercado de trabalho, mobilizando lideranças empresariais no combate ao racismo e ao sexismo.

Em agosto, na reunião pelo Pacto das Estatais pela Diversidade, reunimo-nos com representantes de estatais para apresentar nossos avanços, desafios e estratégias na promoção da acessibilidade física em nossas dependências, destacando o papel das áreas técnicas na transformação dos espaços corporativos em ambientes mais inclusivos.

Em setembro, participamos do *Pink Economy Experience*, um ecossistema inovador que conecta a comunidade LGBTQIAPN+ ao mercado e à economia criativa. O evento celebra a diversidade, a força, criatividade e protagonismo da comunidade e promove o empreendedorismo, a inclusão e os direitos humanos.



Principais Prêmios e Reconhecimentos

Março

Fomos duplamente premiados no **Agile Trends 2025**, um dos maiores eventos de agilidade e inovação do país. Os dois cases reconhecidos demonstram avanços significativos em automação, cultura ágil e transformação digital: Agiliza – Portal de automação e Self-Healing; Movimento Aceleração Digital – Criação e implementação de Framework ágil em um banco de 216 anos.

Fomos reconhecidos em três categorias no **Prêmio IA em Finanças 2025**, promovido pela revista Global Finance, que destaca as instituições financeiras mais inovadoras no uso de inteligência artificial, as categorias:

- CONSUMER BANKING: Best Banks By Country – Brazil;
- CORPORATE BANKING: Best Banks By Country – Brazil;
- CORPORATE BANKING: Best Banks By Region – Latin America.

Fomos reconhecidos na categoria **Inovação do prêmio 100+ Inovadoras no Uso de TI 2025**, promovido pelo IT Forum, com o case Pix por Aproximação

Fomos um dos vencedores do **Celent Model Bank Award 2025**, recebendo destaque na categoria "AI Innovation for Small Business" pelo uso de Inteligência Artificial Generativa para oferecer insights personalizados de conta a micro e pequenas empresas, por meio da ARI – Área de Recomendações Inteligentes. A premiação se soma a outras duas: Global Finance – The Innovators (América Latina) e AI in Finance Awards nas categorias Enhanced Customer Experience e Personalized Financial Advice. O BB Private foi reconhecido como **o melhor private bank do País para sustentabilidade**, na premiação **Euromoney Private Banking Awards 2025**, organizado pelo

conceituado veículo especializado Euromoney. Trata-se de mais um reconhecimento inédito para o BB Private, materializando nosso compromisso com ações que fortaleçam a sustentabilidade em nossos negócios.

Abril

Recebemos o prêmio de **Melhor Instituição Pública** do ano, durante o II Fórum de PPPs Sociais, pelo Centro de pesquisa PSP Hub – Infrastructure and Urbanism Studies e Hiria Nurnbergmesse Business. A premiação consagra o protagonismo do BB no fortalecimento do ecossistema de Parcerias Público-Privadas (PPPs) e concessões.

Maio

No **Prêmio Reconhecimento BNDES 2025**, fomos reconhecidos nas categorias "Finame 60 anos" e "Destaque Empresarial" pelo desempenho no desembolso de linhas de crédito com recursos do banco de desenvolvimento. O evento reuniu os principais agentes financeiros do país.

Pelo segundo ano consecutivo, tivemos reconhecimento pela atuação da diretora jurídica Lucinéia Possar, vencedora do The Latin American Lawyer Women Awards, na categoria In House Counsel of the Year Banking & Finance (Advogada Interna do Ano em Bancos & Finanças).

Junho

Recebemos a 11ª conquista no **Prêmio Broadcast Analistas**, reafirmando sua posição de destaque no mercado financeiro.

Setembro

Fomos premiados com dois ouros e um bronze no **Stevie Awards 2025**, uma das principais premiações globais voltadas à inovação em serviços. Os reconhecimentos envolvem iniciativas



que melhoram a experiência dos clientes e valorizam o trabalho das equipes de atendimento. Na categoria Excelência em Acessibilidade, recebemos o ouro pelo case “App BB – Inclusão Digital”. A funcionalidade de aumento de fonte e

ampliação das áreas de toque no aplicativo já está ativa para mais de 1 milhão de clientes. Já o case “SAC BB – Pessoas cuidando de Pessoas” também recebeu ouro, na categoria Melhor Inovação em Práticas de Gestão.

Auditoria Independente

O BB segue rigorosamente todas as legislações e regulamentações aplicáveis à auditoria independente, assegurando transparência e conformidade nos processos. A KPMG Auditores Independentes Ltda. é a empresa contratada para prestação de serviços de auditoria externa sobre as demonstrações financeiras.

Com relação aos serviços de não auditoria prestados por ela no âmbito do BB, não representam conflito de interesse tampouco, comprometem sua independência na execução dos trabalhos. As informações sobre os honorários dos serviços de não auditoria são divulgadas anualmente em nosso Formulário de Referência, em conformidade com a Resolução CVM 162/2022.

Esclarecimentos Adicionais

Possuímos R\$ 1,2 bilhão (consolidado) de créditos tributários não ativados, apresentados na nota explicativa 22 – Tributos (subitem “f”). Em cumprimento ao artigo 243 da Lei 6.404/1976, informamos que os investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas estão relacionados nas notas explicativas 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e 14 – Investimentos.

Publicamos anualmente os investimentos realizados em políticas públicas em nossa Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, disponível no site ri.bb.com.br.

O Banco do Brasil, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem da B3, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

Esse Relatório da Administração foi preparado com base nas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas elaboradas no Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif). Para mais informações, o Formulário de Referência, o relatório de Análise do Desempenho e a Apresentação Institucional estão disponíveis no site ri.bb.com.br.

Agradecimentos

Agradecemos profundamente a todos os nossos funcionários que demonstram todos os dias comprometimento, dedicação e capacidade de inovar. Seu empenho em se adaptar, criar e aprimorar soluções e manter o foco no relacionamento de excelência com nossos clientes é essencial para o atingimento do nosso propósito. Estendemos também nosso agradecimento aos clientes e acionistas, cuja confiança é fundamental. Reforçamos nosso compromisso com a geração de valor de forma sustentável, equilibrando resultados consistentes com responsabilidade social, ambiental e ética em todas as nossas ações.

Demonstrações Contábeis

30 de setembro de 2025



BANCO DO BRASIL



Índice

Demonstrações Contábeis

Balanço patrimonial.....	3
Demonstração do resultado	4
Demonstração do resultado abrangente	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Demonstração do valor adicionado.....	9

Notas Explicativas

1 – O Banco e suas operações	10
2 – Apresentação das demonstrações contábeis	11
3 – Resumo das principais práticas contábeis.....	18
4 – Principais julgamentos e estimativas contábeis	31
5 – Aquisições, vendas e reestruturações societárias	34
6 – Informações por segmento	35
7 – Caixa e equivalentes de caixa	38
8 – Depósitos no Banco Central do Brasil.....	39
9 – Aplicações interfinanceiras de liquidez	40
10 – Títulos e valores mobiliários.....	41
11 – Instrumentos financeiros derivativos	47
12 – Carteira de crédito	54
13 – Outros ativos.....	69
14 – Investimento	71
15 – Imobilizado.....	75
16 – Intangível.....	76
17 – Recursos de clientes	78
18 – Recursos de instituições financeiras	81
19 – Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários.....	84
20 – Outros passivos	87
21 – Provisões e passivos contingentes	90
22 – Tributos.....	94
23 – Patrimônio líquido.....	97
24 – Receitas de prestação de serviços.....	102
25 – Despesas Administrativas	103
26 – Outras receitas e outras despesas.....	104
27 – Partes relacionadas	105
28 – Benefícios a empregados.....	108
29 – Valor justo dos instrumentos financeiros	117
30 – Gerenciamento de riscos e de capital	122
31 – Transferência de ativos financeiros	136
32 – Resultado recorrente e não recorrente	137
33 – Ativos e passivos circulantes e não circulantes.....	138
34 – Outras informações.....	139
35 – Eventos subsequentes	141
Relatório do auditor independente	142
Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras.....	144
Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes	145
Membros da Administração	146



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Balanco patrimonial

	Nota	Banco Múltiplo 30/09/2025	Consolidado 30/09/2025
Ativo			
Disponibilidades	7	21.781.400	23.732.657
Ativos financeiros		2.377.528.103	2.433.736.474
Depósitos no Banco Central do Brasil	8	120.538.285	120.538.285
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9	351.092.564	354.960.750
Títulos e valores mobiliários	10.a	639.853.908	662.337.257
Instrumentos financeiros derivativos	11	9.665.420	9.671.952
Carteira de crédito	12	1.192.043.051	1.214.344.880
Outros ativos financeiros	13	64.334.875	71.883.350
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(99.443.175)	(100.885.054)
Carteira de crédito	12	(94.806.179)	(95.446.711)
Demais ativos financeiros	9, 10, 13	(4.636.996)	(5.438.343)
Ativos fiscais		92.773.309	97.422.968
Correntes		11.199.256	13.356.340
Diferidos (créditos tributários)	22	81.574.053	84.066.628
Investimentos		44.945.666	19.911.482
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14	44.838.484	19.776.642
Outros investimentos		141.835	141.835
Perdas por redução ao valor recuperável		(34.653)	(6.995)
Imobilizado	15	14.771.236	15.279.167
Imobilizações de uso		27.002.734	27.591.572
Direito de uso		2.557.662	2.845.446
Depreciação acumulada		(14.774.488)	(15.127.464)
Perdas por redução ao valor recuperável		(14.672)	(30.387)
Intangível	16	11.787.354	11.869.587
Ativos intangíveis		21.809.564	22.388.301
Amortização acumulada		(9.983.946)	(10.450.559)
Perdas por redução ao valor recuperável		(38.264)	(68.155)
Outros ativos não financeiros	13	35.174.051	37.650.757
Total do ativo		2.499.317.944	2.538.718.038
Passivo			
Passivos financeiros		2.229.093.143	2.243.658.277
Recursos de clientes	17	854.425.903	891.321.616
Recursos de instituições financeiras	18	819.488.554	795.250.103
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	19	363.252.379	367.888.435
Instrumentos financeiros derivativos	11	8.857.928	8.894.539
Outros passivos financeiros	20	183.068.379	180.303.584
Provisões		34.024.697	35.305.846
Cíveis, fiscais e trabalhistas	21	27.870.793	28.291.655
Outras provisões		6.153.904	7.014.191
Passivos fiscais		14.215.662	19.341.798
Correntes		2.225.811	6.816.565
Diferidos	22	11.989.851	12.525.233
Outros passivos não financeiros	20	43.842.056	53.825.295
Total do passivo		2.321.175.558	2.352.131.216
Patrimônio líquido			
Capital	23.b	120.000.000	120.000.000
Instrumento elegível ao capital principal	23.c	--	4.100.000
Reservas de capital	23.d	1.416.070	1.417.065
Reservas de lucros	23.d	76.330.595	75.822.095
Outros resultados abrangentes	23.h	(22.379.781)	(22.379.781)
Ações em tesouraria	23.l	(257.260)	(258.255)
Lucros ou prejuízos acumulados		3.032.762	3.032.762
Participação dos não controladores	23.i	--	4.852.936
Total do patrimônio líquido	23	178.142.386	186.586.822
Total do passivo e patrimônio líquido		2.499.317.944	2.538.718.038

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração do resultado

	Nota	Banco Múltiplo	Consolidado
		01/01 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Receitas da intermediação financeira		211.942.558	220.689.527
Carteira de crédito	12.b	120.445.536	124.650.460
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9.b	28.727.129	28.753.453
Títulos e valores mobiliários	10.f	51.708.046	56.075.272
Instrumentos financeiros derivativos	11.e	(3.522.216)	(3.540.273)
Aplicações compulsórias	8.b	7.300.750	7.300.750
Outros ativos financeiros		7.283.313	7.449.865
Despesas da intermediação financeira		(141.630.261)	(143.866.155)
Recursos de instituições financeiras	18.d	(57.587.704)	(55.693.270)
Recursos de clientes	17.c	(51.427.254)	(55.049.336)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	19.d	(30.084.039)	(30.617.316)
Outras despesas de captação	20.b	(2.531.264)	(2.506.233)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(46.581.710)	(47.129.206)
Carteira de crédito	12.h	(46.664.168)	(47.092.987)
Garantias financeiras prestadas e outros compromissos		324.998	324.245
Demais ativos financeiros	9.b, 10.f, 13.c	(242.540)	(360.464)
Resultado da intermediação financeira		23.730.587	29.694.166
Outras receitas/despesas operacionais		(9.500.349)	(8.878.862)
Receitas de prestação de serviços	24	14.490.090	25.978.467
Despesas de pessoal	25.a	(18.025.204)	(19.767.108)
Outras despesas administrativas	25.b	(11.510.522)	(11.068.220)
Despesas tributárias	22.c	(4.614.056)	(6.628.715)
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14.a	12.180.955	5.871.674
Outras receitas/despesas	26	(2.021.612)	(3.264.960)
Provisões	21.b	(8.933.745)	(8.997.619)
Cíveis, fiscais e trabalhistas		(8.921.079)	(8.984.953)
Outras		(12.666)	(12.666)
Resultado operacional		5.296.493	11.817.685
Resultado não operacional		20.867	217.733
Resultado antes dos tributos e participações		5.317.360	12.035.418
Imposto de renda e contribuição Social	22	9.208.003	4.899.770
Participação de empregados e administradores no lucro		(1.613.246)	(1.626.576)
Participação dos não controladores	23.i	--	(2.472.957)
Lucro líquido		12.912.117	12.835.655
Lucro líquido atribuível aos acionistas			
Controladores		12.912.117	12.835.655
Não controladores		--	2.472.957
Lucro por ação	23.e		
Número médio ponderado de ações - básico e diluído		5.708.696.148	--
Lucro básico e diluído por ação (R\$)		2,26	--

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração do resultado abrangente

	Banco Múltiplo	Consolidado
	01/01 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Lucro Líquido atribuível aos acionistas controladores	12.912.117	12.835.655
Participação dos acionistas não controladores	--	2.472.957
Lucro líquido atribuível aos acionistas	12.912.117	15.308.612
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado		
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	4.017.762	3.684.090
Ganhos/(perdas) não realizados	6.959.705	6.758.153
(Ganhos)/perdas realizados – reclassificados para o resultado	(106.224)	(412.754)
Efeito tributário	(2.835.719)	(2.661.309)
Participação no resultado abrangente de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	(30.569)	315.682
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros ao VJORA	(102.764)	334.295
Ganhos/(perdas) não realizados sobre hedge de fluxo de caixa	(52.017)	(52.017)
Ganhos/(perdas) não realizados em outros resultados abrangentes	211.835	319.859
Efeito tributário	(87.623)	(286.455)
Hedge de investimento líquido no exterior	140.078	140.078
Ganhos/(perdas) não realizados	254.686	254.686
Efeito tributário	(114.608)	(114.608)
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	(2.050.535)	(2.529.648)
Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado		
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	157.081	134.666
Ganhos/(perdas) não realizados	284.468	241.528
Efeito tributário	(127.387)	(106.862)
Planos de benefício definido	(3.298.421)	(3.298.421)
Ganhos/(perdas) em remensurações relacionadas a planos de benefícios definidos	(6.225.875)	(6.225.875)
Efeito tributário	2.927.454	2.927.454
Outros resultados abrangentes líquidos de efeitos tributários	(1.064.604)	(1.553.553)
Resultado abrangente do período	11.847.513	13.755.059
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	11.847.513	11.771.051
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores	--	1.984.008

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Banco Múltiplo	Nota	Capital	Reservas de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
				Reserva legal	Reservas estatutárias				
Saldo em 31/12/2024		120.000.000	1.410.594	15.221.388	66.401.024	(21.892.443)	(262.046)	--	180.878.517
Adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021		--	--	--	--	577.266	--	(11.530.338)	(10.953.072)
Saldo em 01/01/2025		120.000.000	1.410.594	15.221.388	66.401.024	(21.315.177)	(262.046)	(11.530.338)	169.925.445
Ativos financeiros ao valor justo	23.h	--	--	--	--	3.960.912	--	--	3.960.912
Ajuste de avaliação patrimonial - plano de benefícios, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	(3.298.421)	--	--	(3.298.421)
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	(2.050.535)	--	--	(2.050.535)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	(28.609)	--	--	(28.609)
Hedge de Investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	140.078	--	--	140.078
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	(7.350)	--	--	(7.350)
Outros		--	--	--	--	219.321	--	46.628	265.949
Transações com pagamento baseado em ações		--	5.476	--	--	--	4.786	--	10.262
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	12.912.117	12.912.117
Destinações: - Reservas	23.d	--	--	494.213	(2.098.568)	--	--	1.604.355	--
- Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	(3.687.462)	--	--	--	(3.687.462)
Saldo em 30/09/2025		120.000.000	1.416.070	15.715.601	60.614.994	(22.379.781)	(257.260)	3.032.762	178.142.386
Mutações do período		--	5.476	494.213	(5.786.030)	(1.064.604)	4.786	14.563.100	8.216.941

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	Nota	Capital	Instrumento elegível ao capital principal	Reservas de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Lucros ou prejuízos acumulados	Participação dos não controladores	Total
					Reserva legal	Reservas estatutárias					
Saldos em 31/12/2024		120.000.000	5.100.000	1.412.071	15.221.388	65.994.017	(21.892.443)	(263.523)	--	4.501.238	190.072.748
Adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021		--	--	--	--	--	577.266	--	(11.530.338)	(87.858)	(11.040.930)
Saldos em 01/01/2025		120.000.000	5.100.000	1.412.071	15.221.388	65.994.017	(21.315.177)	(263.523)	(11.530.338)	4.413.380	179.031.818
Devolução parcial do instrumento elegível ao capital principal	23.c	--	(1.000.000)	--	--	--	--	--	--	--	(1.000.000)
Ativos financeiros ao valor justo	23.h	--	--	--	--	--	3.960.912	--	--	(117.725)	3.843.187
Ajuste de avaliação patrimonial - plano de benefícios, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	(3.298.421)	--	--	--	(3.298.421)
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	--	(2.050.535)	--	--	(479.113)	(2.529.648)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	--	(28.609)	--	--	--	(28.609)
Hedge de Investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	--	140.078	--	--	--	140.078
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	--	(7.350)	--	--	104	(7.246)
Outros		--	--	--	--	--	219.321	--	46.628	107.785	373.734
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	4.994	--	--	--	5.268	--	--	10.262
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	(231.798)	(231.798)
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	--	12.835.655	2.472.957	15.308.612
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	(25.031)	--	(25.031)
Resultado não realizado		--	--	--	--	(101.493)	--	--	101.493	--	--
Destinações: - Reservas	23.d	--	--	--	494.213	(2.098.568)	--	--	1.604.355	--	--
- Dividendos	23.f	--	--	--	--	--	--	--	--	(1.312.654)	(1.312.654)
- Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	--	(3.687.462)	--	--	--	--	(3.687.462)
Saldos em 30/09/2025		120.000.000	4.100.000	1.417.065	15.715.601	60.106.494	(22.379.781)	(258.255)	3.032.762	4.852.936	186.586.822
Mutações do período		--	(1.000.000)	4.994	494.213	(5.887.523)	(1.064.604)	5.268	14.563.100	439.556	7.555.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração dos fluxos de caixa

	Nota	Banco Múltiplo	Consolidado
		01/01 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações			
Lucro líquido		12.912.117	12.835.655
Ajustes ao lucro líquido		32.775.378	45.205.818
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		46.581.710	47.129.206
Depreciações e amortizações		3.389.366	3.500.472
(Ganho) Perda cambial na conversão de ativos e passivos em moeda estrangeira		(11.960.257)	(13.291.550)
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos		(86.609)	(86.609)
Resultado de participação em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14	(12.180.955)	(5.871.674)
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens		(112.241)	(109.540)
Despesas com provisões fiscais, cíveis e trabalhistas e outras provisões	21	8.933.745	8.997.619
Atualização de ativos/passivos atuariais e dos fundos de destinação do superávit	28.d.4/f	(2.580.913)	(2.580.913)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		8.658.380	9.771.143
Resultado dos não controladores		--	2.472.957
Imposto de Renda e Contribuição Social		(9.208.003)	(4.899.770)
Outros ajustes		1.341.155	174.477
Lucro líquido ajustado		45.687.495	58.041.473
Variações Patrimoniais		55.342.238	51.684.702
(Aumento) Redução em depósitos no Banco Central do Brasil		(2.840.698)	(2.840.698)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		24.411.511	21.770.003
(Aumento) Redução em ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		(4.255.695)	(7.478.220)
(Aumento) Redução em instrumentos financeiros derivativos		3.626.384	3.667.799
(Aumento) Redução na carteira de créditos, líquida de perdas esperadas		(35.691.939)	(36.030.641)
(Aumento) Redução em outros ativos financeiros		857.348	(6.633.375)
(Aumento) Redução em outros ativos		(5.456.574)	1.477.760
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.611.020)	(5.982.037)
(Redução) Aumento em recursos de clientes		28.048.993	24.523.644
(Redução) Aumento em recursos de instituições financeiras		78.981.564	84.699.797
(Redução) Aumento em recursos de emissões de títulos e valores mobiliários		33.753.825	28.703.713
(Redução) Aumento em outros passivos financeiros		(66.621.024)	(56.083.815)
(Redução) Aumento em outros passivos		2.139.563	1.890.772
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) OPERAÇÕES		101.029.733	109.726.175
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimento			
Compra de ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes		(288.000.877)	(297.167.827)
Venda de ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes		189.344.985	203.303.728
Compra de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado		(24.589.914)	(30.147.134)
Resgate de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado		3.646.468	3.646.468
Dividendos recebidos de coligadas e controladas		12.543.617	6.557.707
Aquisição de imobilizado de uso		(2.554.610)	(2.653.979)
Alienação de imobilizado de uso		8.723	9.518
Aquisição de intangíveis		(2.590.931)	(2.647.914)
Aporte de capital na Broto S.A.		(15.000)	(15.000)
Alienação de participação na Galgo S.A.		--	3.458
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(112.207.539)	(119.110.975)
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento			
(Redução) Aumento em obrigações por dívida subordinada		11.456.686	11.429.846
Dividendos pagos aos acionistas não controladores		--	(2.665.762)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(6.008.672)	(6.008.672)
Liquidação de arrendamentos		(1.013.341)	(1.013.341)
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		4.434.673	1.742.071
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Início do período		81.150.329	83.167.243
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(8.658.380)	(9.771.143)
Fim do período		65.748.816	65.753.371
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(6.743.133)	(7.642.729)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração do valor adicionado

	Nota	Banco Múltiplo		Consolidado	
		01/01 a 30/09/2025		01/01 a 30/09/2025	
Receitas		168.829.843		187.407.334	
Receitas da intermediação financeira		211.942.558		220.689.527	
Receitas de prestação de serviços		14.490.090		25.978.467	
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(46.581.710)		(47.129.206)	
Outras receitas/(despesas)		(11.021.095)		(12.131.454)	
Despesas da intermediação financeira		(141.630.261)		(143.866.155)	
Insumos Adquiridos de Terceiros		(6.809.249)		(6.246.804)	
Materiais, água, energia e gás	25	(331.880)		(364.535)	
Serviços de terceiros	25	(634.878)		(331.260)	
Comunicações	25	(308.465)		(358.524)	
Processamento de dados	25	(1.660.616)		(1.242.998)	
Transporte	25	(66.238)		(84.327)	
Serviços de vigilância e segurança	25	(1.070.416)		(1.101.321)	
Serviços do sistema financeiro	25	(337.833)		(435.161)	
Propaganda e publicidade	25	(376.352)		(403.486)	
Manutenção e conservação de bens	25	(945.768)		(662.468)	
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos		86.609		86.609	
Outras		(1.163.412)		(1.349.333)	
Valor Adicionado Bruto		20.390.333		37.294.375	
Despesas de amortização/depreciação		(3.389.366)		(3.500.472)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		17.000.967		33.793.903	
Valor Adicionado Recebido em Transferência		12.180.955		5.871.674	
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas		12.180.955		5.871.674	
Valor Adicionado a Distribuir		29.181.922	100%	39.665.577	100%
Valor Adicionado Distribuído		29.181.922	100%	39.665.577	100%
Pessoal		17.511.039	60,01%	19.153.852	48,29%
Salários e honorários		8.845.964		10.071.966	
Participação de empregados e administradores no lucro		1.613.246		1.626.576	
Benefícios e treinamentos		3.745.602		3.948.690	
FGTS		675.286		703.932	
Outros encargos		2.630.941		2.802.688	
Impostos, Taxas e Contribuições		(2.027.020)	-6,95%	4.408.290	11,12%
Federais		(2.879.821)		2.611.626	
Estaduais		666		666	
Municipais		852.135		1.795.998	
Remuneração de Capitais de Terceiros		785.786	2,69%	794.823	2,00%
Aluguéis	25	785.786		794.823	
Remuneração de Capitais Próprios		12.912.117	44,25%	15.308.612	38,59%
Juros sobre capital próprio da União		1.843.731		1.843.731	
Juros sobre capital próprio de outros acionistas		1.843.731		1.843.731	
Dividendos de acionistas não controladores		--		1.312.654	
Juros sobre o instrumento elegível ao capital da União		--		25.031	
Lucro retido		9.224.655		9.123.162	
Participação dos não controladores nos lucros retidos		--		1.160.303	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



1 – O Banco e suas operações

O Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil" ou "Banco") é uma companhia aberta de direito privado, de economia mista, controlada pelo Governo Federal, que explora atividade econômica, na forma do art. 173 da Constituição Federal, regida, sobretudo, pela legislação aplicável às sociedades por ações e pelas Leis nº 4.595/1964, nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador. Sua matriz tem sede e domicílio localizados no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

O Banco tem suas ações negociadas no segmento denominado Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código "BBAS3" e suas ADRs (American Depositary Receipts) no mercado de balcão dos Estados Unidos da América sob o código "BDORY". Seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se às disposições do regulamento do Novo Mercado da B3. Este regulamento prevalecerá sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas no Estatuto Social.

O Banco do Brasil é um banco múltiplo com atuação em todo o território nacional, desenvolvendo também atividades em importantes centros financeiros mundiais. Tem por objeto, em conjunto com suas controladas, a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito/débito, consórcios, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como agente de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco, de modo a contribuir para o interesse público que justifica sua criação, exercer as seguintes funções atribuídas nas leis brasileiras, especificamente as previstas no art. 19 da Lei nº 4.595/1964: (i) ser o agente financeiro do Tesouro Nacional; (ii) ser o principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias; (iii) executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis; (iv) realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira por conta própria e, nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por conta do Bacen; (v) realizar recebimentos ou pagamentos e outros serviços de interesse do Banco Central do Brasil; (vi) financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural; (vii) difundir e orientar o crédito; entre outras atribuições.

Com 217 anos, o Banco atua de forma responsável para promover a inclusão social por meio da geração de emprego e renda.

O Banco financia o custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, estimula os investimentos rurais como armazenamento, beneficiamento, industrialização de produtos agrícolas e modernização de máquinas e implementos, além da adequação de propriedades rurais à legislação ambiental. Assim, o Banco apoia o agronegócio brasileiro em todas as etapas da cadeia produtiva.

O Banco oferece às Micro e Pequenas Empresas (MPE) soluções de capital de giro, financiamentos de investimentos e comércio exterior, além de várias outras opções relacionadas a fluxo de caixa, seguridade, previdência e serviços. Os vários segmentos de pessoas jurídicas, incluindo Microempreendedores Individuais (MEI), encontram desde alternativas financeiras até modelos de negócios que promovem a transição para uma economia inclusiva.

No financiamento ao comércio exterior, o Banco opera instrumentos de política pública de desenvolvimento produtivo, empreendedorismo, inclusão social e financeira, entre eles o Programa de Geração e Renda – Exportação (Proger) e o Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

O Banco do Brasil também atua como Instituição Operadora de Sistema do Mercado Financeiro (IOSMF) executando os serviços de compensação de cheques por meio da Centralizadora da Compensação de Cheques (Compe), Infraestrutura do Mercado Financeiro (IMF), integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), na forma das Resoluções BCB nº 304 e 314/2023.

Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e a descrição dos segmentos de negócio em que o Banco opera estão relacionadas nas Notas 2 e 6, respectivamente.



2 – Apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o padrão contábil das instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), incluindo diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações contábeis consolidadas, elaboradas e divulgadas no padrão contábil “Cosif”, conforme permitido pelo artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/2021, estão sendo apresentadas “adicionalmente” às demonstrações contábeis consolidadas no padrão contábil internacional – IFRS, as quais foram elaboradas segundo o disposto na Resolução CMN nº 4.818/2020 e estão sendo emitidas e divulgadas simultaneamente.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes aos períodos do ano de 2025, elaboradas conforme o padrão contábil “Cosif”, não apresentam informações comparativas de períodos anteriores, conforme dispensa do artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil em 11/11/2025.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil).

c) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade do Banco continuar operando normalmente e está convencida de que ele possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento sobre incerteza material que possa gerar dúvidas significativas a respeito de sua capacidade de continuar operando. Dessa forma, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

d) Alterações nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício encerrado em 31/12/2024, exceto nos casos indicados no item “g” desta Nota.

e) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as operações do Banco do Brasil realizadas por suas agências e subsidiárias no país e no exterior e as operações de suas controladas. Refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco do Brasil e de suas entidades controladas, elaboradas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquidos dos efeitos tributários. Os ganhos e as perdas cambiais das operações das agências estão apresentados nos grupamentos de resultado nos quais são reconhecidos as rendas e encargos sobre essas operações. Os ganhos e as perdas cambiais incidentes sobre os ativos e passivos das agências e controladas no exterior são apresentados no grupamento de Recursos de instituições financeiras, com o objetivo de anular as perdas e os ganhos cambiais incidentes sobre os instrumentos financeiros passivos contratados para proteção do resultado do Banco em relação às oscilações cambiais (Notas 14.a e 18.d).

Nas demonstrações contábeis consolidadas, houve a reclassificação do instrumento elegível ao capital principal – IHCD para o patrimônio líquido. Esse procedimento também é adotado para as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, com o objetivo de melhorar a qualidade e transparência dessas demonstrações contábeis consolidadas.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As participações de acionistas não controladores são apresentadas no balanço patrimonial como um componente segregado do patrimônio líquido. O resultado atribuível a acionistas não controladores é evidenciado separadamente na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente.

Os fundos não exclusivos e abertos, oriundos de aplicação inicial de recursos próprios da BB Asset, são destinados a investidores externos, não tendo a referida entidade a intenção de assumir ou reter substancialmente os riscos e benefícios nesses fundos de investimento, sendo consolidados apenas nos meses em que a BB Asset ainda detém o controle. Deste modo, não estão apresentados no quadro a seguir.

Participações societárias e fundos de investimento incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios:

	Atividade	País de constituição	Moeda funcional	30/09/2025 % de Participação
Segmento bancário				
Banco do Brasil AG	Bancária	Áustria	Real	100,00%
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	Arrendamento	Brasil	Real	100,00%
Banco do Brasil Securities LLC.	Corretora	Estados Unidos	Real	100,00%
BB Securities Ltd.	Corretora	Inglaterra	Real	100,00%
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	Estados Unidos	Real	100,00%
BB Cayman Islands Holding	Holding	Ilhas Cayman	Real	100,00%
Banco do Brasil Americas	Bancária	Estados Unidos	Dólar Americano	100,00%
Banco Patagonia S.A.	Bancária	Argentina	Peso Argentino	80,39%
Segmento investimentos				
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Investimento	Brasil	Real	100,00%
Segmento gestão de recursos				
BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB Asset	Administração de Ativos	Brasil	Real	100,00%
Segmento seguros, previdência e capitalização				
BB Seguridade Participações S.A. ¹	Holding	Brasil	Real	68,26%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ¹	Corretora	Brasil	Real	68,26%
BB Seguros Participações S.A. ¹	Holding	Brasil	Real	68,26%
Segmento meios de pagamento				
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Prestação de Serviços	Brasil	Real	100,00%
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	Brasil	Real	100,00%
Outros segmentos				
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	Aquisição de Créditos	Brasil	Real	100,00%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	Gestão de Cobrança	Brasil	Real	100,00%
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcio	Brasil	Real	100,00%
BB Tur Viagens e Turismo Ltda.	Turismo	Brasil	Real	100,00%
BB Tecnologia e Serviços ¹	Tecnologia da informação	Brasil	Real	99,99%
Fundos de investimento				
BB Impacto ASG I Fundo em Investimento em Multiestratégia Investimento no Exterior ²	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%
BB Ventures I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior ²	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%
FIP Agventures II Multiestratégias ²	Fundos de Investimento	Brasil	Real	55,08%

¹ – Refere-se ao percentual de participação considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

² – Fundo de investimento no qual o Banco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.



As demonstrações contábeis consolidadas incluem também os veículos de securitização controlados pelo Banco, direta ou indiretamente, descritos a seguir.

Dollar Diversified Payment Rights Finance Company (EPE Dollar)

A Dollar foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman com os seguintes propósitos:

- emissão e venda de valores mobiliários no mercado internacional;
- uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do BB Nova Iorque, em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país ("Direitos sobre Remessa"); e
- realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

As obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos são pagas pela EPE com os recursos acumulados em sua conta. A EPE não possui ativo ou passivo relevantes que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários, não possui subsidiárias e não tem empregados.

Loans Finance Company Limited (EPE Loans)

A Loans foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman, com os seguintes propósitos:

- captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional;
- contratação de operações compromissadas com o Banco, por meio da sua agência nas Ilhas Cayman, para utilização dos recursos captados; e
- contratação de proteção contra o risco de crédito do Banco, por meio de um derivativo de crédito denominado de basis swap, que é acionável somente em caso de default de alguma obrigação do Banco nas operações compromissadas.

As condições de moedas, valores, prazos, taxas e fluxos financeiros das operações compromissadas são idênticas àquelas das emissões de valores mobiliários. Portanto, todas as obrigações e despesas decorrentes dos valores mobiliários emitidos são cobertas totalmente pela EPE com os direitos e receitas provenientes das operações compromissadas, de modo que a Loans não gera resultados positivos nem negativos. A EPE não possui outros ativos e passivos que não aqueles provenientes das operações compromissadas e das emissões dos valores mobiliários.

f) Convergência às normas internacionais de contabilidade

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela CVM. O CMN e o Bacen aprovaram os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável:

Pronunciamento CPC	Resoluções
CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 06 (R2) – Arrendamentos	Resolução CMN nº 4.975/2021
CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 – Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 28 – Propriedade para Investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 – Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021



O CMN também editou normas proprietárias que incorporam parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

Norma CMN	Pronunciamento CPC Equivalente
Res. CMN nº 4.524/2016 – Reconhecimento das operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior.	CPC 48
Res. CMN nº 4.534/2016 – Reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível.	CPC 04 (R1)
Res. CMN nº 4.535/2016 – Reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso.	CPC 27
Res. CMN nº 4.817/2020 – Mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.	CPC 18 (R2) e CPC 45
Res. CMN nº 4.966/2021 – Conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para designação e reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge).	CPC 48

O Banco aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do Bacen, conforme determina o art. 22, § 2º, da Lei nº 6.385/1976:

Pronunciamento CPC
CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)
CPC 12 – Ajuste a Valor Presente
CPC 22 – Informações por Segmento
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas

g) Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros

Normas aplicáveis a partir de 01/01/2025

g.1) Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021

A Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais.

Os critérios contábeis estabelecidos pela normativa foram aplicados de forma prospectiva e os efeitos dos ajustes decorrentes foram reconhecidos em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos efeitos tributários.

(i) Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

A Resolução CMN nº 4.966/2021 aborda uma nova classificação e mensuração para os ativos financeiros com base nas características contratuais dos fluxos de caixa do ativo, além do modelo de negócios pelo qual os ativos são administrados pela entidade. A norma estabelece três categorias de classificação para ativos financeiros:

Custo amortizado (CA): Quando os fluxos de caixa contratuais possuem características de “somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal” e o objetivo do modelo de negócios é coletar os respectivos fluxos de caixa contratuais.

Valor Justo em outros resultados abrangentes (VJORA): Quando os fluxos de caixa contratuais possuem característica de “somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal” e o objetivo do modelo de negócios é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios.

Valor Justo no resultado (VJR): Ativos que não atendam aos critérios de classificação das categorias anteriores. Estão relacionados, de forma geral, aos ativos financeiros cujos fluxos de caixa contratuais não possuem características de “somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal” ou quando o modelo de negócios possui o objetivo de realizar fluxos de caixa por meio da venda dos ativos.

O Banco analisou as diversas modalidades de produtos financeiros (operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito) que constam no portfólio oferecido aos seus clientes (pessoas físicas e pessoas jurídicas), para identificar as características contratuais dos fluxos de caixa, além do objetivo da Administração (modelo de negócio) diante desses produtos. A Administração pretende manter esses ativos para recebimento dos seus fluxos de caixa contratuais, ou seja, continuarão sendo mensurados ao custo amortizado. Os demais ativos financeiros adquiridos pelo Banco possuem variadas finalidades, mediante as necessidades da atividade bancária. Esses produtos incluem aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos públicos, cotas de fundos de investimento, dentre outros. Esses produtos foram analisados, tanto em relação às características contratuais



dos fluxos de caixa, quanto ao objetivo da Administração diante desses ativos. As novas classificações e mensurações foram efetuadas em conformidade com essas análises.

O Banco concluiu que os novos requerimentos não apresentaram impacto significativo na classificação e mensuração de seus ativos financeiros. As categorias que eram mensuradas ao custo amortizado de acordo com as normas anteriores (aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, carteira de crédito e outros ativos financeiros), substancialmente continuam a ser mensuradas desta forma. Igualmente para as categorias que são mensuradas ao valor justo no resultado (títulos para negociação e derivativos) e ao valor justo em outros resultados abrangentes (títulos disponíveis para venda).

O Banco classificou determinadas operações com característica de concessão de crédito (essencialmente títulos e valores mobiliários na forma de debêntures, notas promissórias, cédulas de produto rural, certificados de direitos creditórios do agronegócio e certificados de recebíveis imobiliários) na categoria custo amortizado, em uma classe denominada “Títulos com características de concessão de crédito”, vinculada à carteira de crédito. Em 1º de janeiro de 2025, o montante de R\$ 58.383 milhões anteriormente classificado como “Títulos disponíveis para venda” passou a ser classificado na categoria “Custo amortizado”, com consequente reversão dos ajustes de marcação a mercado na ordem de R\$ 114 milhões, líquidos de efeitos tributários.

O Banco optou por designar ao VJORA, de forma irrevogável, alguns instrumentos patrimoniais de outras entidades, dado que para esse grupo de instrumentos financeiros o Banco não atua em um modelo de negócios cujo objetivo seja gerar retorno pela venda do instrumento, contemplando ativos que já compunham a carteira da instituição há um longo período de tempo (principalmente cotas de fundos de investimentos e ações).

A Resolução também estabeleceu novos critérios contábeis para a classificação, reconhecimento e mensuração dos contratos de câmbio, os quais passaram a seguir o regramento contábil aplicável aos instrumentos financeiros derivativos. Nesse sentido, os valores anteriormente registrados no ativo e passivo do Banco como direitos e obrigações relacionadas às operações de câmbio (valores nocionais) passaram a compor contas de compensação, e nas posições patrimoniais e de resultado passam a ser apresentados unicamente os ajustes a valor justo da carteira de câmbio.

(ii) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito

De acordo com os novos requerimentos, as perdas esperadas associadas ao risco de crédito deverão ser apuradas com base em modelos internos, incluindo fatores prospectivos que considerem a situação econômica atual e futura.

A metodologia para cálculo das perdas esperadas associadas ao risco de crédito no Banco do Brasil engloba a avaliação dos instrumentos financeiros em três estágios:

Estágio 1 – Operações em normalidade – Os ativos classificados nesse estágio são aqueles considerados em situação de normalidade e que não tenham incorrido em aumento significativo do risco de crédito desde a sua contratação, apresentando atraso no pagamento de principal ou de encargos inferior ou igual a 30 dias. Mediante avaliação, o Banco pode incluir nesse estágio instrumentos com atraso de até 60 dias, desde que existam evidências de que não ocorreu aumento significativo do risco de crédito em relação ao apurado no reconhecimento inicial. A perda esperada é calculada considerando a probabilidade de o instrumento se tornar um ativo com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 meses.

Estágio 2 – Operações com aumento significativo do risco de crédito (ASR) – Os ativos classificados nesse estágio apresentam atraso superior a 30 dias (ou 60 dias, mediante avaliação) no pagamento de principal ou de encargos, ou outro critério que indique aumento significativo do risco de crédito em relação ao apurado na alocação inicial do instrumento. Neste caso, a perda esperada é calculada considerando a probabilidade de o instrumento se tornar um ativo com problema de recuperação de crédito até o final da vida do ativo.

Estágio 3 – Ativos problemáticos – Os ativos classificados nesse estágio são os instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito, enquadrando-se, ou em descumprimento quantitativo (avaliado em função dos dias de atraso – superior a 90 dias) ou qualitativo, caracterizado por indicativos que o cliente não honrará integralmente o instrumento financeiro sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. São incluídas também as operações reestruturadas. Neste caso, a perda esperada é calculada considerando que o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito.

Os impactos observados sobre as provisões decorrem das diferenças entre a metodologia anterior de cálculo das provisões para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) e a nova metodologia de cálculo da provisão com base em perdas esperadas associadas ao risco de crédito (PEARC). Os principais fatores que contribuem para essa diferença



são a ampliação do escopo de instrumentos passíveis de apuração de provisão com base em perdas esperadas e a incorporação da reestruturação como critério de marcação de ativo problemático.

Na adoção inicial da norma, o incremento das perdas esperadas associadas ao risco de crédito sobre os instrumentos financeiros, líquido dos efeitos fiscais, foi de R\$ 8.832 milhões

(iii) Taxa efetiva de juros

O Banco adotou a metodologia diferenciada para as operações de crédito e para as outras operações com característica de concessão de crédito classificadas como custo amortizado, aplicando-a prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2025, assim, os custos de transação e os valores recebidos passaram a ser incorporados aos instrumentos financeiros somente a partir daquela data.

Não foram adotados conceitos de materialidade nessa temática, assim, todas as receitas e custos vinculados aos ativos financeiros, independente dos valores, serão considerados na taxa efetiva de juros.

(iv) Cessação do reconhecimento de juros (stop accrual)

A Resolução CMN nº 2.682/1999, vigente até 31/12/2024, vedava o reconhecimento, no resultado do período, de receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito que apresentassem atraso igual ou superior a 60 dias no pagamento de parcela de principal ou encargos. A Resolução CMN nº 4.966/2021 veda o reconhecimento, no resultado do período, de receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativos financeiros com problema de recuperação de crédito (estágio 3), ou seja, quando estiver em atraso superior a 90 dias no pagamento de principal ou de encargos, ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

(v) Contabilização de Hedge (hedge accounting)

O Banco aplicará os novos requerimentos de hedge contábil somente a partir de 1º de janeiro de 2027, conforme art. 75 da Resolução CMN nº 4.966/2021.

(vi) Ajuste a valor presente de ativos financeiros reestruturados

O Banco utilizará a taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados até 31 de dezembro de 2026, conforme faculta o art. 71-A da Resolução CMN nº 4.966/2021.

(vii) Conciliação do Patrimônio Líquido – Adoção inicial da Resolução CMN 4.966/2021

Conciliação do Patrimônio Líquido	Banco Múltiplo	Consolidado
Patrimônio líquido em 31/12/2024	180.878.517	190.072.748
Ajustes decorrentes da adoção inicial, líquidos de efeitos fiscais		
Classificação e mensuração de ativos financeiros	114.182	114.182
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(8.832.022)	(8.832.022)
Outros ajustes ¹	(2.235.232)	(2.235.232)
Participação dos não controladores	--	(87.858)
Patrimônio líquido em 01/01/2025	169.925.445	179.031.818

1 - Inclui, principalmente, os ajustes de uniformização de critério contábeis efetuados nos saldos das participações em empresas controladas e controladas em conjunto.

g.2) Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021

A norma estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central na condição de arrendadora e de arrendatária, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulamentação específica.

O CPC 06 (R2) abandona a classificação de arrendamentos em operacional e financeiro para os arrendatários, passando a ter um único modelo de contabilização, que consiste no reconhecimento dos ativos e passivos decorrentes das operações de arrendamento. A norma não obriga um arrendatário a reconhecer ativos e passivos de arrendamentos de baixos valores e de curto prazo.

Para os arrendadores, haverá mudança na contabilização das operações de arrendamento mercantil financeiro, porém sem alterar a forma de apresentação, uma vez que essas operações já são apresentadas pelo valor presente



dos montantes totais a receber previstos em contrato, incluindo a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, em cumprimento à Resolução BCB nº 2/2020.

O Banco optou pela adoção da Resolução CMN Nº 4.975/2021 na abordagem prospectiva. Os contratos firmados ou renovados a partir de 1º de janeiro de 2025 serão reconhecidos de acordo com a nova regulamentação, de forma prospectiva, conforme facultado pelo § 5º do art. 2º da referida Resolução, não gerando impactos materiais nos ativos do Banco.

Como arrendador, o Banco possui contratos de arrendamentos financeiros por meio de sua subsidiária BB Leasing. A nova norma mantém o tratamento contábil dessas operações substancialmente inalterado.

Como arrendatário, o Banco possui acordos de arrendamentos operacionais que se referem essencialmente a contratos de aluguel de imóveis utilizados na prática de suas operações administrativas e bancárias. De maneira geral, esses contratos possuem opções de renovação e cláusulas de reajuste anual do preço de locação.

Os imóveis arrendados são reconhecidos no balanço patrimonial como Ativo imobilizado – De direitos de uso e o valor a ser desembolsado referente às parcelas do arrendamento consta em Outros passivos – Passivos de arrendamento.

No cálculo do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso foram considerados os fatos e as circunstâncias relevantes para exercer ou não as opções de renovação e/ou rescisão antecipada, mensurando-os ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, utilizando como taxas de desconto as taxas incrementais representadas pelo custo das captações institucionais.

g.3) Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022

A Lei 14.467/2022 dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras. A partir de 1º de janeiro de 2025, as instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas (operações com atraso superior a 90 dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos) e operações com pessoa jurídica em processo falimentar ou recuperação judicial.

Em relação aos créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, cujas perdas não foram deduzidas até aquela data e que não tenham sido recuperadas, a referida Lei estabelece que essas perdas somente poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um e oitenta e quatro avos) ou 1/120 (um e cento e vinte avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (Nota 22.f) foi respaldada em estudo técnico elaborado em 30/06/2025 que considerou em suas projeções os novos critérios de dedutibilidade das perdas incorridas segundo os fatores estabelecidos com base no período de inadimplemento. Nesse estudo, foi considerada também a regra de transição descrita no artigo 6º da referida Lei para as perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024.

Normas aplicáveis em períodos futuros

g.4) Resolução CMN nº 5.185, de 21 de novembro de 2024

A norma altera a Resolução CMN 4.818/2020 que consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Segundo a referida norma, a partir do exercício de 2026, o Banco deverá divulgar o relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, adotando os pronunciamentos CBPS 01 e CBPS 02, como parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas anuais.

g.5) Resolução CMN nº 5.252, de 25 de setembro de 2025

A norma estabelece conceitos e critérios contábeis relacionados à mensuração, reconhecimento, baixa e evidência de ativos e passivos de sustentabilidade. A referida norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027.



3 – Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas pelo Banco do Brasil são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis e de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a valor presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem as disponibilidades e as aplicações financeiras prontamente conversíveis em caixa, com vencimento máximo de três meses a contar da data de aquisição, a serem utilizados em compromissos de curto prazo, e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Foram considerados os saldos das disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras.

d) Instrumentos financeiros

O Banco classifica seus instrumentos financeiros com base nas características contratuais dos fluxos de caixa do ativo, além do modelo de negócios pelo qual os ativos são administrados pela entidade. Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de sua aquisição, origem ou emissão, isto é, na data em que o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A classificação dos ativos e dos passivos financeiros é determinada na data do reconhecimento inicial.

Classificação e reclassificação

Modelo de negócios: Refere-se a como a entidade gerencia os fluxos de caixa de seus ativos financeiros. A Administração do Banco avaliou, dentre outros fatores:

- como o desempenho do modelo de negócios e os ativos financeiros são reportados ao pessoal-chave da administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a forma como esses riscos são gerenciados; e
- como os gestores do negócio são remunerados.

Após observação, o Banco determinou o modelo de negócios para seus ativos financeiros, a fim de verificar se os fluxos de caixa resultam de:

- recebimento de fluxos de caixa contratuais;
- venda de ativos financeiros; ou
- ambos.

Características contratuais dos fluxos de caixa: O Banco analisa as características contratuais dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, a fim de verificar se esses fluxos representam somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Se os termos contratuais expõem o Banco a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa não relacionados a um acordo de empréstimo básico, o fluxo de caixa não representa somente pagamento de principal e juros. Havendo qualquer desenquadramento nessa característica, o instrumento financeiro será mensurado ao valor justo no resultado.



Somente pagamento de principal e juros: Quando os termos contratuais dos instrumentos financeiros são consistentes com um acordo de empréstimo básico, no qual se considera como valor do dinheiro no tempo, o risco de crédito, os custos da operação, a margem de lucro e outros riscos relacionados a empréstimos.

Os ativos financeiros são reclassificados quando há alterações nos modelos de negócios para a gestão dos seus fluxos de caixa, sendo que essa reclassificação deve ocorrer de forma prospectiva, no primeiro dia do período subsequente ao de apuração do resultado contábil. É vedada a reclassificação de passivos financeiros.

d.1) Ativos financeiros

Reconhecimento e mensuração

De maneira geral, os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento (com exceção dos ativos mensurados ao valor justo no resultado) e posteriormente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo. As políticas contábeis aplicadas a cada classe de instrumentos financeiros são apresentadas a seguir:

Custo amortizado (CA) – Um ativo será mensurado nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais possuírem característica de somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal e a Administração o mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja receber os respectivos fluxos de caixa contratuais.

Os ativos mensurados nessa categoria são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, adicionado aos custos de transação e avaliados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando a taxa efetiva de juros. As receitas e os encargos financeiros são registrados de acordo com o regime de competência e adicionados ao montante de principal em cada período, sendo o valor do ativo reduzido pelas amortizações de principal, além das perdas esperadas associadas ao risco de crédito. As receitas financeiras auferidas são registradas na demonstração do resultado do exercício em receitas da intermediação financeira.

Para fins de aplicação do conceito de taxa efetiva de juros às operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito classificadas nessa categoria, o Banco utiliza metodologia diferenciada para fins do reconhecimento de receitas e despesas relativas aos custos de transação e aos valores recebidos na originação do instrumento, sem incorporação de critérios de materialidade.

A metodologia diferenciada consiste na:

- apropriação de receitas no resultado do período, pro rata temporis, considerando a taxa de juros contratual original; e
- apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na originação do instrumento financeiro de forma linear, conforme as características do contrato.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Aplicações interfinanceiras de liquidez – São constituídas por aplicações no mercado aberto (aplicações em operações compromissadas) e aplicações em depósitos interfinanceiros. Esses ativos são apresentados pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, incluindo juros, deduzido pela perda esperada, quando aplicável.

Aplicações no mercado aberto (operações compromissadas): O Banco realiza aplicações em títulos e valores mobiliários com compromisso de revenda, compreendendo principalmente títulos públicos federais. Os compromissos de revenda são considerados operações financeiras com garantia. O ativo de operações compromissadas encontra-se subdividido em:

- vendas a liquidar – posição bancada, a qual é formada pelos títulos adquiridos com compromisso de revenda e não repassados, ou seja, não vendidos com compromisso de recompra; e
- vendas a liquidar – posição financiada, a qual compreende os títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, isto é, vendidos com compromisso de recompra.

Operações de crédito – São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis.

O valor contábil da carteira de crédito é reduzido por uma conta redutora de perda esperada, sendo esse valor reconhecido no resultado como “Perdas esperadas associadas ao risco de crédito”, que representa a estimativa da Administração quanto a perdas esperadas na carteira.



O Banco não reconhece receita de qualquer natureza ainda não recebida relativas a operações de crédito com problema de recuperação de crédito, ou seja, vencidas há mais de 90 dias ou caracterizadas dessa forma por critérios qualitativos, são apropriadas ao resultado somente quando do seu efetivo recebimento.

O reconhecimento de receitas é retomado a partir do período em que a operação de crédito deixa de ser caracterizada como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

Valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA)– Um ativo será classificado nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais possuírem característica de somente pagamento de principal e juros e a Administração o mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja gerar retorno tanto pelo recebimento de seus fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios. Esses ativos são inicialmente e subsequentemente reconhecidos a valor justo adicionados os custos de transação sendo que os ganhos e perdas não realizados são reconhecidos em contrapartida aos outros resultados abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Instrumentos de dívida – Instrumentos que conferem a seu titular, o direito de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de outra entidade, conforme prazos e taxas contratualmente definidos. Incluem títulos públicos federais, títulos de governos estrangeiros dentre outros.

Instrumentos patrimoniais – Qualquer contrato que comprova uma participação residual nos ativos de uma entidade ou de um fundo de investimento, após a dedução de todos os seus passivos.

São incluídos nessa categoria os instrumentos patrimoniais de outras entidades que, no reconhecimento inicial, o Banco opta por designar de forma irrevogável, ao valor justo em outros resultados abrangentes, desde que os ativos não sejam geridos com o objetivo principal de gerar retorno pela venda do instrumento.

Valor justo no resultado (VJR)– Serão classificados nessa categoria os ativos financeiros que não atendam aos critérios de classificação das categorias anteriores. De forma geral, são mensurados nessa categoria ativos cujos fluxos de caixa contratuais não possuem característica de somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal ou quando a Administração os mantém com o objetivo de realizar fluxos de caixa por meio da venda dos ativos.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Instrumentos de dívida – Instrumentos que conferem a seu titular o direito de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de outra entidade, conforme prazos e taxas contratualmente definidos. Incluem títulos públicos federais e títulos de governos estrangeiros dentre outros.

Instrumentos patrimoniais – Qualquer contrato que comprova uma participação residual nos ativos de uma entidade ou de um fundo de investimento, após a dedução de todos os seus passivos.

Instrumentos financeiros derivativos – Derivativos tais como:

- swaps, contratos futuros, contratos a termo, opções e outros tipos de derivativos similares baseados na taxa de juros, na taxa de câmbio, no preço de ações e commodities e no risco de crédito. Os derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo;
- derivativos não qualificados para hedge accounting, mas que são utilizados para administrar exposição a riscos de mercado, principalmente taxa de juros, moedas e crédito; e
- derivativos contratados por solicitação de seus clientes, com o único objetivo de proteção contra os riscos inerentes às suas atividades econômicas.

**d.2) Passivos financeiros**

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente de sua forma legal. Devem ser classificados na categoria custo amortizado, exceto os derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado.

Constituem-se também em exceção para classificação como custo amortizado, os passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado; passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro; e compromissos de crédito e créditos a liberar, os quais devem ser reconhecidos e mensurados conforme disposições específicas.

Os principais passivos mensurados na categoria ao custo amortizado são:

Recursos de clientes – Formados pelos depósitos à vista, depósitos de poupança e os depósitos a prazo voluntários, que se caracterizam, em sua maior parte, em produtos sem maturidade definida.

Recursos de instituições financeiras (captações no mercado aberto) – O Banco realiza captações de recursos mediante venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra, compreendendo principalmente títulos públicos federais. Os compromissos de recompra são considerados operações financeiras com garantia e são contabilizados pelo seu valor de venda, acrescido dos juros incorridos.

Títulos vendidos com contrato de recompra não são baixados, já que o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade. O correspondente caixa recebido, incluindo os juros apropriados, é reconhecido como um passivo mensurado ao custo amortizado, refletindo a substância econômica da transação como uma dívida do Banco. As captações no mercado aberto se encontram subdivididas em:

- carteira própria, a qual é composta pelos títulos com compromisso de recompra não vinculados a revendas, ou seja, os títulos da carteira própria do Banco vinculados ao mercado aberto e;
- carteira de terceiros, que compreende os títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, isto é, vendidos com compromisso de recompra.

O Banco presta garantia financeira a clientes perante terceiros em contratos de empréstimos. Contratos de garantia financeira são os que requerem pagamentos a um credor em nome de um terceiro devedor quando este não os fizer de acordo com os termos do instrumento de dívida.

Após o reconhecimento inicial, as garantias financeiras prestadas são mensuradas pelo maior valor entre:

- a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
- o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida.

e) Baixa de instrumentos financeiros

Ativos financeiros – São baixados quando:

- os direitos contratuais relativos aos respectivos fluxos de caixa expirarem; ou
- o ativo for transferido e a transferência se qualificar para baixa.

Os direitos e obrigações retidos na transferência são reconhecidos separadamente como ativos e como passivos, quando apropriado. Se o controle sobre o ativo é retido, o Banco continua a reconhecê-lo na extensão do seu envolvimento contínuo, que é determinado pela extensão em que ele permanece exposto a mudanças no valor do ativo transferido.

O ativo financeiro é baixado em virtude de perdas esperadas associadas ao risco de crédito quando não é provável que o Banco recupere o seu valor.

Passivos financeiros – São baixados quando a obrigação especificada no contrato expirar, for liquidada, cancelada ou extinta.

**f) Instrumentos financeiros para proteção (hedge)**

O Banco utiliza instrumentos derivativos para administrar exposições aos riscos de taxa de juros, de variação cambial e de crédito, inclusive exposição gerada de transações futuras e compromissos firmes. Para administrar um risco específico, o Banco aplica hedge accounting para transações que se enquadram nos critérios específicos.

No início do relacionamento de hedge, o Banco formaliza o processo por meio de documentação do relacionamento entre o item objeto de hedge e o instrumento de hedge, incluindo a natureza do risco, o objetivo e a estratégia de designar o hedge, se utilizando de instrumentos financeiros derivativos para essa finalidade. Além disso, o banco determina, avalia e acompanha, de forma contínua, a metodologia e as estratégias a serem utilizadas para apurar sua efetividade e garantir que sejam altamente efetivas, ou seja, que os instrumentos de hedge compensem, nas mesmas proporções, as variações no valor justo atribuídos aos respectivos itens objeto de hedge durante o período estabelecido para o relacionamento de hedge, com o objetivo de mitigar os fatores de risco.

A avaliação de efetividade das estruturas de hedge é feita de forma prospectiva e retrospectiva (no decorrer das operações). Para tanto, algumas metodologias são empregadas, tais como:

- Método Dollar Offset (ou Ratio Analysis), baseado na comparação da variação no valor justo do instrumento de hedge com a variação no valor justo do item objeto de hedge;
- Coeficiente de correlação entre a variação do valor presente do instrumento de hedge e as variações do valor presente do objeto hedge;
- Coeficiente beta da regressão entre o regressor (representada pela variação de valor presente do instrumento de hedge) e o regressando (representada pela variação do valor presente do objeto de hedge).

No gerenciamento de risco é esperado que os instrumentos de hedge e os objetos de hedge se movam em sentidos contrários e nas mesmas proporções, com o objetivo de mitigar os fatores de riscos. Atualmente, o índice de cobertura designado é 100% do fator de risco que seja elegível a cobertura. As fontes de inefetividade, em geral, estão relacionadas ao risco de crédito da contraparte, risco de liquidação antecipada do objeto de hedge e possíveis descasamentos de prazos entre o instrumento de hedge e o objeto de hedge.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada com base em modelos internos, incluindo fatores prospectivos que considerem a situação econômica atual e futura. O Banco utiliza a metodologia completa, com parâmetros de risco, para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para a maioria dos seus instrumentos financeiros.

O Banco observa ainda os níveis de provisão estabelecidos pela regulamentação vigente para perdas incorridas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros inadimplidos (ativo com atraso superior a 90 dias), sem prejuízo da constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face à totalidade da perda esperada na realização desses ativos. Os níveis de provisão dessas operações corresponderão ao valor resultante da aplicação dos percentuais definidos na regulamentação, observados os períodos de atraso e as carteiras definidas, sobre o valor contábil bruto do ativo.

O modelo para cálculo da perda esperada, no Banco, engloba a avaliação dos ativos financeiros em três estágios:

Estágio 1 – Operações em normalidade – Os ativos classificados nesse estágio são aqueles considerados em situação de normalidade e que não tenham incorrido em aumento significativo do risco de crédito desde a sua contratação, apresentando atraso no pagamento de principal ou de encargos inferior ou igual a 30 dias. Mediante avaliação, o Banco pode incluir nesse estágio instrumentos com atraso de até 60 dias, desde que existam evidências de que não ocorreu aumento significativo do risco de crédito em relação ao apurado no reconhecimento inicial. Neste caso, é calculada a perda esperada considerando a probabilidade de o ativo financeiro se caracterizar como ativo financeiros com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 meses.

Estágio 2 – Operações com aumento significativo de risco de crédito (ASR) – Os ativos classificados nesse estágio apresentam atraso superior a 30 dias (ou 60 dias, mediante avaliação) no pagamento de principal ou de encargos, ou outro critério que indique aumento significativo do risco de crédito em relação ao apurado na alocação inicial do instrumento. Neste caso, a perda esperada é calculada considerando a probabilidade de o instrumento se tornar um ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento financeiro.



Estágio 3 – Ativos problemáticos – Os ativos classificados nesse estágio são os instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito, enquadrando-se, ou em descumprimento quantitativo (avaliado em função dos dias de atraso – superior a 90 dias) ou qualitativo, caracterizado por indicativos que o cliente não honrará integralmente a obrigação, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. São incluídas também as operações reestruturadas. Neste caso, é calculada a perda esperada considerando que o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito.

Os instrumentos financeiros da mesma contraparte (carteira não varejo) são realocados para o estágio 3 quando algum instrumento financeiro dessa contraparte é caracterizado como ativo problemático, na mesma data-base do balancete em que ocorreu essa caracterização, exceto quando o instrumento financeiro, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior àquele instrumento que foi caracterizado como ativo problemático.

O estágio de enquadramento dos ativos é revisto periodicamente, considerando os processos de sensoramento de risco do Banco, a fim de capturar eventuais alterações na capacidade financeira do cliente. Poderão ocorrer migrações de operações entre os estágios, quando a análise apontar melhora ou agravamento do risco de crédito da operação.

O Banco utiliza modelos econométricos, informações qualitativas e cenários macroeconômicos prospectivos, elaborados internamente, para estimativa da perda esperada de crédito. As principais variáveis macroeconômicas usadas como insumos para projeção são o Produto Interno Bruto (PIB), taxa Selic real, taxa de câmbio e o Indicador de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br). Os valores finais projetados para perda esperada de crédito consideram o conjunto de premissas, diferentes análises econométricas, análise qualitativa e julgamental.

Determinação de aumento significativo no risco de crédito – A migração do estágio 1 para o estágio 2 ocorre quando há um aumento significativo do risco (ASR) de crédito de um instrumento financeiro desde o reconhecimento inicial. O ASR compreende, em geral, atrasos superiores a 30 dias, agravação acentuada dos parâmetros de risco e existência de reestruturação de outras obrigações da contraparte.

Operações renegociadas – Instrumentos provenientes de acordos que impliquem alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original.

Operações reestruturadas – Instrumentos decorrentes de renegociações que, de maneira geral, impliquem concessões significativas à contraparte em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração, dentre outros casos que indiquem renegociações com risco agravado.

Descumprimento dos pagamentos contratuais – A migração para o estágio 3 ocorre quando o ativo possui atraso em seus pagamentos contratuais há mais de 90 dias, se enquadra em uma reestruturação, ou algum outro critério qualitativo (ex.: falência, insolvência civil ou recuperação judicial). Essa classificação somente se altera quando o ativo é baixado ou quando atinge o critério de cura da operação.

Cálculo da perda esperada – O cálculo da perda esperada realizado pelo Banco é uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito e, para alcançar esse resultado, é utilizado uma combinação de três parâmetros:

- Probabilidade de descumprimento;
- Perda dado o descumprimento; e
- Exposição no momento de descumprimento.

O cálculo da perda esperada utiliza-se de técnica de mensuração compatível com a natureza e a complexidade dos instrumentos financeiros, o porte, o perfil de risco e o modelo de negócios da instituição, considerando a ponderação de cenários prospectivos, de modo a antecipar potencial aumento no nível de perdas nos piores momentos do ciclo econômico, fornecendo os insumos necessários para uma gestão proativa dos riscos e negócios. A estimativa de perda esperada considera, entre outras informações:

- as características do cliente refletidas nas informações cadastrais, históricos de atrasos, situação do limite de crédito do cliente, prazo da operação (visão Lifetime), segmento do cliente e cenário macroeconômico (visão prospectiva);
- aspectos financeiros (valor do dinheiro no tempo) e a probabilidade de diferentes cenários macroeconômicos.



A apuração do risco de crédito e da perda esperada associada ao risco de crédito pode ser realizada de forma coletiva, mediante utilização de modelo adequado ao tratamento de risco de crédito por carteira. Os instrumentos financeiros podem ser agrupados por grupos homogêneos de risco, ou seja, com características semelhantes e que permitam a avaliação e a quantificação do risco de crédito de forma coletiva, considerando no mínimo:

- as características de risco de crédito da contraparte;
- as características de risco de crédito do instrumento, considerando a modalidade do instrumento e o tipo de garantias ou colaterais relacionados com o instrumento, quando existente;
- o estágio em que o instrumento está alocado;
- o atraso no pagamento de principal ou de encargos;
- o risco de crédito e a alocação em estágios de outros instrumentos da mesma contraparte; e
- os demais aspectos relevantes, a exemplo do segmento econômico e da localização geográfica da contraparte e do período de aquisição ou de originação e do prazo do instrumento, que sejam definidos na política de crédito e nos procedimentos de gestão de crédito da instituição como operações de varejo, considerando, no mínimo: o valor do instrumento; a exposição total da instituição à contraparte; e cujo gerenciamento seja realizado de forma massificada.

Probabilidade de descumprimento (“PD” – Probability of Default) – É a probabilidade de o instrumento não ser honrado pela contraparte (descumprimento) no horizonte de tempo observado. Para instrumentos financeiros que não tiverem um aumento significativo de risco de crédito, é observado o descumprimento ao longo de 12 meses (PD 12 meses). Para aqueles que tiverem aumento significativo de risco de crédito, caracterizados pela alocação nos estágios 2 ou 3, a PD é ajustada para considerar o comportamento do descumprimento pelo período contratual máximo do ativo (PD lifetime). Além disso, as PD são ajustadas, a partir de ponderações de cenários econômicos, para melhor refletir o comportamento de descumprimentos no período do exercício subsequente, levando em conta a situação econômica e de mercado que afetem o risco de crédito do instrumento (visão prospectiva “Forward Looking”).

Perda dado o descumprimento (“LGD” – Loss Given Default) – A perda, dado o descumprimento, é uma estimativa baseada no histórico de perdas contábeis observadas ponderadas pelas respectivas taxas de descumprimento dos diferentes portfólios. Representa a proporção do valor não recuperado pelo credor frente ao valor exposto ao risco no momento do descumprimento.

A LGD é construída com base nas informações estatísticas e características das operações, entre outras, os custos de recuperação do instrumento, eventuais garantias ou colaterais, as taxas históricas de recuperação em instrumentos financeiros com características e risco de crédito similares e a concessão de vantagens à contraparte.

Exposição no momento de descumprimento (“EAD” – Exposure at Default) – É a estimativa de exposição da operação (saldo base) no caso de o cliente entrar em situação de descumprimento. Para os créditos a liberar, essa exposição pode ser efetiva (parte do limite já utilizada) e/ou contingente (parte do limite disponível, mas ainda não utilizada). No caso de limites não canceláveis unilateralmente, o Banco utiliza a metodologia de Fator de Conversão em Crédito (FCC), que corresponde a uma estimativa com base em observação histórica da utilização dos limites até o momento do eventual descumprimento, como forma de obter uma projeção do saldo que será utilizado pelo cliente quando o descumprimento ocorrer.

A provisão para perda esperada de crédito é determinada com base na expectativa de risco dos contratos com características semelhantes (agrupamentos de risco e produtos, setor econômico e eventuais garantias envolvidas) e a estimativa de perda futura. A visão do Banco sobre as condições econômicas atuais e futuras é incorporada na estimativa de perdas de crédito, mediante a aplicação de cenários macroeconômicos ponderados.

Níveis de provisão para perdas associadas ao risco de crédito – O Banco observa os níveis de provisões estabelecidos pela regulamentação vigente para perdas incorridas associadas ao risco de crédito para ativos financeiros inadimplidos (ativo com atraso superior a 90 dias), sem prejuízo da responsabilidade da Instituição pela constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face à totalidade da perda esperada na realização desses ativos. Os registros de provisão para perda incorrida (PI) e de provisão para perda esperada (PE) são realizados de forma segregada.



O Banco utiliza pontualmente análises individualizadas para avaliar o risco de crédito em certas exposições monitoradas pela Administração, que consideram aspectos relevantes do conhecimento de especialistas, com base em indicadores financeiros e aspectos qualitativos das empresas, do ambiente de negócios e dos instrumentos financeiros.

O Banco possui cálculo de perda esperada para exposições off-balance, como compromissos de empréstimos, saldos a liberar, prestação de garantias e exposições contingentes. Nesses casos, o Banco avalia a expectativa de utilização desses saldos pelo tomador. Uma conta de provisão é criada no passivo, sendo a contrapartida reconhecida no resultado do período.

h) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25,00%
Contribuição Social sobre o Lucro líquido – CSLL ¹	20,00%
PIS/Pasep ²	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins ²	4,00%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5,00%

1 - Alíquota aplicada aos bancos, sendo que, para as demais empresas financeiras e as não financeiras dos ramos de seguros, previdência e capitalização a alíquota é de 15%. Para as demais empresas não financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9%.

2 - Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos, são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020, suportados por estudo de capacidade de realização.

Conforme art. 6º da Lei nº 14.467/2022, as perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 e que não tinham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas somente poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026, sendo permitida a opção, até 31 de dezembro de 2025, de forma irrevogável e irretroatável, por efetuar as referidas deduções, à razão de 1/120 (um cento e vinte avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

As perdas incorridas de que trata o art. 2º da Lei nº 14.467/2022 relativas ao exercício de 2025 não poderão ser deduzidas em montante superior ao lucro real do exercício, antes de computada essa dedução. Tais perdas não deduzidas deverão ser adicionadas ao saldo das perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025, mencionadas no parágrafo anterior, e excluídas do lucro líquido à mesma razão e no mesmo prazo da dedução desse saldo, observada a opção permitida pela Lei e citada no parágrafo anterior.

i) Investimentos, imobilizado de uso e intangível

Investimentos: os investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada, controlada em conjunto ou coligada.

Os fluxos de caixa referentes aos dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos são apresentados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa, sendo classificados de maneira consistente, de período a período, como decorrentes de atividades de investimento.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, as empresas controladas são consolidadas integralmente e as empresas coligadas e controladas em conjunto são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

Imobilizado de uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo. A depreciação do imobilizado de uso é contabilizada em Outras Despesas Administrativas.



Intangível: o ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo Banco, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da empresa e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da empresa ou de outros direitos e obrigações.

Os ágios por expectativa de rentabilidade futura são amortizados, em contrapartida ao resultado do período, de acordo com as projeções de resultado anual constantes nos estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios, e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

Os demais ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos desembolsos para aquisição de direitos para prestação de serviços bancários (direitos de gestão de folhas de pagamento), amortizados de acordo com os prazos dos contratos; e softwares, amortizados pelo método linear pelo prazo de vida útil a partir da data da sua disponibilidade para uso. Os ativos intangíveis são ajustados por perda por desvalorização (impairment), quando aplicável. A amortização dos ativos intangíveis é contabilizada em Outras despesas administrativas.

j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para verificar se há alguma indicação de que possam ter sofrido desvalorização, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Havendo indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre o seu valor justo, menos os custos para vendê-lo, e o seu valor em uso.

Se o valor contábil do ativo for maior que o seu valor recuperável, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização (impairment), reconhecida na Demonstração do resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Imobilizado de uso

Terrenos e edificações – na apuração do valor recuperável de terrenos e edificações, são utilizados dados de índices de mercado, testes estatísticos com base em dados de vendas de imóveis próprios e avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Equipamentos de processamento de dados – na apuração do valor recuperável dos equipamentos de processamento de dados relevantes, são considerados os valores praticados no mercado para bens semelhantes, substitutos ou análogos, valendo-se de fontes internas ou externas. Na impossibilidade de obtenção de dados confiáveis para estimação do preço de mercado, o Banco avalia se os benefícios futuros esperados pelo uso desses ativos ainda justificam a sua ativação pelo valor recuperável, qualificando as informações que justificam essa análise.

Outros itens do imobilizado – embora sejam sujeitos à análise de indicativo de perda, os demais bens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor ou estão integralmente depreciados e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco controla esses bens por meio de cadastro sistematizado e realiza inventário anualmente, onde os bens perdidos ou deteriorados são baixados na contabilidade.

Intangível

Direitos de gestão de folhas de pagamento – o modelo de avaliação do valor recuperável dos direitos de gestão de folhas de pagamento está relacionado ao acompanhamento da performance dos contratos, calculada a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem à performance observada. Para os contratos que não atingem a performance esperada, é reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável.



Softwares – os softwares, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos softwares consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um software entra em desuso, seu valor é baixado na contabilidade.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

Investimentos e ágio na aquisição de investimentos

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos e dos ágios por expectativa de rentabilidade futura consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em (i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; (ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e (iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM.

k) Operações de arrendamento mercantil

Banco como arrendatário – O Banco possui acordos de arrendamentos operacionais que, de acordo com regulação vigente, são assim considerados:

Ativos de direito de uso – Referem-se essencialmente a contratos de aluguel de imóveis utilizados na prática das operações administrativas e bancárias decorrentes de acordos de arrendamentos operacionais. De maneira geral, esses contratos são elaborados em condições e termos usuais de mercado, incluindo opções de renovação e cláusulas de reajuste anual do preço de locação se utilizando, como principais parâmetros de reajuste, os índices oficiais de inflação do País.

Passivos de arrendamento – Decorrem do direito de uso dos ativos mencionados acima e representam o valor a ser desembolsado referente às parcelas do arrendamento, descontadas por uma taxa de juros equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado os recursos necessários para obter um ativo similar ao de direito de uso, considerando um ambiente econômico, prazo e garantia semelhantes. O Banco utilizou a taxa incremental que representa o custo de suas captações institucionais equivalente a uma Letra Financeira Subordinada. Foram utilizadas taxas de descontos unificadas, considerando uma carteira de prazos e contratos semelhantes.

As parcelas contratualmente definidas são projetadas até os seus términos. Os pagamentos variáveis, atrelados a índices são remensurados quando da alteração do valor da parcela, por ocasião dos reajustes anuais nas datas de aniversário dos contratos. As cláusulas não impõem ao Banco nenhuma restrição para pagamento de dividendos, contratação de dívidas ou celebração de contratos de arrendamentos adicionais.

As despesas de juros sobre os passivos de arrendamento estão evidenciadas na Nota 26. A Nota 15 evidencia a movimentação do ativo de direito de uso. As saídas de caixa totais para arrendamentos estão informadas na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Os demais itens arrendados, além dos imóveis mencionados acima, são essencialmente equipamentos, cujos contratos possuem duração de até 12 meses. Para esses itens, foi adotado o expediente prático, sendo reconhecidos como despesa numa base linear ao longo do prazo do arrendamento. As despesas decorrentes desses arrendamentos de curto prazos estão evidenciadas na Nota 26.

**l) Benefícios a empregados**

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CVM nº 110/2022 e pela Resolução CMN nº 4.877/2020. As avaliações são realizadas no mínimo semestralmente, podendo ser em periodicidade inferior quando aplicável.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem substancialmente na entidade patrocinadora. Assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1), sendo que:

- o custo do serviço corrente e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes, no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. E, conforme previsão normativa, esses efeitos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido não devem ser reclassificados para o resultado em períodos subsequentes.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes

O Banco constitui provisões quando as condições mostram que:

- o Banco possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de eventos passados;
- for provável que uma saída de benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; e
- o valor da obrigação pode ser apurado com segurança.

As provisões são constituídas com base na melhor estimativa de perdas prováveis.

O Banco monitora de forma contínua os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas:

- sua natureza e complexidade;
- o andamento dos processos;
- a opinião dos advogados do Banco; e
- a experiência do Banco com processos similares.



Ao determinar se uma perda é provável, o Banco considera:

- a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorreram antes ou na data do balanço, mas que foram identificadas após aquela data, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis; e
- a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data do balanço, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

n) Ativos mantidos para venda

Investimentos mantidos para venda

Referem-se aos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto que o Banco espera realizá-los pela sua venda, estejam disponíveis para venda imediata e sua alienação seja altamente provável. A partir do momento em que o Banco decide vendê-los, esses ativos são mensurados pelo menor valor entre:

- o valor contábil líquido, deduzidas as provisões para perdas por redução ao valor recuperável; e
- o valor justo, avaliado conforme regulamentação específica, líquido de despesas de venda.

A eventual diferença entre o valor contábil líquido do ativo e o valor justo líquido de despesas de venda é reconhecida no resultado do período.

Ativos não financeiros mantidos para venda

São aqueles não abrangidos no conceito de ativo financeiro, conforme regulamentação específica. Referem-se principalmente aos imóveis não de uso recebidos em liquidação de operações de créditos de difícil ou duvidosa solução.

São reconhecidos inicialmente nas adequadas rubricas contábeis, conforme o prazo esperado de venda, na data do seu recebimento pelo Banco, sendo avaliados pelo menor valor entre:

- o valor contábil bruto da respectiva operação de crédito de difícil ou duvidosa solução; e
- o valor justo do bem, avaliado conforme regulamentação específica, líquido de despesas de venda.

A eventual diferença entre o valor contábil do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução, líquido de provisões, e o valor justo é reconhecida no resultado do período

o) Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata die.

p) Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação é realizado de duas formas: (i) lucro por ação básico e (ii) lucro por ação diluído. O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação em cada um dos períodos apresentados.

O cálculo do lucro por ação diluído é efetuado mediante divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada das ações ordinárias em circulação, ajustada para refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras.

**q) Conversão de operações em moeda estrangeira**

Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do Grupo (exceto para o Banco do Brasil Americas e o Banco Patagonia).

As demonstrações contábeis das agências e controladas no exterior seguem os critérios contábeis vigentes no Brasil e são convertidas para o Real, preliminarmente à aplicação do método de equivalência patrimonial, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.817/2020.

As investidas no exterior que possuem o Real como a moeda funcional tem suas demonstrações contábeis convertidas com base nos saldos diários de cada subtítulo contábil, considerando a variação diária da taxa de câmbio, e seus efeitos são reconhecidos em contrapartida ao resultado da investida.

Para as investidas no exterior que possuem moeda funcional diferente do Real, os ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do respectivo balancete ou balanço e as receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média do período, e seus efeitos são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, no Patrimônio Líquido da investidora.

r) Resultados não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. As informações do resultado recorrente e não recorrente constam da Nota 32.



4 – Principais julgamentos e estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. Desse modo, requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados pelo Banco poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

a) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Periodicamente, o Banco revisa a composição da carteira de instrumentos financeiros de forma a avaliar se perdas esperadas devem ser reconhecidas. O processo de avaliação da carteira envolve diversas estimativas e julgamentos. Esse processo inclui a observância de fatores que evidenciem uma alteração do perfil de risco do cliente, do instrumento de crédito e da qualidade das garantias que resultem em redução da estimativa de recebimento dos fluxos de caixa futuros.

Para suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações oriundas da prestação de garantias de contratos não registrados no balanço patrimonial (off-balance), além de compromissos de crédito firmados (limites concedidos e ainda não utilizados pelos clientes), o Banco constitui provisão para perdas esperadas, apenas para os compromissos de crédito e créditos a liberar não canceláveis, sendo este valor reconhecido como passivo em contrapartida com o resultado do período.

A perda esperada busca identificar as perdas que acontecerão nos próximos 12 meses ou que ocorrerão durante a vida da operação, considerando visão prospectiva, englobando a avaliação dos instrumentos financeiros em 3 estágios, sendo sujeitos a análises quantitativas e qualitativas para o devido enquadramento.

O estágio de enquadramento é revisto sistematicamente considerando os processos de sensoriamento de risco do Banco, a fim de capturar mudanças das características dos instrumentos e suas garantias e das informações comportamentais do cliente, que resultem em agravamento ou atenuação do risco de crédito, realizado por meio de cenários econômicos prospectivos. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, os resultados reais podem variar, gerando futuros reforços ou reversões de perdas.

Outras informações sobre a metodologia de cálculo e premissas utilizadas pelo Banco para avaliação de perdas associadas ao risco de crédito, assim como os valores quantitativos registrados a título de perda esperada associada ao risco de crédito, podem ser obtidas nas Notas 3.g, 9, 10, 12, 13 e 20.

b) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: (i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e (ii) o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, o Banco testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos, no mínimo anualmente, sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização.

A determinação do valor recuperável na avaliação de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros requer que a Administração exerça julgamentos e adote premissas. Essas estimativas são baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas.

**c) Impostos sobre os lucros**

As receitas geradas pelo Banco estão sujeitas ao pagamento de impostos nas diversas jurisdições onde são desenvolvidas suas atividades operacionais. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas podem resultar num valor diferente de impostos sobre os lucros reconhecidos no período.

As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pelo Banco e pelas suas subsidiárias no prazo de cinco anos, contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pelo Banco, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, a Administração acredita que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registrados nestas demonstrações contábeis.

d) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, sendo reconhecidos contabilmente quando o Banco possuir expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes, em montantes suficientes para compensar referidos valores. A realização esperada do crédito tributário do Banco é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal atual.

As estimativas consideradas pelo Banco para o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são obtidas em função das expectativas atuais e das projeções de eventos e tendências futuras. As principais premissas identificadas pelo Banco que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores, como:

- variações nos valores depositados, na inadimplência e na base de clientes;
- mudanças na regulamentação governamental que afetem questões fiscais;
- alterações nas taxas de juros;
- mudanças nos índices de inflação;
- processos ou disputas judiciais adversas;
- riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e de investimento;
- mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- mudanças nas condições econômicas internas e externas.

e) Pensões e outros benefícios a empregados

O Banco patrocina planos de previdência na forma de planos de contribuição definida e planos de benefício definido, contabilizados de acordo com o CPC 33 (R1). A avaliação atuarial depende de uma série de premissas, entre as quais se destacam:

- taxas de juros assumidas;
- tábuas de mortalidade;
- índice anual aplicado à revisão de aposentadorias;
- índice de inflação de preços;
- índice anual de reajustes salariais; e
- método usado para calcular os compromissos relativos a direitos adquiridos dos funcionários ativos.

Alterações nesses pressupostos podem ter um impacto significativo sobre os valores determinados.

**f) Provisões, ativos e passivos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R\$ 1 milhão. O método massificado contempla todos os processos, independentemente da avaliação realizada pelos assessores jurídicos.

Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes de mensuração individualizada classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.



5 – Aquisições, vendas e reestruturações societárias

Não ocorreram aquisições, vendas e reestruturações societárias relevantes no período.



6 – Informações por segmento

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo Conselho Diretor na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se ainda o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços. Essas informações são preparadas com base em relatórios internos de gestão (Consolidado Gerencial), os quais são revisados regularmente pela Administração.

As operações do Banco são substancialmente realizadas no país e estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de atividades econômicas tais como consórcios e outros serviços, que foram agregadas em Outros segmentos.

A mensuração do resultado gerencial e do patrimônio gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas bem como todos os ativos e passivos apurados pelas empresas controladas (Nota 2). Não há receitas ou despesas nem ativos ou passivos comuns alocados entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações entre segmentos são eliminadas na coluna Eliminações intersegmentos e são realizadas em condições e taxas compatíveis com os praticados com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da receita líquida total da instituição.

a) Segmento bancário

Resultado obtido preponderantemente no Brasil em grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição situados no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo, realizados por meio de rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal, realizados por intermédio de correspondentes bancários.

b) Segmento de investimentos

Nesse segmento, são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

O resultado da intermediação financeira do segmento é obtido por meio de receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As participações acionárias existentes estão concentradas nas empresas coligadas e controladas em conjunto. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de underwriting de renda fixa e variável.

c) Segmento de gestão de recursos

Composto essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de seguros, previdência e capitalização

Nesse segmento, são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e títulos de capitalização.

O resultado advém principalmente das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Segmento de meios de pagamento

Composto pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico.

As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários pela prestação dos serviços descritos no parágrafo anterior, além das rendas de aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos.

f) Outros segmentos

Compreende os segmentos de consórcios e outros serviços, que foram agregados por não serem individualmente representativos.

Suas receitas são oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática.

g) Informações sobre clientes externos por região geográfica

	01/01 a 30/09/2025	
	Brasil	Exterior
Receitas com clientes externos	253.886.798	8.969.394
Receitas da intermediação financeira	213.354.400	7.335.127
Carteira de crédito	123.445.447	1.205.013
Aplicações interfinanceiras de liquidez	27.071.354	1.682.099
Títulos e valores mobiliários	51.449.517	4.625.755
Instrumentos financeiros derivativos	(3.477.878)	(62.395)
Aplicações compulsórias	7.300.750	--
Outros ativos financeiros	7.565.210	(115.345)
Outras receitas	40.532.398	1.634.267
Receitas de prestação de serviços	24.790.555	1.187.912
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	5.871.674	--
Demais receitas	9.870.169	446.355
Ativo não-circulante¹	46.708.717	351.519

1 - Exceto instrumentos financeiros, impostos diferidos ativos e ativos de benefício pós-emprego.

As receitas auferidas no exterior foram originadas principalmente em operações realizadas pelas dependências localizadas na América do Sul.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Informações gerenciais por segmento reconciliadas com o contábil

	01/01 a 30/09/2025							
	Informações Gerenciais por Segmento							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Eliminações Intersegmentos	Consolidado
Receitas da intermediação financeira	220.068.486	592.620	302.541	186.210	339.601	604.188	(1.404.119)	220.689.527
Carteira de crédito	124.660.871	--	--	--	--	--	(10.411)	124.650.460
Aplicações interfinanceiras de liquidez	28.947.920	177	254.586	--	339.621	604.857	(1.393.708)	28.753.453
Títulos e valores mobiliários	55.256.297	585.071	48.327	186.209	37	(669)	--	56.075.272
Instrumentos financeiros derivativos	(3.547.645)	7.372	--	--	--	--	--	(3.540.273)
Aplicações compulsórias	7.300.750	--	--	--	--	--	--	7.300.750
Outros ativos financeiros	7.450.293	--	(372)	1	(57)	--	--	7.449.865
Despesas da intermediação financeira	(145.167.920)	(205.494)	--	--	--	(528.274)	2.035.533	(143.866.155)
Recursos de instituições financeiras	(57.513.558)	(205.494)	--	--	--	(9.751)	2.035.533	(55.693.270)
Recursos de clientes	(55.049.336)	--	--	--	--	--	--	(55.049.336)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(30.098.793)	--	--	--	--	(518.523)	--	(30.617.316)
Outras despesas de captação	(2.506.233)	--	--	--	--	--	--	(2.506.233)
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(47.009.806)	(23.725)	--	--	--	(95.675)	--	(47.129.206)
Outras receitas	25.974.697	544.500	3.082.699	8.876.170	1.333.994	5.365.349	(3.010.744)	42.166.665
Receitas de prestação de serviços	15.550.869	364.392	3.073.751	4.287.401	33.657	4.171.042	(1.502.645)	25.978.467
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	792.353	10.916	--	3.921.742	1.146.663	--	--	5.871.674
Demais receitas	9.631.475	169.192	8.948	667.027	153.674	1.194.307	(1.508.099)	10.316.524
Outras despesas	(48.797.069)	(168.776)	(501.319)	(892.785)	(87.597)	(2.759.578)	2.379.330	(50.827.794)
Despesas de pessoal	(19.088.641)	(30.907)	(121.019)	(70.836)	(3.624)	(456.986)	4.905	(19.767.108)
Outras despesas administrativas	(8.570.303)	(39.025)	(70.348)	(61.940)	(925)	(309.062)	1.483.855	(7.567.748)
Amortização	(1.997.863)	--	--	(89)	--	(3.398)	--	(2.001.350)
Depreciação	(1.428.277)	--	--	--	--	(70.845)	--	(1.499.122)
Despesas tributárias	(5.189.314)	(56.872)	(219.705)	(538.192)	(31.485)	(593.147)	--	(6.628.715)
Demais despesas	(12.522.671)	(41.972)	(90.247)	(221.728)	(51.563)	(1.326.140)	890.570	(13.363.751)
Provisões	(8.947.647)	(25.923)	(1.482)	(6.194)	(46)	(16.327)	--	(8.997.619)
Cíveis, fiscais e trabalhistas	(8.934.981)	(25.923)	(1.482)	(6.194)	(46)	(16.327)	--	(8.984.953)
Outras	(12.666)	--	--	--	--	--	--	(12.666)
Resultado antes dos tributos e participações	(3.879.259)	713.202	2.882.439	8.163.401	1.585.952	2.569.683	--	12.035.418
Imposto de Renda e Contribuição Social	8.757.936	(311.930)	(1.144.883)	(1.435.526)	(142.169)	(823.658)	--	4.899.770
Participação de empregados e administradores no lucro	(1.613.248)	(1.091)	(1.745)	(559)	--	(9.933)	--	(1.626.576)
Participação dos não controladores	(339.033)	--	--	(2.135.497)	--	1.573	--	(2.472.957)
Lucro líquido	2.926.396	400.181	1.735.811	4.591.819	1.443.783	1.737.665	--	12.835.655
Saldos patrimoniais								
Aplicações interfinanceiras de liquidez	357.034.664	--	2.507.060	6.103.692	3.333.442	8.359.039	(22.377.147)	354.960.750
Títulos e valores mobiliários	657.529.973	1.623.742	551.750	1.970.454	547	776.417	(115.626)	662.337.257
Carteira de crédito	1.214.526.945	--	--	--	--	--	(182.065)	1.214.344.880
Investimentos	32.153.191	1.290.996	--	8.219.643	4.356.583	--	(26.108.931)	19.911.482
Demais Ativos	275.404.916	1.289.246	472.801	3.950.960	3.800.533	8.015.025	(5.769.812)	287.163.669
Total do ativo	2.536.649.689	4.203.984	3.531.611	20.244.749	11.491.105	17.150.481	(54.553.581)	2.538.718.038
Passivo	2.356.556.049	3.280.510	1.486.866	7.945.858	275.273	13.517.778	(30.931.118)	2.352.131.216
Recursos de clientes	891.410.656	--	--	--	--	--	(89.040)	891.321.616
Recursos de instituições financeiras	815.212.627	2.414.623	--	--	--	182.065	(22.559.212)	795.250.103
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	359.111.583	--	--	--	--	8.776.852	--	367.888.435
Provisões	34.625.128	145.002	37.339	59.976	420	441.185	(3.204)	35.305.846
Demais Passivos	256.196.055	720.885	1.449.527	7.885.882	274.853	4.117.676	(9.279.662)	262.365.216
Patrimônio líquido	180.093.640	923.474	2.044.745	12.298.891	11.215.832	3.632.703	(23.622.463)	186.586.822
Total do passivo e patrimônio líquido	2.536.649.689	4.203.984	3.531.611	20.244.749	11.491.105	17.150.481	(54.553.581)	2.538.718.038



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

7 – Caixa e equivalentes de caixa

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Disponibilidades	21.781.400	23.732.657
Disponibilidades em moeda nacional	12.626.985	12.629.551
Disponibilidades em moeda estrangeira	9.154.415	11.103.106
Depósitos no Banco Central do Brasil	1.999.998	1.999.998
Aplicações voluntárias no Banco Central	1.999.998	1.999.998
Aplicações interfinanceiras de liquidez ¹	41.967.418	40.020.716
Aplicações no mercado aberto - vendas a liquidar - posição bancada	--	6
Aplicações em depósitos interfinanceiros	41.265.591	40.020.710
Aplicações em moeda estrangeira	701.827	--
Total	65.748.816	65.753.371

1 - Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

8 – Depósitos no Banco Central do Brasil

a) Composição

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Depósitos a prazo	52.798.062	52.798.062
Depósitos de poupança	42.707.789	42.707.789
Depósitos à vista	18.755.923	18.755.923
Conta de pagamento instantâneo	4.112.589	4.112.589
Aplicações voluntárias no Banco Central	1.999.998	1.999.998
Depósitos de moeda eletrônica	163.924	163.924
Total	120.538.285	120.538.285

b) Resultado das aplicações compulsórias

	Banco Múltiplo	Consolidado
	01/01 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Exigibilidade sobre recursos a prazo	4.775.709	4.775.709
Depósitos de poupança	2.525.041	2.525.041
Total	7.300.750	7.300.750



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

9 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Composição

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Aplicações no mercado aberto	303.241.011	303.578.393
Re vendas a liquidar - posição bancada	1.815.214	2.152.596
Títulos Públicos Federais - no país	1.004.736	1.004.736
Títulos de Responsabilidade da União no exterior	810.478	896.072
Outros títulos no exterior	--	251.788
Re vendas a liquidar - posição financiada	301.425.797	301.425.797
Títulos Públicos Federais - no país	301.425.797	301.425.797
Aplicações em depósitos interfinanceiros ¹	47.851.553	51.382.357
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez	351.092.564	354.960.750
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(8.176)	(8.471)
Perda esperada em aplicações em depósitos interfinanceiros	(8.176)	(8.212)
Perda esperada em aplicações no mercado aberto	--	(259)
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez líquida de perdas esperadas	351.084.388	354.952.279

1 - Inclui no Consolidado o montante de R\$ 6.321.047 mil referente a aplicações no exterior determinadas pelas autoridades monetárias locais.

b) Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Banco Múltiplo	Consolidado
	01/01 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Rendas de aplicações no mercado aberto	31.469.883	31.499.425
Posição financiada	31.367.218	31.367.218
Posição bancada	102.665	132.207
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	2.562.166	2.558.948
Variação cambial	(5.304.920)	(5.304.920)
Receita de aplicações interfinanceiras de liquidez	28.727.129	28.753.453
(Constituição)/reversão de perda esperada	7.636	18.198
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	28.734.765	28.771.651

c) Estágios

30/09/2025	Banco Múltiplo			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Aplicações no mercado aberto	303.241.011	--	--	303.241.011
Aplicações em depósitos interfinanceiros	47.851.553	--	--	47.851.553
Total	351.092.564	--	--	351.092.564
Perda esperada em aplicações interfinanceiras de liquidez	(8.176)	--	--	(8.176)
Saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez	351.084.388	--	--	351.084.388

30/09/2025	Consolidado			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Aplicações no mercado aberto	303.578.393	--	--	303.578.393
Aplicações em depósitos interfinanceiros	51.382.357	--	--	51.382.357
Total	354.960.750	--	--	354.960.750
Perda esperada em aplicações interfinanceiras de liquidez	(8.471)	--	--	(8.471)
Saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez	354.952.279	--	--	354.952.279



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

10 – Títulos e valores mobiliários

a) Classificação contábil dos títulos e valores mobiliários

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Valor justo no resultado	4.258.217	7.513.069
Valor justo em outros resultados abrangentes	564.977.123	573.184.439
Custo amortizado	70.618.568	81.639.749
Total	639.853.908	662.337.257
Perdas esperadas em títulos e valores mobiliários	(46.923)	(603.017)
Total líquido	639.806.985	661.734.240

b) Valor justo no resultado (VJR)

Banco Múltiplo	30/09/2025			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	4.252.257	5.877	(2.107)	4.256.027
Títulos públicos federais	4.038.541	818	--	4.039.359
Títulos privados de entidades não financeiras	213.716	5.059	(2.107)	216.668
Instrumentos de patrimônio	--	83	--	83
Cotas de fundos de investimento	--	83	--	83
Total	4.252.257	5.960	(2.107)	4.256.110

Consolidado	30/09/2025			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	6.327.392	206.181	(34.148)	6.499.425
Títulos públicos federais	4.328.792	1.617	--	4.330.409
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	97.479	92.329	--	189.808
Títulos privados de instituições financeiras	37.106	319	--	37.425
Títulos privados de entidades não financeiras	1.864.015	111.916	(34.148)	1.941.783
Instrumentos de patrimônio	906.414	73.082	--	979.496
Ações	127.719	57	--	127.776
Cotas de fundos de investimento e outros títulos	778.695	73.025	--	851.720
Total	7.233.806	279.263	(34.148)	7.478.921



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA)

Banco Múltiplo	30/09/2025			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	564.246.448	(1.486.511)	(6.775)	562.753.162
Títulos públicos federais	555.955.378	(1.378.130)	--	554.577.248
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	3.257.600	(62.947)	(3.359)	3.191.294
Títulos privados de instituições financeiras	1.866.846	36.175	(1.548)	1.901.473
Títulos privados de entidades não financeiras	3.166.624	(81.609)	(1.868)	3.083.147
Instrumentos de patrimônio ¹	1.917.422	299.764	--	2.217.186
Ações	114.584	153.135	--	267.719
Cotas de fundos de investimento	1.802.838	146.629	--	1.949.467
Total	566.163.870	(1.186.747)	(6.775)	564.970.348

1 - Instrumentos financeiros para os quais o Banco adotou a opção irrevogável de mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, não sendo permitida a reclassificação subsequente de ganhos ou perdas ao resultado por ocasião da liquidação do ativo.

Consolidado	30/09/2025			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	572.671.016	(1.775.343)	(154.476)	570.741.197
Títulos públicos federais	556.153.799	(1.403.767)	--	554.750.032
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	5.268.884	(322.323)	(116.981)	4.829.580
Títulos privados de instituições financeiras	1.878.994	36.479	(1.681)	1.913.792
Títulos privados de entidades não financeiras	9.369.339	(85.732)	(35.814)	9.247.793
Instrumentos de patrimônio ¹	1.975.765	313.001	--	2.288.766
Ações	148.046	138.343	--	286.389
Cotas de fundos de investimento	1.827.719	174.658	--	2.002.377
Total	574.646.781	(1.462.342)	(154.476)	573.029.963

1 - Instrumentos financeiros para os quais o Banco adotou a opção irrevogável de mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, não sendo permitida a reclassificação subsequente de ganhos ou perdas ao resultado por ocasião da liquidação do ativo.

d) Custo amortizado

Banco Múltiplo	30/09/2025				
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Instrumentos de dívida	24.818.401	45.398.963	401.204	--	70.618.568
Títulos públicos federais	13.500.396	22.672.294	401.204	--	36.573.894
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	11.318.005	22.726.669	--	--	34.044.674
Perdas esperadas em títulos e valores mobiliários	(16.360)	(21.681)	--	--	(38.041)
Total	24.802.041	45.377.282	401.204	--	70.580.527



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	30/09/2025				
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Instrumentos de dívida	30.570.721	50.667.824	401.204	--	81.639.749
Títulos públicos federais	14.648.667	23.989.924	401.204	--	39.039.795
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	15.913.678	26.677.900	--	--	42.591.578
Títulos privados de instituições financeiras	8.376	--	--	--	8.376
Perdas esperadas em títulos e valores mobiliários	(141.631)	(272.762)	--	--	(414.393)
Total	30.429.090	50.395.062	401.204	--	81.225.356

Em linha com a gestão de riscos e em função de dinâmicas de negócios, o Banco revisou sua estratégia de gestão de ativos financeiros e determinados modelos de negócios relacionados ao portfólio de títulos públicos pré-fixados. Como resultado, foram reclassificados papéis da categoria “valor justo em outros resultados abrangentes” para a categoria “custo amortizado” no montante de R\$ 32.929.465 mil, com efeito líquido positivo no patrimônio líquido de R\$ 1.146.778 mil, sem efeitos no resultado do período.

e) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários, líquida das perdas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Carteira própria	235.164.661	269.229.352
Vinculados a compromissos de recompra	384.617.653	372.265.359
Vinculados a prestação de garantia	20.024.671	20.239.529
Total	639.806.985	661.734.240

f) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

	Banco Múltiplo	Consolidado
	01/01 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Títulos de renda fixa	48.238.760	48.843.312
Títulos de renda variável	93	53.816
Títulos e valores mobiliários no exterior	3.339.784	6.940.966
Aplicações em fundos de investimentos	42	34.519
Ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários	57.017	130.615
Variação cambial	72.350	72.044
Receitas com títulos e valores mobiliários	51.708.046	56.075.272
(Perdas)/reversões com títulos e valores mobiliários	412.834	380.085
Resultado com títulos e valores mobiliários	52.120.880	56.455.357



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Instrumentos de dívida classificados por estágios

Banco Múltiplo	30/09/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor justo no resultado	4.246.764	5	5.488	4.252.257
Títulos públicos federais	4.038.541	--	--	4.038.541
Títulos privados de entidades não financeiras	208.223	5	5.488	213.716
Valor justo em outros resultados abrangentes	563.492.107	754.203	138	564.246.448
Títulos públicos federais	555.955.378	--	--	555.955.378
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	2.503.397	754.203	--	3.257.600
Títulos privados de instituições financeiras	1.866.846	--	--	1.866.846
Títulos privados de entidades não financeiras	3.166.486	--	138	3.166.624
Custo amortizado	70.618.568	--	--	70.618.568
Títulos públicos federais	36.573.894	--	--	36.573.894
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	34.044.674	--	--	34.044.674
Perdas esperadas	(41.700)	(3.344)	(1.879)	(46.923)
Total	638.315.739	750.864	3.747	639.070.350

Consolidado	30/09/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor justo no resultado	6.194.854	31.057	101.481	6.327.392
Títulos públicos federais	4.328.792	--	--	4.328.792
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	66.427	31.052	--	97.479
Títulos privados de instituições financeiras	37.106	--	--	37.106
Títulos privados de entidades não financeiras	1.762.529	5	101.481	1.864.015
Valor justo em outros resultados abrangentes	570.050.326	2.614.935	5.755	572.671.016
Títulos públicos federais	556.153.799	--	--	556.153.799
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	2.653.949	2.614.935	--	5.268.884
Títulos privados de instituições financeiras	1.878.994	--	--	1.878.994
Títulos privados de entidades não financeiras	9.363.584	--	5.755	9.369.339
Custo amortizado	74.913.649	6.726.100	--	81.639.749
Títulos públicos federais	39.039.795	--	--	39.039.795
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	35.865.478	6.726.100	--	42.591.578
Títulos privados de instituições financeiras	8.376	--	--	8.376
Perdas esperadas	(104.208)	(463.684)	(35.125)	(603.017)
Total	651.054.621	8.908.408	72.111	660.035.140



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Movimentação entre os estágios dos títulos e valores mobiliários

Banco Múltiplo	30/09/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 01/01/2025¹	444.775.593	1.716.753	306.170	446.798.516
Transferidos para o estágio 1	--	--	(10)	(10)
Oriundos do estágio 3	10	--	--	10
Outras movimentações ²	193.581.836	(962.545)	(300.534)	192.318.757
Saldo em 30/09/2025	638.357.439	754.208	5.626	639.117.273

1 – Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 – Ativos comprados ou liquidados, reforço ou reversão de provisão.

Consolidado	30/09/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 01/01/2025¹	458.273.964	14.410.466	319.247	473.003.677
Transferidos para o estágio 1	--	--	(10)	(10)
Transferidos para o estágio 3	(95.993)	--	--	(95.993)
Oriundos do estágio 1	--	--	95.993	95.993
Oriundos do estágio 3	10	--	--	10
Outras movimentações ²	192.980.848	(5.038.374)	(307.994)	187.634.480
Saldo em 30/09/2025	651.158.829	9.372.092	107.236	660.638.157

1 – Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 – Ativos comprados ou liquidados, reforço ou reversão de provisão.

i) Movimentação entre os estágios das perdas com títulos e valores mobiliários

Banco Múltiplo	01/01 a 30/09/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 01/01/2025¹	(81.877)	(156.752)	(61.387)	(300.016)
Outras movimentações ²	40.177	153.408	59.508	253.093
Saldo em 30/09/2025	(41.700)	(3.344)	(1.879)	(46.923)

1 – Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 – Ativos comprados ou liquidados, reforço ou reversão de provisão.

Consolidado	01/01 a 30/09/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 01/01/2025¹	(121.911)	(995.023)	(65.619)	(1.182.553)
Transferidos para o estágio 3	--	--	(30.718)	(30.718)
Oriundos do estágio 1	30.718	--	--	30.718
Outras movimentações ²	(13.015)	531.339	61.212	579.536
Saldo em 30/09/2025	(104.208)	(463.684)	(35.125)	(603.017)

1 – Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 – Ativos comprados ou liquidados, reforço ou reversão de provisão.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

j) Movimentação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Banco Múltiplo	01/01 a 30/09/2025				
	Saldo em 01/01/2025 ¹	(Constituição)/ Reversão	Baixas	Variação cambial	Saldo em 30/09/2025
Valor justo no resultado	(3.813)	1.706	--	--	(2.107)
Valor justo em outros resultados abrangentes	(274.087)	230.314	--	36.998	(6.775)
Custo amortizado	(22.116)	180.814	(196.739)	--	(38.041)
Total	(300.016)	412.834	(196.739)	36.998	(46.923)

1 – Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Consolidado	01/01 a 30/09/2025				
	Saldo em 01/01/2025 ¹	(Constituição)/ Reversão	Baixas	Variação cambial	Saldo em 30/09/2025
Valor justo no resultado	(12.130)	(22.018)	--	--	(34.148)
Valor justo em outros resultados abrangentes	(518.070)	227.621	--	135.973	(154.476)
Custo amortizado	(652.353)	174.482	(196.743)	260.221	(414.393)
Total	(1.182.553)	380.085	(196.743)	396.194	(603.017)

1 – Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

11 – Instrumentos financeiros derivativos

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	30/09/2025			30/09/2025		
	Custo	Ganhos/ (perdas)	Valor justo	Custo	Ganhos/ (perdas)	Valor justo
Ativo						
Operações a termo ¹	6.707.484	(573.731)	6.133.753	6.713.542	(573.731)	6.139.811
Opções	879.259	(426.288)	452.971	879.259	(426.288)	452.971
Swap	2.652.908	314.990	2.967.898	2.652.908	314.990	2.967.898
Outros derivativos ²	108.231	2.567	110.798	108.705	2.567	111.272
Total	10.347.882	(682.462)	9.665.420	10.354.414	(682.462)	9.671.952
Passivo						
Operações a termo ¹	(7.477.970)	1.228.636	(6.249.334)	(7.506.542)	1.228.636	(6.277.906)
Opções	(1.085.366)	257.038	(828.328)	(1.085.366)	257.038	(828.328)
Swap	(1.370.100)	5.832	(1.364.268)	(1.370.100)	5.832	(1.364.268)
Outros derivativos ²	(429.333)	13.335	(415.998)	(437.372)	13.335	(424.037)
Total	(10.362.769)	1.504.841	(8.857.928)	(10.399.380)	1.504.841	(8.894.539)

1 – Inclui os contratos de câmbio, por se tratarem de operações a termo de moedas.

2 – Referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (non deliverable forward).

Os derivativos são instrumentos financeiros que atendem cumulativamente às seguintes características:

- (i) seus valores se alteram em decorrência das mudanças de uma variável subjacente (taxa de câmbio, taxa de juros, índices de preços, preço de uma commodity etc.);
- (ii) não é necessário qualquer desembolso inicial ou o desembolso inicial é menor do que seria exigido para outros tipos de contratos onde seria esperada uma resposta semelhante às mudanças nos fatores de mercado; e
- (iii) o instrumento financeiro é liquidado numa data futura.



Os instrumentos financeiros derivativos detidos ou mantidos pelo Banco são, essencialmente, transacionados com o propósito de negociação, sendo essas transações associadas, em sua maior parte, a acordos com seus clientes. O Banco pode também tomar posições com a expectativa de lucro, levando-se em consideração variações favoráveis em preços, taxas ou índices.

Dessa forma, o Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições, administrar risco de crédito e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a hedge (de valor justo e de investimento no exterior) e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de hedge das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados pelo Banco são compatíveis com os objetivos definidos, observando a melhor relação risco e retorno e considerando o cenário econômico. São consideradas, na gestão dos riscos dos instrumentos financeiros derivativos, as diversas categorias de riscos e adotada a visão consolidada dos diferentes fatores de riscos.

O Banco avalia a liquidez dos instrumentos financeiros derivativos e identifica, previamente, meios de reversão das posições. Utilizam-se sistemas e processos que permitem o registro, o acompanhamento e o controle das operações com instrumentos financeiros derivativos. No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco como titular, enquanto as posições passivas ou vendidas têm o Banco como lançador.

Os principais riscos inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, mercado, liquidez e operacional, sendo o processo de gestão apresentado na Nota 30. As operações de hedge contábil se propõem a mitigar riscos de mercado, tais como variações em taxas de juros e variações em taxas de câmbio.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos. O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

As estratégias de posicionamento respeitam os limites de alçada e exposição a risco estabelecidos. Os posicionamentos são reavaliados diariamente e no início de cada dia é realizada uma avaliação das estratégias e desempenhos. As estratégias são elaboradas com base em: análise de cenários econômicos; análise técnica (gráfica) e análise fundamentalista; simulação de resultados esperados; simulação de valor em risco (VaR, EVE, Estresse).

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para hedge de posições próprias, para atendimento às necessidades dos clientes e para tomada de posições intencionais, segundo limites, alçadas e procedimentos previamente estabelecidos.

Os objetivos a serem alcançados com as operações de hedge são definidos de forma consolidada, garantida a efetividade de cada operação e observadas as regulamentações de cada jurisdição. Utilizam-se mecanismos de avaliação e acompanhamento da efetividade das operações de hedge com vistas a compensar efeitos da variação no valor de mercado, no fluxo de caixa ou na variação cambial do item objeto de hedge.

A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada. O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco (VaR), de sensibilidade e análise de estresse.

O VaR é utilizado para estimar a perda potencial sob condições rotineiras no mercado, dimensionada diariamente em valores monetários, considerando um intervalo de confiança de 99,21%, horizonte temporal de 10 dias e série histórica de 252 dias úteis.

Para cálculo do VaR, o Banco utiliza a metodologia de Simulação Histórica, que assume a hipótese de que o comportamento retrospectivo dos retornos observados (histórico) dos fatores de risco constitui-se em informação relevante para a mensuração dos riscos de mercado.

Os quadros a seguir demonstram a composição da carteira de derivativos por tipo de risco com seus valores de referência, assim como os seus respectivos valores de mercado, e a composição da carteira de derivativos por prazos de vencimento de seus valores de referência.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/09/2025		30/09/2025	
	Valor de referência	Valor Justo	Valor de referência	Valor Justo
Contratos de Futuros				
Compromissos de Compra	74.438.779	--	75.405.133	--
Risco de taxa de juros	32.940.133	--	32.940.133	--
Risco de moedas	41.189.234	--	42.155.588	--
Outros riscos	309.412	--	309.412	--
Compromissos de Venda	29.110.965	--	29.161.813	--
Risco de taxa de juros	24.903.700	--	24.903.700	--
Risco de moedas	541.060	--	591.908	--
Outros riscos	3.666.205	--	3.666.205	--
Contratos de operações a termo¹				
Posição Ativa	29.518.110	6.133.753	29.573.648	6.139.811
Risco de taxa de juros	520.648	36.458	520.648	36.458
Risco de moedas	22.568.950	1.261.766	22.624.488	1.267.824
Outros riscos	6.428.512	4.835.529	6.428.512	4.835.529
Posição Passiva	34.620.623	(6.249.334)	35.267.460	(6.277.906)
Risco de taxa de juros	1.196.156	(26.186)	1.196.156	(26.186)
Risco de moedas	29.174.775	(2.038.651)	29.821.612	(2.067.223)
Outros riscos	4.249.692	(4.184.497)	4.249.692	(4.184.497)
Contratos de opções				
Posição comprada	26.348.149	452.971	26.348.149	452.971
Risco de moedas	26.348.149	452.971	26.348.149	452.971
Posição vendida	26.767.638	(828.328)	26.767.638	(828.328)
Risco de moedas	26.214.511	(820.477)	26.214.511	(820.477)
Risco de taxa de juros	3.403	(11)	3.403	(11)
Outros riscos	549.724	(7.840)	549.724	(7.840)
Contratos de swap				
Posição ativa	38.909.615	2.967.898	38.909.615	2.967.898
Risco de taxa de juros	28.118.213	2.484.787	28.118.213	2.484.787
Risco de moedas	10.791.402	483.111	10.791.402	483.111
Posição passiva	19.026.402	(1.364.268)	19.026.402	(1.364.268)
Risco de taxa de juros	10.472.741	(736.056)	10.472.741	(736.056)
Risco de moedas	8.553.661	(628.212)	8.553.661	(628.212)
Outros contratos de derivativos²				
Posição ativa	5.140.786	110.798	4.904.087	111.272
Risco de moedas	5.140.786	110.798	4.877.494	111.051
Outros riscos ³	--	--	26.593	221
Posição passiva	8.776.512	(415.998)	8.506.770	(424.037)
Risco de moedas	8.776.512	(415.998)	8.506.770	(424.037)

1 – Inclui os contratos de câmbio, por se tratarem de operações a termo de moedas.

2 – Referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (non deliverable forward).

3 – Refere-se a operações de CDS (credit default swap) cujo risco transferido totaliza o montante do valor de referência do contrato da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor nominal)

Valor de referência – Posição ativa Vencimento em Dias	Banco Múltiplo					Consolidado				
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30/09/2025	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30/09/2025
Contratos de futuros	8.450.917	44.871.048	12.250.754	8.866.060	74.438.779	9.417.271	44.871.048	12.250.754	8.866.060	75.405.133
Contratos de operações a termo	10.520.233	13.254.943	4.529.201	1.213.733	29.518.110	10.575.771	13.254.943	4.529.201	1.213.733	29.573.648
Contratos de opções	4.418.415	7.336.980	8.859.078	5.733.676	26.348.149	4.418.415	7.336.980	8.859.078	5.733.676	26.348.149
Contratos de swap	2.391.528	7.805.285	6.343.267	22.369.535	38.909.615	2.391.528	7.805.285	6.343.267	22.369.535	38.909.615
Outros contratos de derivativos	1.975.120	2.818.073	347.593	--	5.140.786	1.738.421	2.818.073	347.593	--	4.904.087

Valor de referência – Posição passiva Vencimento em Dias	Banco Múltiplo					Consolidado				
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30/09/2025	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30/09/2025
Contratos de futuros	2.250.905	9.477.483	8.932.609	8.449.968	29.110.965	2.301.753	9.477.483	8.932.609	8.449.968	29.161.813
Contratos de operações a termo	9.582.161	8.933.925	12.259.090	3.845.447	34.620.623	10.228.998	8.933.925	12.259.090	3.845.447	35.267.460
Contratos de opções	4.717.474	8.757.649	7.467.061	5.825.454	26.767.638	4.717.474	8.757.649	7.467.061	5.825.454	26.767.638
Contratos de swap	313.381	2.110.517	3.059.657	13.542.847	19.026.402	313.381	2.110.517	3.059.657	13.542.847	19.026.402
Outros contratos de derivativos	2.290.835	4.893.496	1.592.181	--	8.776.512	2.290.835	4.623.755	1.592.180	--	8.506.770

c) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor nominal)

	Banco Múltiplo					Consolidado				
	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros
Bolsa										
B3	103.298.126	--	15.102.750	--	--	103.298.126	--	15.102.750	--	--
Exterior	251.618	--	--	--	--	1.268.820	--	--	--	--
Balcão										
Instituições financeiras	--	10.654.592	--	32.782.969	13.917.298	--	11.356.967	--	32.782.969	13.410.857
Clientes	--	53.484.141	38.013.037	25.153.048	--	--	53.484.141	38.013.037	25.153.048	--



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Letras Financeiras do Tesouro	14.827.973	14.827.973

e) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Contratos de futuro	78.912	117.301
Contratos de operações a termo	(4.762.979)	(4.773.158)
Contratos de opções	(1.915.591)	(1.915.591)
Contratos de swap	3.114.722	3.131.511
Outros derivativos	(37.280)	(100.336)
Total	(3.522.216)	(3.540.273)

f) Composição da carteira de derivativos designados para hedge

O Banco realiza estruturas de Hedge de valor de mercado e de Hedge de investimento líquido no exterior com o objetivo de gerenciar o risco de taxa de juros e o risco cambial apresentados por operações próprias. O Banco documenta a identificação do item objeto de hedge, do instrumento de hedge e a metodologia a ser utilizada para avaliar a sua efetividade desde a concepção da estrutura de hedge contábil.

A estrutura de limites de risco estende-se em nível de fator de risco, com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão, bem como evitar a concentração desses riscos.

As estruturas designadas para as categorias de risco de taxa de juros e risco cambial são realizadas considerando os riscos em sua totalidade, quando existem instrumentos de hedge compatíveis. Por decisão da Administração, em alguns casos, os riscos são protegidos pelo prazo e limite de fator de risco do instrumento de hedge.

Para proteger o valor justo e o risco cambial dos instrumentos designados como objeto de hedge, o Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos (Contratos futuros e swaps).

No início do relacionamento de hedge e de forma contínua, o Banco avalia e acompanha as estratégias para garantir que sejam altamente efetivas, ou seja, os instrumentos de hedge compensem as variações no valor justo atribuídos aos respectivos itens objeto de hedge durante o período estabelecido para o relacionamento de hedge.

A avaliação de efetividade das estruturas de hedge é feita de forma prospectiva e retrospectiva (no decorrer das operações). Para tanto, algumas metodologias são empregadas, tais como:

- Método Dollar Offset (ou Ratio Analysis), baseado na comparação da variação no valor justo do instrumento de hedge com a variação no valor justo do item objeto de hedge;
- Coeficiente de correlação entre a variação do valor presente do instrumento de hedge e as variações do valor presente do objeto de hedge; e
- Coeficiente beta da regressão entre o regressor (representada pela variação de valor presente do instrumento de hedge) e o regressando (representada pela variação do valor presente do objeto de hedge).

No gerenciamento de risco é esperado que os instrumentos de hedge e os objetos de hedge se movam em sentidos contrários e nas mesmas proporções, com o objetivo de mitigar os fatores de riscos. Atualmente, o índice de cobertura designado é 100% do fator de risco que seja elegível a cobertura. As fontes de inefetividade, em geral, estão relacionadas ao risco de crédito da contraparte, risco de liquidação antecipada do objeto de hedge e possíveis descasamentos de prazos entre o instrumento de hedge e o objeto de hedge.



f.1) Hedge de valor de mercado

A estratégia de hedge de valor de mercado do Banco consiste em proteger a exposição à variação no valor justo em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão de valor justo adotada pelo Banco segrega as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial, risco de taxa de juros, risco de inflação etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do valor justo no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de swap de taxa de juros, relativos a ativos e passivos pré-fixados.

O Banco aplica o hedge de valor de mercado como segue:

- O Banco possui uma carteira ativa de crédito na modalidade de Crédito Direto do Consumidor (CDC) pré-fixada. Para gerenciar este risco, são contratadas operações de futuros de juros (DI) e designadas como hedge de valor mercado dos créditos correspondente, trocando a exposição de taxa de juros pré-fixada para pós-fixada;
- O Banco possui risco de taxas de juros e exposição de moeda estrangeira gerada por emissões de títulos, recursos de instituições financeiras e aplicações interfinanceiras realizadas em dependência no exterior. Para gerenciar este risco, designa operações de swap (cross currency interest rate swap) como instrumento de proteção em estrutura de hedge contábil, trocando exposição entre moedas estrangeiras e taxas de juros; e
- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por operações de emissões de títulos. Para gerenciar esse risco, contrata swap de juros e os designa como instrumento de hedge em uma estrutura de hedge contábil, trocando a exposição de taxa de juros pré-fixada para pós-fixada.

Composição da carteira de derivativos designados para hedge de valor de mercado

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Instrumentos de hedge¹		
Ativo	2.119.074	2.119.074
Contratos de swap	2.119.074	2.119.074
Passivo	(529.975)	(529.975)
Contratos de swap	(480.038)	(480.038)
Contratos de futuro	(49.937)	(49.937)
Itens objeto de hedge		
Ativo	4.386.583	4.386.583
Aplicações interfinanceiras	4.336.733	4.336.733
Operações de crédito	49.850	49.850
Passivo	(5.956.559)	(5.956.559)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários no exterior	(4.314.312)	(4.314.312)
Recursos de instituições financeiras	(1.642.247)	(1.642.247)

1 – Refere-se ao valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos.

Em estruturas de proteção de valor de mercado, os ganhos ou perdas, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os itens objeto de hedge (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente no resultado.

Ganhos e perdas dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	Banco Múltiplo	Consolidado
	01/01 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Ganhos/(perdas) dos itens objeto de hedge	(396.490)	(396.490)
(Perdas)/ganhos dos instrumentos de hedge	390.865	390.865
Efeito líquido	(5.625)	(5.625)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f.2) Hedge de investimento líquido no exterior

A estratégia de hedge de investimento líquido no exterior consiste em proteger a exposição à variação cambial do dólar norte-americano frente ao real devido ao investimento do Banco no BB Américas, cuja moeda funcional é diferente do real. O instrumento de hedge utilizado é o contrato futuro de dólar norte-americano. Essas operações são renovadas mensalmente e o montante designado é atualizado no máximo a cada seis meses tendo em vista a alteração do montante do investimento considerado na estrutura de hedge.

Carteira de derivativos designados para hedge de investimento líquido no exterior

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Instrumentos de hedge		
Passivo		
Contrato de futuro	(1.658.223)	(1.658.223)
Itens objeto de hedge		
Ativo		
Investimento líquido no exterior	1.644.855	1.644.855

Em estruturas de proteção de investimento líquido no exterior, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido sob a rubrica de "Outros resultados abrangentes – Hedge de investimento líquido no exterior" (Nota 23.h). A parcela não efetiva é reconhecida diretamente no resultado.

Ganhos e perdas dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	Banco Múltiplo	Consolidado
	01/01 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Ganhos/(perdas) dos itens objeto de hedge	(263.543)	(263.543)
(Perdas)/ganhos dos instrumentos de hedge	254.686	254.686
Efeito líquido ¹	(8.857)	(8.857)

1 – No período de 01/01 a 30/09/2025 foi reconhecido um ganho de R\$ 4.053 no resultado de instrumentos financeiros derivativos devido à parcela não efetiva da estrutura de hedge contábil.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

12 – Carteira de crédito

a) Carteira de crédito por modalidade

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Operações de crédito	986.038.555	1.005.589.684
Empréstimos e direitos creditórios descontados	378.623.386	387.110.618
Financiamentos	194.244.266	195.235.597
Financiamentos rurais	361.466.992	361.466.992
Financiamentos imobiliários	51.610.466	61.683.032
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	93.445	93.445
Outros créditos com características de concessão de crédito	206.004.496	207.678.622
Títulos com características de concessão de crédito	106.717.907	106.717.907
Operações com cartão de crédito	56.027.242	57.701.368
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	27.375.044	27.375.044
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	8.820.963	8.820.963
Diversos	7.063.340	7.063.340
Operações de arrendamento mercantil	--	1.076.574
Total da carteira de crédito	1.192.043.051	1.214.344.880
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(94.806.179)	(95.446.711)
Perdas esperadas com operações de crédito	(88.322.513)	(88.721.937)
Perdas esperadas com outros créditos com características de concessão de crédito	(6.483.666)	(6.545.010)
Perdas esperadas com arrendamento mercantil	--	(179.764)
Total da carteira de crédito líquida de perdas	1.097.236.872	1.118.898.169

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Resultado da carteira de crédito

	Banco Múltiplo	Consolidado
	01/01 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Resultado de operações de crédito	135.199.702	139.264.067
Empréstimos e direitos creditórios descontados	63.897.735	66.892.755
Financiamentos rurais	25.268.643	25.268.643
Financiamentos	17.471.163	17.546.901
Títulos com características de concessão de crédito	12.602.727	12.602.727
Equalização de taxas – safra agrícola – Lei nº 8.427/1992	5.135.367	5.135.367
Recuperação de créditos baixados como prejuízo ¹	4.268.402	4.703.434
Financiamentos imobiliários	4.040.954	4.599.529
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.382.236	1.382.236
Diversos	1.132.475	1.132.475
Resultado de arrendamento mercantil	--	139.499
Resultado de venda ou transferência de ativos financeiros ²	(659.258)	(659.258)
Ajuste de hedge de valor justo da carteira de crédito	3.150	3.150
Variação cambial da carteira de crédito	(14.098.058)	(14.096.998)
Total	120.445.536	124.650.460

1 – Foram recuperadas, por meio de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN nº 2.836/2001, operações baixadas em prejuízo no montante de R\$ 779.459 mil no período de 01/01 a 30/09/2025 (com impacto no resultado de R\$ 428.703 mil, líquido de tributos). O valor da carteira cedida era de R\$ 3.276.367 mil.

2 – Inclui despesas no montante de R\$ 1.441.680 mil (R\$ 792.924 mil, líquido de tributos) no período de 01/01 a 30/09/2025, oriundas de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN nº 2.836/2001. As referidas cessões geraram impacto positivo de R\$ 420.638 mil no período de 01/01 a 30/09/2025, líquido de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. O valor contábil bruto dessas operações era de R\$ 2.810.868 mil.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Carteira de crédito por setores de atividade econômica

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/09/2025	%	30/09/2025	%
Setor público	97.928.149	8,2	97.928.149	8,1
Administração pública	75.530.903	6,3	75.530.903	6,3
Petroleiro	19.791.523	1,7	19.791.523	1,6
Serviços	989.692	0,1	989.692	0,1
Energia Elétrica	14.522	--	14.522	--
Demais atividades	1.601.509	0,1	1.601.509	0,1
Setor privado	1.094.114.902	91,8	1.116.416.731	91,9
Pessoa física	716.923.020	60,2	724.912.192	59,7
Pessoa jurídica	377.191.882	31,6	391.504.539	32,2
Agronegócio de origem vegetal	54.496.017	4,6	55.200.634	4,5
Serviços	46.315.090	3,9	49.457.074	4,1
Energia Elétrica	26.518.910	2,2	26.578.022	2,2
Mineração e metalurgia	24.044.100	2,0	24.637.771	2,0
Automotivo	20.904.367	1,8	22.757.723	1,9
Transportes	20.660.436	1,7	21.073.535	1,7
Agronegócio de origem animal	18.954.482	1,6	19.459.730	1,6
Comércio varejista	16.829.126	1,4	17.427.354	1,4
Combustíveis	16.520.211	1,4	17.248.741	1,4
Químico	16.676.893	1,4	16.904.480	1,4
Insumos agrícolas	16.801.594	1,4	16.814.135	1,4
Eletroeletrônico	13.900.559	1,2	14.016.740	1,2
Atividades específicas da construção	13.338.198	1,1	13.378.237	1,1
Imobiliário	11.052.489	0,9	13.265.301	1,1
Comércio atacadista e indústrias diversas	10.223.375	0,9	11.584.140	1,0
Papel e celulose	10.013.498	0,8	10.238.692	0,8
Instituições e serviços financeiros	9.581.596	0,8	9.832.304	0,8
Têxtil e confecções	9.163.794	0,8	9.239.435	0,8
Madeireiro e moveleiro	6.514.954	0,5	6.546.015	0,5
Construção pesada	5.708.220	0,5	6.324.385	0,5
Telecomunicações	5.264.275	0,4	5.644.246	0,5
Demais atividades	3.709.698	0,3	3.875.845	0,3
Total	1.192.043.051	100,0	1.214.344.880	100,0



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Classificação por carteiras de provisão e prazos de vencimento

	Banco Múltiplo					
	C1	C2	C3	C4	C5	30/09/2025
Operações em curso normal						
Parcelas vencidas						
01 a 30	590.655	2.465.986	26.669.492	1.677.099	45.022.912	76.426.144
31 a 60	1.044.604	2.309.407	23.724.008	1.575.944	11.806.801	40.460.764
61 a 90	1.501.516	1.965.886	22.093.280	919.661	9.982.495	36.462.838
91 a 180	2.880.366	7.641.384	46.397.242	1.387.594	24.546.684	82.853.270
181 a 360	11.835.043	15.489.086	99.969.557	5.375.037	29.737.882	162.406.605
Acima de 360	113.016.786	94.807.174	279.617.631	31.619.584	187.400.841	706.462.016
Parcelas vencidas						
Até 14 dias	281.420	1.036.565	5.110.230	18.211	472.955	6.919.381
Subtotal	131.150.390	125.715.488	503.581.440	42.573.130	308.970.570	1.111.991.018
Operações em curso anormal						
Parcelas vencidas						
01 a 30	12.039	80.101	392.207	1.814	344.469	830.630
31 a 60	11.393	77.757	395.123	1.579	310.260	796.112
61 a 90	11.705	74.399	316.565	1.807	315.787	720.263
91 a 180	35.890	233.843	862.032	4.527	908.179	2.044.471
181 a 360	72.230	748.338	2.445.991	10.415	1.663.238	4.940.212
Acima de 360	3.512.899	3.329.137	9.210.904	5.843.405	10.112.543	32.008.888
Parcelas vencidas						
01 a 14	5.541	39.566	264.054	154	110.220	419.535
15 a 30	138.829	110.953	3.588.135	2.097	688.148	4.528.162
31 a 60	125.008	285.510	2.888.267	2.901	1.102.660	4.404.346
61 a 90	76.732	259.807	2.747.020	2.329	884.139	3.970.027
91 a 180	120.041	519.805	6.807.240	7.317	2.823.331	10.277.734
181 a 360	140.196	575.721	5.981.906	19.091	4.328.866	11.045.780
Acima de 360	45.213	368.370	2.061.720	12.749	1.577.821	4.065.873
Subtotal	4.307.716	6.703.307	37.961.164	5.910.185	25.169.661	80.052.033
Total	135.458.106	132.418.795	541.542.604	48.483.315	334.140.231	1.192.043.051



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Consolidado					
	C1	C2	C3	C4	C5	30/09/2025
Operações em curso normal						
Parcelas vencidas						
01 a 30	590.655	2.510.073	27.293.448	1.677.099	50.211.929	82.283.204
31 a 60	1.044.604	2.370.104	23.712.780	1.575.944	12.153.116	40.856.548
61 a 90	1.501.516	2.028.650	22.123.685	919.661	10.323.760	36.897.272
91 a 180	2.880.366	7.802.716	45.993.405	1.387.594	25.692.310	83.756.391
181 a 360	11.835.043	15.676.909	100.049.579	5.375.037	30.533.469	163.470.037
Acima de 360	113.016.786	96.347.619	286.097.725	31.619.584	189.724.018	716.805.732
Parcelas vencidas						
Até 14 dias	281.420	1.037.247	7.766.103	18.211	576.319	9.679.300
Subtotal	131.150.390	127.773.318	513.036.725	42.573.130	319.214.921	1.133.748.484
Operações em curso anormal						
Parcelas vencidas						
01 a 30	12.039	80.357	392.206	1.814	344.469	830.885
31 a 60	11.393	78.009	395.123	1.579	310.260	796.364
61 a 90	11.705	74.648	316.565	1.807	315.787	720.512
91 a 180	35.890	234.562	862.032	4.527	908.179	2.045.190
181 a 360	72.230	749.646	2.445.991	10.415	1.663.238	4.941.520
Acima de 360	3.512.899	3.331.337	9.210.904	5.843.405	10.112.543	32.011.088
Parcelas vencidas						
01 a 14	5.541	39.742	264.054	154	110.220	419.711
15 a 30	138.829	111.400	3.607.917	2.097	746.096	4.606.339
31 a 60	125.008	285.910	3.018.539	2.901	1.150.722	4.583.080
61 a 90	76.732	260.105	2.775.134	2.329	906.642	4.020.942
91 a 180	120.041	520.627	6.871.281	7.317	2.892.765	10.412.031
181 a 360	140.196	577.327	5.997.376	19.091	4.388.295	11.122.285
Acima de 360	45.213	369.805	2.076.644	12.749	1.582.038	4.086.449
Subtotal	4.307.716	6.713.475	38.233.766	5.910.185	25.431.254	80.596.396
Total	135.458.106	134.486.793	551.270.491	48.483.315	344.646.175	1.214.344.880



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Carteira de crédito e perdas esperadas por estágios

30/09/2025	Banco Múltiplo							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada
Operações de crédito	855.624.821	(10.058.704)	38.387.215	(11.829.374)	92.026.519	(66.434.435)	986.038.555	(88.322.513)
Empréstimos e direitos creditórios descontados	313.347.700	(3.728.245)	14.695.191	(4.461.186)	50.580.495	(36.389.517)	378.623.386	(44.578.948)
Financiamentos	185.916.222	(411.948)	2.116.873	(345.527)	6.211.171	(5.017.657)	194.244.266	(5.775.132)
Financiamentos rurais	312.837.483	(5.891.315)	18.205.329	(7.000.897)	30.424.180	(23.751.940)	361.466.992	(36.644.152)
Financiamentos imobiliários	43.431.117	(27.194)	3.368.819	(21.764)	4.810.530	(1.275.321)	51.610.466	(1.324.279)
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	92.299	(2)	1.003	--	143	--	93.445	(2)
Outros créditos com características de concessão de crédito	193.946.197	(841.287)	3.084.157	(531.763)	8.974.142	(5.110.616)	206.004.496	(6.483.666)
Títulos com características de concessão de crédito	98.364.880	(283.449)	840.839	(232.810)	7.512.188	(4.077.232)	106.717.907	(4.593.491)
Operações com cartão de crédito	53.490.765	(481.269)	2.142.222	(268.400)	394.255	(255.546)	56.027.242	(1.005.215)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	26.553.058	(52.113)	61.360	(15.292)	760.626	(523.741)	27.375.044	(591.146)
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	8.820.963	(14.824)	--	--	--	--	8.820.963	(14.824)
Diversos	6.716.531	(9.632)	39.736	(15.261)	307.073	(254.097)	7.063.340	(278.990)
Total da carteira de crédito	1.049.571.018	(10.899.991)	41.471.372	(12.361.137)	101.000.661	(71.545.051)	1.192.043.051	(94.806.179)

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

30/09/2025	Consolidado							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada
Operações de crédito	874.567.023	(10.248.893)	38.709.121	(11.858.311)	92.313.540	(66.614.733)	1.005.589.684	(88.721.937)
Empréstimos e direitos creditórios descontados	321.494.433	(3.755.597)	14.846.195	(4.481.863)	50.769.990	(36.516.150)	387.110.618	(44.753.610)
Financiamentos	186.851.392	(414.022)	2.148.635	(349.563)	6.235.570	(5.032.281)	195.235.597	(5.795.866)
Financiamentos rurais	312.837.483	(5.891.315)	18.205.329	(7.000.897)	30.424.180	(23.751.940)	361.466.992	(36.644.152)
Financiamentos imobiliários	53.291.416	(187.957)	3.507.959	(25.988)	4.883.657	(1.314.362)	61.683.032	(1.528.307)
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	92.299	(2)	1.003	--	143	--	93.445	(2)
Outros créditos com características de concessão de crédito	195.491.146	(858.397)	3.173.967	(549.875)	9.013.509	(5.136.738)	207.678.622	(6.545.010)
Títulos com características de concessão de crédito	98.364.880	(283.449)	840.839	(232.810)	7.512.188	(4.077.232)	106.717.907	(4.593.491)
Operações com cartão de crédito	55.035.714	(498.379)	2.232.032	(286.512)	433.622	(281.668)	57.701.368	(1.066.559)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	26.553.058	(52.113)	61.360	(15.292)	760.626	(523.741)	27.375.044	(591.146)
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	8.820.963	(14.824)	--	--	--	--	8.820.963	(14.824)
Diversos	6.716.531	(9.632)	39.736	(15.261)	307.073	(254.097)	7.063.340	(278.990)
Operações de arrendamento mercantil	894.078	(2.721)	5.255	(645)	177.241	(176.398)	1.076.574	(179.764)
Total da carteira de crédito	1.070.952.247	(11.110.011)	41.888.343	(12.408.831)	101.504.290	(71.927.869)	1.214.344.880	(95.446.711)

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Movimentação entre os estágios da carteira de crédito por modalidades

Estágio 1

Banco Múltiplo	01/01/2025 ¹	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	30/09/2025
Operações de crédito	851.291.251	37.113.956	(14.698.136)	(18.082.250)	--	855.624.821
Empréstimos e direitos creditórios descontados	306.906.792	21.084.673	(6.243.290)	(8.400.475)	--	313.347.700
Financiamentos	180.345.260	7.464.434	(1.271.100)	(622.372)	--	185.916.222
Financiamentos rurais	320.344.031	8.723.124	(7.120.346)	(9.109.326)	--	312.837.483
Financiamentos imobiliários	43.588.835	(144.430)	(63.400)	50.112	--	43.431.117
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	106.333	(13.845)	--	(189)	--	92.299
Outros créditos com características de concessão de crédito	212.802.824	(14.703.293)	(2.805.739)	(1.347.595)	--	193.946.197
Títulos com características de concessão de crédito	105.393.112	(4.317.310)	(1.332.602)	(1.378.320)	--	98.364.880
Operações com cartão de crédito	53.424.254	2.681.078	(1.278.587)	(1.335.980)	--	53.490.765
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	31.123.116	(4.149.797)	(193.233)	(227.028)	--	26.553.058
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	9.455.006	(634.043)	--	--	--	8.820.963
Diversos	13.407.336	(8.283.221)	(1.317)	1.593.733	--	6.716.531
Total da carteira de crédito	1.064.094.075	22.410.663	(17.503.875)	(19.429.845)	--	1.049.571.018

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Estágio 2

Banco Múltiplo	01/01/2025 ¹	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	30/09/2025
Operações de crédito	35.775.315	2.317.744	14.698.136	(14.403.980)	--	38.387.215
Empréstimos e direitos creditórios descontados	14.585.212	1.768.627	6.243.290	(7.901.938)	--	14.695.191
Financiamentos	1.555.775	(249.662)	1.271.100	(460.340)	--	2.116.873
Financiamentos rurais	15.843.531	756.705	7.120.346	(5.515.253)	--	18.205.329
Financiamentos imobiliários	3.789.685	42.183	63.400	(526.449)	--	3.368.819
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	1.112	(109)	--	--	--	1.003
Outros créditos com características de concessão de crédito	2.365.614	(991.048)	2.805.739	(1.096.148)	--	3.084.157
Títulos com características de concessão de crédito	509.277	(654.401)	1.332.602	(346.639)	--	840.839
Operações com cartão de crédito	1.676.945	(83.800)	1.278.587	(729.510)	--	2.142.222
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	146.398	(267.599)	193.233	(10.672)	--	61.360
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	--	--	--	--	--	--
Diversos	32.994	14.752	1.317	(9.327)	--	39.736
Total da carteira de crédito	38.140.929	1.326.696	17.503.875	(15.500.128)	--	41.471.372

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estágio 3

Banco Múltiplo	01/01/2025 ¹	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	30/09/2025
Operações de crédito	80.112.628	7.384.040	18.082.250	14.403.980	(27.956.379)	92.026.519
Empréstimos e direitos creditórios descontados	47.832.232	5.579.202	8.400.475	7.901.938	(19.133.352)	50.580.495
Financiamentos	7.623.720	209.466	622.372	460.340	(2.704.727)	6.211.171
Financiamentos rurais	20.427.844	1.391.683	9.109.326	5.515.253	(6.019.926)	30.424.180
Financiamentos imobiliários	4.228.675	203.892	(50.112)	526.449	(98.374)	4.810.530
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	157	(203)	189	--	--	143
Outros créditos com características de concessão de crédito	14.261.855	(3.853.496)	1.347.595	1.096.148	(3.877.960)	8.974.142
Títulos com características de concessão de crédito	9.210.390	(3.178.025)	1.378.320	346.639	(245.136)	7.512.188
Operações com cartão de crédito	308.160	728.199	1.335.980	729.510	(2.707.594)	394.255
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.971.557	(630.777)	227.028	10.672	(817.854)	760.626
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	--	--	--	--	--	--
Diversos	2.771.748	(772.893)	(1.593.733)	9.327	(107.376)	307.073
Total da carteira de crédito	94.374.483	3.530.544	19.429.845	15.500.128	(31.834.339)	101.000.661

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Estágio 1

Consolidado	01/01/2025 ¹	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	30/09/2025
Operações de crédito	870.685.079	37.031.969	(14.937.316)	(18.212.709)	--	874.567.023
Empréstimos e direitos creditórios descontados	315.597.669	20.718.992	(6.360.371)	(8.461.857)	--	321.494.433
Financiamentos	181.258.492	7.527.989	(1.300.857)	(634.232)	--	186.851.392
Financiamentos rurais	320.344.031	8.723.124	(7.120.346)	(9.109.326)	--	312.837.483
Financiamentos imobiliários	53.378.554	75.709	(155.742)	(7.105)	--	53.291.416
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	106.333	(13.845)	--	(189)	--	92.299
Outros créditos com características de concessão de crédito	215.093.116	(15.320.049)	(2.904.425)	(1.377.496)	--	195.491.146
Títulos com características de concessão de crédito	105.393.112	(4.317.310)	(1.332.602)	(1.378.320)	--	98.364.880
Operações com cartão de crédito	55.714.546	2.064.322	(1.377.273)	(1.365.881)	--	55.035.714
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	31.123.116	(4.149.797)	(193.233)	(227.028)	--	26.553.058
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	9.455.006	(634.043)	--	--	--	8.820.963
Diversos	13.407.336	(8.283.221)	(1.317)	1.593.733	--	6.716.531
Operações de arrendamento mercantil	654.239	244.847	(6.307)	1.299	--	894.078
Total da carteira de crédito	1.086.432.434	21.956.767	(17.848.048)	(19.588.906)	--	1.070.952.247

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estágio 2

Consolidado	01/01/2025 ¹	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	30/09/2025
Operações de crédito	35.984.052	2.256.721	14.937.316	(14.468.968)	--	38.709.121
Empréstimos e direitos creditórios descontados	14.684.903	1.755.066	6.360.371	(7.954.145)	--	14.846.195
Financiamentos	1.568.358	(247.547)	1.300.857	(473.033)	--	2.148.635
Financiamentos rurais	15.843.531	756.705	7.120.346	(5.515.253)	--	18.205.329
Financiamentos imobiliários	3.886.148	(7.394)	155.742	(526.537)	--	3.507.959
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	1.112	(109)	--	--	--	1.003
Outros créditos com características de concessão de crédito	2.422.460	(1.035.621)	2.904.425	(1.117.297)	--	3.173.967
Títulos com características de concessão de crédito	509.277	(654.401)	1.332.602	(346.639)	--	840.839
Operações com cartão de crédito	1.733.791	(128.373)	1.377.273	(750.659)	--	2.232.032
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	146.398	(267.599)	193.233	(10.672)	--	61.360
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	--	--	--	--	--	--
Diversos	32.994	14.752	1.317	(9.327)	--	39.736
Operações de arrendamento mercantil	1.611	(1.086)	6.307	(1.577)	--	5.255
Total da carteira de crédito	38.408.123	1.220.014	17.848.048	(15.587.842)	--	41.888.343

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Estágio 3

Consolidado	01/01/2025 ¹	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	30/09/2025
Operações de crédito	80.208.186	7.407.955	18.212.709	14.468.968	(27.984.278)	92.313.540
Empréstimos e direitos creditórios descontados	47.874.972	5.636.493	8.461.857	7.954.145	(19.157.477)	50.769.990
Financiamentos	7.625.210	211.255	634.232	473.033	(2.708.160)	6.235.570
Financiamentos rurais	20.427.844	1.391.683	9.109.326	5.515.253	(6.019.926)	30.424.180
Financiamentos imobiliários	4.280.003	168.727	7.105	526.537	(98.715)	4.883.657
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	157	(203)	189	--	--	143
Outros créditos com características de concessão de crédito	14.269.585	(3.867.416)	1.377.496	1.117.297	(3.883.453)	9.013.509
Títulos com características de concessão de crédito	9.210.390	(3.178.025)	1.378.320	346.639	(245.136)	7.512.188
Operações com cartão de crédito	315.890	714.279	1.365.881	750.659	(2.713.087)	433.622
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.971.557	(630.777)	227.028	10.672	(817.854)	760.626
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	--	--	--	--	--	--
Diversos	2.771.748	(772.893)	(1.593.733)	9.327	(107.376)	307.073
Operações de arrendamento mercantil	9.992	166.971	(1.299)	1.577	--	177.241
Total da carteira de crédito	94.487.763	3.707.510	19.588.906	15.587.842	(31.867.731)	101.504.290

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Movimentação entre os estágios das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Estágio 1

Banco Múltiplo	01/01/2025 ¹	Constituição/ (reversão)/ variação	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	30/09/2025
Operações de crédito	4.583.365	3.224.152	15.689	2.235.498	--	10.058.704
Empréstimos e direitos creditórios descontados	2.592.867	(357.811)	193	1.492.996	--	3.728.245
Financiamentos	324.007	(16.973)	(7.168)	112.082	--	411.948
Financiamentos rurais	1.579.702	3.740.912	8.150	562.551	--	5.891.315
Financiamentos imobiliários	86.784	(141.973)	14.514	67.869	--	27.194
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	5	(3)	--	--	--	2
Outros créditos com características de concessão de crédito	632.191	(568.339)	(47.724)	825.159	--	841.287
Títulos com características de concessão de crédito	218.625	(88.119)	(25.875)	178.818	--	283.449
Operações com cartão de crédito	327.500	191.044	(21.275)	(16.000)	--	481.269
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	38.285	(3.192)	(459)	17.479	--	52.113
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	28.324	(13.500)	--	--	--	14.824
Diversos	19.457	(654.572)	(115)	644.862	--	9.632
Total da carteira de crédito	5.215.556	2.655.813	(32.035)	3.060.657	--	10.899.991

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Estágio 2

Banco Múltiplo	01/01/2025 ¹	Constituição/ (reversão)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	30/09/2025
Operações de crédito	7.914.198	7.779.262	(15.689)	(3.848.397)	--	11.829.374
Empréstimos e direitos creditórios descontados	3.707.310	3.089.800	(193)	(2.335.731)	--	4.461.186
Financiamentos	295.414	165.269	7.168	(122.324)	--	345.527
Financiamentos rurais	3.606.449	4.769.829	(8.150)	(1.367.231)	--	7.000.897
Financiamentos imobiliários	305.022	(245.633)	(14.514)	(23.111)	--	21.764
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	3	(3)	--	--	--	--
Outros créditos com características de concessão de crédito	368.609	312.859	47.724	(197.429)	--	531.763
Títulos com características de concessão de crédito	137.243	150.276	25.875	(80.584)	--	232.810
Operações com cartão de crédito	206.016	161.325	21.275	(120.216)	--	268.400
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	19.636	(11.509)	459	6.706	--	15.292
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	--	--	--	--	--	--
Diversos	5.714	12.767	115	(3.335)	--	15.261
Total da carteira de crédito	8.282.807	8.092.121	32.035	(4.045.826)	--	12.361.137

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estágio 3

Banco Múltiplo	01/01/2025 ¹	Constituição/ (reversão)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	30/09/2025
Operações de crédito	59.812.834	32.965.081	(2.235.498)	3.848.397	(27.956.379)	66.434.435
Empréstimos e direitos creditórios descontados	36.409.230	18.270.904	(1.492.996)	2.335.731	(19.133.352)	36.389.517
Financiamentos	5.899.670	1.812.472	(112.082)	122.324	(2.704.727)	5.017.657
Financiamentos rurais	14.768.507	14.198.679	(562.551)	1.367.231	(6.019.926)	23.751.940
Financiamentos imobiliários	2.735.427	(1.316.974)	(67.869)	23.111	(98.374)	1.275.321
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	--	--	--	--	--	--
Outros créditos com características de concessão de crédito	6.806.810	2.809.496	(825.159)	197.429	(3.877.960)	5.110.616
Títulos com características de concessão de crédito	4.290.454	130.148	(178.818)	80.584	(245.136)	4.077.232
Operações com cartão de crédito	227.807	2.599.117	16.000	120.216	(2.707.594)	255.546
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.508.642	(142.862)	(17.479)	(6.706)	(817.854)	523.741
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	--	--	--	--	--	--
Diversos	779.907	223.093	(644.862)	3.335	(107.376)	254.097
Total da carteira de crédito	66.619.644	35.774.577	(3.060.657)	4.045.826	(31.834.339)	71.545.051

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Estágio 1

Consolidado	01/01/2025 ¹	Constituição/ (reversão)/ variação	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	30/09/2025
Operações de crédito	4.871.363	3.158.757	(1.046)	2.219.819	--	10.248.893
Empréstimos e direitos creditórios descontados	2.611.245	(323.034)	(12.391)	1.479.777	--	3.755.597
Financiamentos	324.733	(11.558)	(9.503)	110.350	--	414.022
Financiamentos rurais	1.579.702	3.740.912	8.150	562.551	--	5.891.315
Financiamentos imobiliários	355.678	(247.560)	12.698	67.141	--	187.957
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	5	(3)	--	--	--	2
Outros créditos com características de concessão de crédito	660.459	(555.403)	(59.374)	812.715	--	858.397
Títulos com características de concessão de crédito	218.625	(88.119)	(25.875)	178.818	--	283.449
Operações com cartão de crédito	355.768	203.980	(32.925)	(28.444)	--	498.379
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	38.285	(3.192)	(459)	17.479	--	52.113
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	28.324	(13.500)	--	--	--	14.824
Diversos	19.457	(654.572)	(115)	644.862	--	9.632
Operações de arrendamento mercantil	3.108	(1.594)	(387)	1.594	--	2.721
Total da carteira de crédito	5.534.930	2.601.760	(60.807)	3.034.128	--	11.110.011

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estágio 2

Consolidado	01/01/2025 ¹	Constituição/ (reversão)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	30/09/2025
Operações de crédito	7.914.728	7.820.334	1.046	(3.877.797)	--	11.858.311
Empréstimos e direitos creditórios descontados	3.709.207	3.122.711	12.391	(2.362.446)	--	4.481.863
Financiamentos	296.463	170.072	9.503	(126.475)	--	349.563
Financiamentos rurais	3.606.449	4.769.829	(8.150)	(1.367.231)	--	7.000.897
Financiamentos imobiliários	302.606	(242.275)	(12.698)	(21.645)	--	25.988
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	3	(3)	--	--	--	--
Outros créditos com características de concessão de crédito	380.460	320.978	59.374	(210.937)	--	549.875
Títulos com características de concessão de crédito	137.243	150.276	25.875	(80.584)	--	232.810
Operações com cartão de crédito	217.867	169.444	32.925	(133.724)	--	286.512
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	19.636	(11.509)	459	6.706	--	15.292
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	--	--	--	--	--	--
Diversos	5.714	12.767	115	(3.335)	--	15.261
Operações de arrendamento mercantil	230	267	387	(239)	--	645
Total da carteira de crédito	8.295.418	8.141.579	60.807	(4.088.973)	--	12.408.831

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Estágio 3

Consolidado	01/01/2025 ¹	Constituição/ (reversão)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	30/09/2025
Operações de crédito	59.769.569	33.171.464	(2.219.819)	3.877.797	(27.984.278)	66.614.733
Empréstimos e direitos creditórios descontados	36.388.955	18.402.003	(1.479.777)	2.362.446	(19.157.477)	36.516.150
Financiamentos	5.897.896	1.826.420	(110.350)	126.475	(2.708.160)	5.032.281
Financiamentos rurais	14.768.507	14.198.679	(562.551)	1.367.231	(6.019.926)	23.751.940
Financiamentos imobiliários	2.714.211	(1.255.638)	(67.141)	21.645	(98.715)	1.314.362
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	--	--	--	--	--	--
Outros créditos com características de concessão de crédito	6.810.303	2.811.666	(812.715)	210.937	(3.883.453)	5.136.738
Títulos com características de concessão de crédito	4.290.454	130.148	(178.818)	80.584	(245.136)	4.077.232
Operações com cartão de crédito	231.300	2.601.287	28.444	133.724	(2.713.087)	281.668
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.508.642	(142.862)	(17.479)	(6.706)	(817.854)	523.741
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	--	--	--	--	--	--
Diversos	779.907	223.093	(644.862)	3.335	(107.376)	254.097
Operações de arrendamento mercantil	9.829	167.924	(1.594)	239	--	176.398
Total da carteira de crédito	66.589.701	36.151.054	(3.034.128)	4.088.973	(31.867.731)	71.927.869

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Síntese da movimentação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo	Consolidado
	01/01 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Saldo inicial ¹	(80.118.007)	(80.420.049)
(Constituição)/reversão de perdas esperadas	(46.664.168)	(47.092.987)
Variação cambial - provisões no exterior	141.657	198.594
Baixas para prejuízo	31.834.339	31.867.731
Saldo final	(94.806.179)	(95.446.711)

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

i) Créditos renegociados

	Banco Múltiplo	Consolidado
	01/01 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Saldo inicial	70.539.842	70.539.842
Renegociações	13.055.065	13.055.065
Reestruturações	16.945.004	16.945.004
(Recebimento) e apropriação de juros	(16.095.368)	(16.095.368)
Baixas para prejuízo	(11.782.935)	(11.782.935)
Saldo final ¹	72.661.608	72.661.608
(%) Reestruturados em relação ao saldo final da carteira renegociada	52,6%	52,6%

1 - Inclui o valor de R\$ 116 mil referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 66.983.829 mil dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.

j) Concentração das operações de crédito

	30/09/2025	% da Carteira
Maior Devedor	19.790.296	1,7
10 Maiores devedores	73.301.344	6,1
20 Maiores devedores	109.356.221	9,2
50 Maiores devedores	163.201.722	13,7
100 Maiores devedores	203.749.360	17,1

k) Direcionamento de recursos para aplicação em operações de crédito rural

Fontes de recursos sujeitas a cumprimento de exigibilidade	30/09/2025				
	Volume para cumprimento da exigibilidade da fonte de recursos (a)	Volume em cumprimento da exigibilidade da fonte de recursos (b)	Percentual de cumprimento da exigibilidade (b)/(a)	Custos diretos e indiretos de observância ¹	Custos por descumprimento das exigibilidades ¹
Obrigatórios dos depósitos à vista	34.849.830	35.385.723	101,5%	--	--
Poupança rural	120.410.980	121.442.917	100,9%	--	--
Letras de crédito do agronegócio – LCA ²	102.768.577	109.338.854	106,4%	--	--

1 - Sem ocorrências nas últimas 5 safras.

2 - A fonte LCA possui dinâmica distinta das demais sujeitas ao cumprimento de exigibilidade, no que se refere ao período de captação conforme disposto no Manual do Crédito Rural - MCR do Bacen. O volume para cumprimento dessa exigibilidade corresponde às captações realizadas no período de junho a maio do ano seguinte e, portanto, podem sofrer alteração ao longo do período da safra.

A exigibilidade é entendida como sendo o dever que tem a instituição financeira de manter aplicado em operações de crédito rural, o valor correspondente a percentual definido pelo Bacen, para cada ano agrícola (período compreendido entre 01 de julho do ano e 30 de junho do ano seguinte). O cálculo é realizado sobre a base de saldos médios diários das captações das referidas fontes sujeitas a cumprimento de exigibilidade. Atualmente, para o ano agrícola ou safra 2024/2025, tem-se definidos os seguintes percentuais de cumprimento das exigibilidades: Poupança – 65%, Depósitos à Vista – 31,5% e LCA – 50%.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

l) Exposição máxima dos instrumentos financeiros segregados por tipo de carteiras e pela classificação de risco de crédito

Banco Múltiplo	30/09/2025															
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total			
	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Pessoas físicas	609.932.807	124.090.574	94.773	734.118.154	33.178.928	301.292	--	33.480.220	64.996.597	20.714	--	65.017.311	708.108.332	124.412.580	94.773	832.615.685
Varejo PF	290.404.197	121.635.008	94.773	412.133.978	15.427.888	300.628	--	15.728.516	39.909.598	19.957	--	39.929.555	345.741.683	121.955.593	94.773	467.792.049
Produtor rural	319.528.610	2.455.566	--	321.984.176	17.751.040	664	--	17.751.704	25.086.999	757	--	25.087.756	362.366.649	2.456.987	--	364.823.636
Pessoas jurídicas	439.638.211	107.241.063	15.868.979	562.748.253	8.292.444	68.168	22.977	8.383.589	36.004.064	3.289	590.561	36.597.914	483.934.719	107.312.520	16.482.517	607.729.756
Atacado	312.225.456	80.113.664	14.868.199	407.207.319	2.434.660	24.889	12.440	2.471.989	20.882.173	352	588.061	21.470.586	335.542.289	80.138.905	15.468.700	431.149.894
Varejo MPE	91.735.310	26.290.018	1.000.780	119.026.108	5.650.443	42.878	10.537	5.703.858	14.583.361	2.937	2.500	14.588.798	111.969.114	26.335.833	1.013.817	139.318.764
Produtor rural	35.677.445	837.381	--	36.514.826	207.341	401	--	207.742	538.530	--	--	538.530	36.423.316	837.782	--	37.261.098
Total	1.049.571.018	231.331.637	15.963.752	1.296.866.407	41.471.372	369.460	22.977	41.863.809	101.000.661	24.003	590.561	101.615.225	1.192.043.051	231.725.100	16.577.290	1.440.345.441
%	80,9%	17,9%	1,2%	100,0%	99,1%	0,8%	0,1%	100,0%	99,4%	0,0%	0,6%	100,0%	82,8%	16,1%	1,1%	100,0%

Consolidado	30/09/2025															
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total			
	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Pessoas físicas	623.098.860	124.090.573	95.506	747.284.939	33.451.048	301.293	--	33.752.341	65.197.505	20.714	--	65.218.219	721.747.413	124.412.580	95.506	846.255.499
Varejo PF	302.070.187	121.635.007	95.506	423.800.700	15.676.750	300.629	--	15.977.379	40.100.500	19.957	--	40.120.457	357.847.437	121.955.593	95.506	479.898.536
Produtor rural	321.028.673	2.455.566	--	323.484.239	17.774.298	664	--	17.774.962	25.097.005	757	--	25.097.762	363.899.976	2.456.987	--	366.356.963
Pessoas jurídicas	447.853.387	109.955.628	16.113.663	573.922.678	8.437.295	68.168	22.977	8.528.440	36.306.785	3.289	590.561	36.900.635	492.597.467	110.027.085	16.727.201	619.351.753
Atacado	311.802.563	82.828.229	15.112.883	409.743.675	2.468.011	24.889	12.440	2.505.340	21.084.256	351	588.061	21.672.668	335.354.830	82.853.469	15.713.384	433.921.683
Varejo MPE	100.373.379	26.290.018	1.000.780	127.664.177	5.761.943	42.878	10.537	5.815.358	14.683.999	2.938	2.500	14.689.437	120.819.321	26.335.834	1.013.817	148.168.972
Produtor rural	35.677.445	837.381	--	36.514.826	207.341	401	--	207.742	538.530	--	--	538.530	36.423.316	837.782	--	37.261.098
Total	1.070.952.247	234.046.201	16.209.169	1.321.207.617	41.888.343	369.461	22.977	42.280.781	101.504.290	24.003	590.561	102.118.854	1.214.344.880	234.439.665	16.822.707	1.465.607.252
%	81,1%	17,7%	1,2%	100,0%	99,1%	0,8%	0,1%	100,0%	99,4%	0,0%	0,6%	100,0%	82,9%	16,0%	1,1%	100,0%



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

13 – Outros ativos

a) Composição

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Financeiros	64.334.875	71.883.350
Devedores por depósitos em garantia	37.940.476	38.941.037
Fundos de Destinação do Superávit - Previ (Nota 28.f)	12.400.244	12.400.244
Rendas a receber	5.021.680	11.026.547
Títulos e créditos a receber ¹	2.636.135	2.816.259
Fundo de Compensação de Variações Salariais	590.653	590.653
Negociação e intermediação de valores	2.154.520	2.685.055
Demais	3.591.167	3.423.555
Não financeiros	35.174.051	37.650.757
Ativos atuariais (Nota 28.e)	25.728.476	25.728.476
Devedores diversos	7.313.085	8.307.570
Mantidos para venda - Recebidos	192.864	193.149
Despesas Antecipadas	1.133.015	1.256.916
Mantidos para venda - Próprios	61.451	97.883
Bens não de uso próprio e materiais em estoque	5.348	49.415
Demais	739.812	2.017.348

1 - Inclui títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional, no montante de R\$ 259.715 mil, provenientes de subvenções em operações com recursos do MCR 6-2, MCR 6-4 (Manual de Crédito Rural) e amparadas por legislação específica, a exemplo de Resoluções do CMN, do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Resolução CMN nº 2.960/2002) e dos Fundos de Desenvolvimento Regionais (FDNE e FDCO). Também estão incluídos recursos do Tesouro Nacional, referentes a equalização de taxas da safra agrícola Lei nº 8.427/1992, R\$ 793.470 mil.

b) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Rendas a receber	(3.036.461)	(3.036.461)
Títulos e créditos a receber	(809.350)	(1.054.304)
Devedores diversos	(727.114)	(727.118)
Demais	(8.972)	(8.972)
Total	(4.581.897)	(4.826.855)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Movimentação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo	Consolidado
	01/01 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Saldos em 01/01/2025 ¹	(3.915.265)	(4.095.408)
(Constituição)/reversão	(663.010)	(758.747)
Variação cambial - provisões no exterior	--	(30.529)
Baixas para prejuízo/outros ajustes	(3.622)	57.829
Saldos em 30/09/2025	(4.581.897)	(4.826.855)

1 – Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

14 – Investimento

a) Movimentações nas participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto

Banco Múltiplo	Capital social	Patrimônio líquido ajustado ¹	Lucro líquido 01/01 a 30/09/2025	Quantidade de ações (em milhares)		Participação do capital social %	Saldo contábil	Movimentações – 01/01 a 30/09/2025			Saldo contábil
				Ordinárias	Preferenciais		01/01/2025	Dividendos/JCP	Outros eventos ²	Resultado de equivalência	30/09/2025
No país							31.058.302	(5.443.308)	286.143	10.665.750	36.566.887
BB Elo Cartões Participações S,A,	7.734.513	11.166.504	1.418.789	17.703	--	100,00%	9.766.442	--	(18.727)	1.418.789	11.166.504
BB Seguridade Participações S,A, ^{3 4}	6.269.692	12.301.881	6.728.311	1.325.000	--	68,25%	6.220.033	(2.573.276)	156.994	4.591.819	8.395.570
BB Leasing S,A, – Arrendamento Mercantil	3.261.860	4.843.606	181.549	3.000	--	100,00%	4.830.296	(168.240)	1	181.549	4.843.606
Banco Votorantim S,A,	8.480.372	12.886.463	1.391.866	1.096.653	600.952	50,00%	6.025.787	(387.500)	109.011	695.933	6.443.231
BB Banco de Investimento S,A,	417.788	994.246	565.331	3.790	--	100,00%	810.909	(372.713)	(9.281)	565.331	994.246
BB Tecnologia e Serviços ⁴	299.749	644.499	119.103	2	2	100,00%	501.637	(7.469)	31.228	119.103	644.499
BB Administradora de Consórcios S,A,	727.543	1.615.156	1.280.661	14	--	100,00%	1.074.390	(739.895)	--	1.280.661	1.615.156
BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S,A, – BB Asset	1.191.207	2.044.026	1.734.334	100.000	--	100,00%	1.429.795	(1.119.663)	(440)	1.734.334	2.044.026
BB Administradora de Cartões de Crédito S,A,	9.300	49.327	24.994	398.158	--	100,00%	24.333	--	--	24.994	49.327
Outras participações							374.680	(74.552)	17.357	53.237	370.722
No exterior ⁵							9.791.313	(483.999)	(2.550.922)	1.515.205	8.271.597
Banco Patagonia S,A,	2.792	4.765.784	1.721.904	578.117	--	80,39%	5.222.866	(475.126)	(2.300.784)	1.384.229	3.831.185
BB Cayman Islands Holding	1.187.451	1.462.846	207.533	211.023	--	100,00%	1.463.450	--	(208.137)	207.533	1.462.846
Banco do Brasil AG	403.143	853.918	(508)	638	--	100,00%	891.762	--	(37.336)	(508)	853.918
Banco do Brasil Securities LLC	27.903	407.908	6.462	5.000	--	100,00%	467.512	(8.873)	(57.193)	6.462	407.908
Banco do Brasil Americas	1.018.512	1.671.977	159.954	36.250	--	100,00%	1.694.154	--	(182.131)	159.954	1.671.977
BB USA Holding Company	--	704	(35)	--	--	100,00%	861	--	(122)	(35)	704
Ágio na aquisição de investimentos no exterior							50.708	--	(7.649)	--	43.059
Ganhos/(perdas) cambiais nas coligadas e controladas ⁵							--	--	242.430	(242.430)	--
Total das participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto							40.849.615	(5.927.307)	(2.264.779)	12.180.955	44.838.484
(Provisão para perdas)							(34.743)	--	90	--	(34.653)

1 - Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis e considera os resultados não realizados decorrentes de transações com o Banco Múltiplo.

2 - Referem-se basicamente a variação cambial sobre investimentos no exterior e a ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários classificados na categoria valor justo em outros resultados abrangentes.

3 - O valor do investimento considerando o preço de mercado cotado é de R\$ 44.069.500 mil.

4 - Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

5 - O lucro líquido e o resultado de equivalência das subsidiárias no exterior estão evidenciados sem os efeitos da variação cambial. Esses investimentos são objeto de hedge estrutural e seus impactos cambiais são reclassificados para as despesas com recursos de instituições financeiras.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	Capital social	Patrimônio líquido ajustado ¹	Lucro líquido 01/01 a 30/09/2025	Quantidade de ações (em milhares)		Participação do capital social %	Saldo contábil	Movimentações – 01/01 a 30/09/2025			Saldo contábil
				Ordinárias	Preferenciais		01/01/2025	Dividendos/JCP	Outros eventos ²	Resultado de equivalência	30/09/2025
Coligadas³ e controladas em conjunto⁴											
Banco Votorantim S.A,	8.480.372	12.886.463	1.391.866	1.096.653	600.952	50,00%	6.025.787	(387.500)	109.011	695.933	6.443.231
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A, ⁵	414.000	9.144.967	713.615	88.000	2.613.402	30,00%	2.719.319	(190.027)	113	214.085	2.743.490
Cielo S.A, ⁶	5.700.000	10.237.281	1.015.143	778.320	--	29,17%	2.691.534	--	(1.381)	296.123	2.986.276
Brasilprev Seguros e Previdência S.A, ⁷	3.529.257	7.020.102	1.249.245	879	1.759	74,99%	5.203.321	(1.085.165)	209.641	936.859	5.264.656
BB Mapfre Participações S.A, ⁷	1.469.848	2.986.330	3.756.262	944.858	1.889.339	74,99%	2.214.645	(2.811.636)	19.619	2.816.821	2.239.449
Brasilcap Capitalização S.A, ⁷	354.398	1.022.949	219.097	107.989	159.308	66,77%	536.641	--	72	146.286	682.999
Elo Participações Ltda, ⁸	347.309	1.751.127	1.273.168	173.620	--	49,99%	2.254.069	(2.026.237)	11.101	636.456	875.389
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A,	1.425.605	1.542.600	14.337	1.954.245	--	49,99%	768.615	(7.207)	(2.450)	12.188	771.146
Outras Participações							472.962	(88.877)	(25.946)	116.923	475.062
Resultado não realizado ⁹							(2.826.147)	--	121.091	--	(2.705.056)
Total							20.060.746	(6.596.649)	440.871	5.871.674	19.776.642
(Provisão para perdas)							(10.488)	--	3.493	--	(6.995)

1 - Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis e considera os resultados não realizados decorrentes de transações com o Banco Múltiplo.

2 - Referem-se basicamente a ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários classificados na categoria valor justo em outros resultados abrangentes.

3 - O Banco possui influência significativa por meio da participação na gestão ou pela indicação de membros que compõe a Diretoria Executiva.

4 - O Banco possui controle compartilhado nas decisões sobre as atividades relevantes das empresas mediante acordos contratuais.

5 - Participação indireta do Banco na Cateno, por meio de sua controlada BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 64,49%, em virtude da Cielo S.A. deter 70,00% de participação direta na Cateno.

6 - Participação indireta do Banco na Cielo, por meio de sua controlada BB Elo Cartões Participações S.A, considerando ainda as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria, bem como as participações indiretas detidas pela Livel e pela Elo Participações Ltda.

7 - Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis.

8 - A equivalência patrimonial da Elo Participações Ltda é calculada na proporção da contribuição mensal da BB Elo Cartões nos negócios da empresa, conforme acordo de 01/11/2017, entre a BB Elo Cartões e a Bradescard.

9 - Contempla o resultado não realizado proveniente da parceria estratégica entre a BB Elo Cartões e a Cielo, constituindo a Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A, e o resultado não realizado decorrente da parceria estratégica entre o BB-BI e o UBS A.G.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Informações qualitativas das principais coligadas e controladas em conjunto

Empresa	Localização		Descrição	Segmento	Participação estratégica ¹
	País de constituição	Sede			
Banco Votorantim S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Desenvolve atividades bancárias em modalidades variadas, tais como crédito ao consumidor, arrendamento mercantil e administração de fundos de investimento.	Bancário	Sim
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Comercializa seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de aposentadoria e benefícios complementares.	Seguridade	Sim
Cielo S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e meios de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços responsável pela gestão das transações oriundas das operações de cartões de crédito e débito.	Meios de pagamento	Sim
BB Mapfre Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Holding de outras sociedades dedicadas à comercialização de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola.	Seguridade	Sim
Elo Participações Ltda.	Brasil	Barueri (SP)	Holding que consolida negócios conjuntos relacionados a meios eletrônicos de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Atua em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores no segmento institucional no Brasil e em determinados países da América do Sul.	Investimentos	Sim
Brasilcap Capitalização S.A.	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Comercializa planos de capitalização, bem como outros produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização.	Seguridade	Sim

¹-Consideram-se participações estratégicas os investimentos em sociedades cujas atividades complementam ou dão suporte às atividades do banco.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Informações financeiras resumidas das principais coligadas e controladas em conjunto e não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pelo Banco

30/09/2025	Banco Votorantim S.A.	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Cielo S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Elo Participações Ltda.	UBS BB S.A.	Brasilcap S.A.
Ativos circulantes	71.856.581	445.524.455	105.481.511	2.549.934	265.754	911.577	432.131	6.588.076
Ativos não circulantes	78.202.493	19.154.021	9.401.540	7.683.587	3.087.351	5.924.196	1.255.755	7.587.529
Passivos circulantes	101.449.587	59.636.265	96.999.164	1.084.091	1.700	561.970	145.286	11.777.176
Passivos não circulantes	35.719.184	398.007.516	7.646.606	4.463	--	4.378.292	--	1.375.480
Passivos contingentes	535.040	21.751	--	4.463	--	--	--	1.365.234
Lucro líquido – 01/01 a 30/09/2025	1.389.452	1.247.743	1.015.143	713.615	3.756.262	1.330.296	14.337	219.097
Ajustes de harmonização de práticas contábeis e resultados não realizados	2.414	1.502	--	--	--	(57.128)	--	--
Lucro líquido ajustado – 01/01 a 30/09/2025	1.391.866	1.249.245	1.015.143	713.615	3.756.262	1.273.168	14.337	219.097
% de participação	50,00%	74,99%	29,17%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
Resultado de equivalência	695.933	936.859	296.123	214.085	2.816.821	636.456	12.188	146.286
Outros resultados abrangentes	607.959	279.540	169.676	--	(30.209)	--	184.659	(20.633)
Resultado abrangente total	1.999.825	1.528.785	1.184.819	713.615	3.726.053	1.273.168	198.996	198.464
Patrimônio líquido	12.890.303	7.034.695	10.237.281	9.144.967	3.351.405	1.895.511	1.542.600	1.022.949
Ajustes de harmonização de práticas contábeis e resultados não realizados	(3.840)	(14.593)	--	--	(365.075)	(144.384)	--	--
Patrimônio líquido ajustado	12.886.463	7.020.102	10.237.281	9.144.967	2.986.330	1.751.127	1.542.600	1.022.949
% de participação	50,00%	74,99%	29,17%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
Saldo do investimento	6.443.231	5.264.656	2.986.276	2.743.490	2.239.449	875.389	771.146	682.999
Resultado não realizado	--	--	--	2.248.572	--	--	456.484	--



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

15 – Imobilizado

	Banco Múltiplo							
	Taxa anual de depreciação	01/01/2025	01/01 a 30/09/2025		30/09/2025			
		Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
De uso								
Edificações	4 a 10%	3.928.755	869.635	(319.186)	10.625.472	(6.136.782)	(9.486)	4.479.204
Móveis e equipamentos	10 a 20%	2.250.128	231.041	(279.374)	4.752.798	(2.550.872)	(131)	2.201.795
Equipamentos de processamento de dados	10 a 20%	2.997.986	1.390.068	(523.375)	8.273.520	(4.408.841)	--	3.864.679
Imobilizações em curso	--	1.343.186	(169.436)	--	1.173.750	--	--	1.173.750
Terrenos	--	309.973	(8.552)	--	301.421	--	--	301.421
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	287.894	35.910	(39.586)	804.087	(514.814)	(5.055)	284.218
Instalações	10%	103.040	27.943	(15.845)	1.054.953	(939.815)	--	115.138
Veículos	10% a 20%	6.144	13	(608)	13.887	(8.338)	--	5.549
Obras de arte	--	2.225	(111)	--	2.114	--	--	2.114
Imobilizado em estoque	--	792	(60)	--	732	--	--	732
Total		11.230.123	2.376.451	(1.177.974)	27.002.734	(14.559.462)	(14.672)	12.428.600
Direito de uso								
Edificações		--	2.558.708	(216.072)	2.557.662	(215.026)	--	2.342.636
Total		11.230.123	4.935.159	(1.394.046)	29.560.396	(14.774.488)	(14.672)	14.771.236

	Consolidado							
	Taxa anual de depreciação	01/01/2025	01/01 a 30/09/2025		30/09/2025			
		Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
De uso								
Edificações	4 a 10%	3.943.393	875.046	(327.047)	10.669.105	(6.165.911)	(11.802)	4.491.392
Móveis e equipamentos	10 a 20%	2.384.830	313.430	(302.567)	5.071.600	(2.662.376)	(13.531)	2.395.693
Equipamentos de processamento de dados	10 a 20%	3.099.421	1.397.386	(544.284)	8.471.057	(4.518.534)	--	3.952.523
Imobilizações em curso	--	1.346.202	(170.705)	--	1.175.497	--	--	1.175.497
Terrenos	--	312.247	(8.755)	--	303.492	--	--	303.492
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	294.136	36.831	(40.613)	813.440	(518.032)	(5.054)	290.354
Instalações	10%	109.976	31.286	(16.756)	1.067.715	(943.209)	--	124.506
Veículos	10% a 20%	8.684	(541)	(1.008)	16.221	(9.086)	--	7.135
Obras de arte	--	2.877	(162)	--	2.715	--	--	2.715
Imobilizado em estoque	--	790	(60)	--	730	--	--	730
Total		11.502.556	2.473.756	(1.232.275)	27.591.572	(14.817.148)	(30.387)	12.744.037
Direito de uso								
Edificações		--	2.801.977	(266.847)	2.845.446	(310.316)	--	2.535.130
Total		11.502.556	5.275.733	(1.499.122)	30.437.018	(15.127.464)	(30.387)	15.279.167



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

16 – Intangível

a) Movimentação e composição

	Banco Múltiplo			Consolidado				
	Direitos de gestão de folhas de pagamento	Softwares	Total	Direitos de gestão de folhas de pagamento	Softwares	Ágio pela expectativa de rentabilidade futura	Outros ativos intangíveis ¹	Total
Taxa anual de amortização	Contrato	10%		Contrato	10%	Estudo técnico	Contrato	
Saldos em 01/01/2025	5.383.025	5.915.635	11.298.660	5.383.025	5.940.986	11.137	1.514	11.336.662
Movimentações								
Adições	1.412.560	1.178.371	2.590.931	1.412.560	1.182.178	53.176	--	2.647.914
Variação cambial	--	(2.938)	(2.938)	--	(4.123)	(4.675)	(537)	(9.335)
Baixas	(76.804)	(115.124)	(191.928)	(76.804)	(115.124)	--	--	(191.928)
Amortização	(1.418.116)	(575.864)	(1.993.980)	(1.418.116)	(581.899)	(320)	--	(2.000.335)
(Constituição)/ reversão de perdas	83.224	3.385	86.609	83.224	3.385	--	--	86.609
Saldos em 30/09/2025	5.383.889	6.403.465	11.787.354	5.383.889	6.425.403	59.318	977	11.869.587
Valor de custo	10.196.372	11.613.192	21.809.564	10.196.372	11.727.535	463.417	977	22.388.301
Amortização acumulada	(4.797.608)	(5.186.338)	(9.983.946)	(4.797.608)	(5.278.743)	(374.208)	--	(10.450.559)
Perdas por redução ao valor recuperável	(14.875)	(23.389)	(38.264)	(14.875)	(23.389)	(29.891)	--	(68.155)
Estimativa de amortização	5.383.889	6.403.465	11.787.354	5.383.889	6.425.403	59.318	--	11.868.610
2025	485.065	160.087	645.152	485.065	160.635	349	--	646.049
2026	1.904.519	640.347	2.544.866	1.904.519	642.540	12.033	--	2.559.092
2027	1.613.831	640.347	2.254.178	1.613.831	642.540	11.944	--	2.268.315
2028	672.996	640.347	1.313.343	672.996	642.540	11.819	--	1.327.355
2029	580.182	640.347	1.220.529	580.182	642.540	11.628	--	1.234.350
Após 2029	127.296	3.681.990	3.809.286	127.296	3.694.608	11.545	--	3.833.449

¹ - Inclui o valor referente ao ativo intangível de vida útil indefinida.



b) Teste de valor recuperável dos ágios

O valor recuperável dos ágios pelas expectativas de rentabilidade futura é determinado com base no valor em uso, calculado pela metodologia de Fluxo de Caixa Descontado, que se fundamenta na projeção de um fluxo de caixa para a empresa investida (unidade geradora de caixa) e na determinação da taxa que irá descontar esse fluxo. Para avaliação dos bancos, foi utilizada a metodologia de Fluxo de Caixa Livre para o Acionista, descontado pelo custo de capital próprio apurado para cada instituição.

As premissas adotadas para estimar esse fluxo são baseadas em informações públicas, no orçamento e no plano de negócios das empresas avaliadas. As premissas consideram o desempenho atual e passado, bem como o crescimento esperado no respectivo mercado de atuação e em todo ambiente macroeconômico.

O fluxo de caixa da empresa relacionada a seguir foi projetado pelo período de 5 anos, perpetuando-se a partir do último período, com taxa de crescimento estabilizada. Para os períodos de fluxo de caixa excedentes aos prazos das projeções dos orçamentos ou planos de negócios, as estimativas de crescimento utilizadas estão em linha com aquelas adotadas pela empresa. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM ajustado ao mercado e a moeda do país.

Empresas (Unidades Geradoras de Caixa)	Taxa de crescimento a.a. ¹	Taxa de desconto a.a. ²
Banco Patagonia	8,00 %	35,81 %

1 - Crescimento nominal na perpetuidade.

2 - Média geométrica das projeções utilizadas nas avaliações econômicas, referenciada em Pesos Argentinos.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil da unidade geradora de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

No período apresentado, não houve perda por redução ao valor recuperável sobre os ágios pelas expectativas de rentabilidade futura.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

17 – Recursos de clientes

a) Depósitos

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Depósitos à vista	87.018.160	94.057.188
Pessoas físicas	39.599.971	39.599.971
Pessoas jurídicas	27.429.182	30.222.416
Vinculados ¹	14.670.498	14.736.854
Ligadas	327.460	4.605.510
Governos	2.931.704	2.931.704
Moedas estrangeiras	458.792	458.792
Instituições do sistema financeiro	603.239	505.821
Especiais do Tesouro Nacional	88.830	88.830
Domiciliados no exterior	672.760	667.211
Outros	235.724	240.079
Depósitos de poupança	213.506.352	213.506.352
Pessoas físicas	205.222.150	205.222.150
Pessoas jurídicas	7.968.988	7.968.988
Ligadas	300.268	300.268
Instituições do sistema financeiro	14.946	14.946
Depósitos a prazo	553.738.874	583.595.559
Judiciais	261.608.933	261.747.614
Moeda nacional	263.764.672	263.764.672
Moedas estrangeiras	14.717.720	44.435.723
Regime especial ²	7.755.101	7.755.101
Garantias de terceiros ³	3.697.286	3.697.286
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Nota 17.d)	241.752	241.752
Funproger (Nota 17.e)	798.347	798.347
Outros	1.155.063	1.155.064
Outros depósitos	162.517	162.517
Total	854.425.903	891.321.616

1 - Inclui o montante de R\$ 3.174.765 mil, referente à arrecadação de DAF - Demonstrativos da Distribuição de Arrecadação Federal e Ordens Bancárias do Tesouro.

2 - Valores depositados em conta especial dos Tribunais de Justiça, para atender aos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme disposto na Emenda Constitucional n.º 99/2017.

3 - Correspondem a acordos de cooperação firmados entre os tribunais ou conselhos para atender às disposições da Resolução n.º 98/2009 do Conselho Nacional de Justiça.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Segregação de depósitos por prazo de exigibilidade

	Banco Múltiplo					
	Sem vencimento	até 90 dias	de 91 a 360 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	30/09/2025
Depósitos a prazo ¹	246.230.853	38.203.827	42.777.861	128.647.589	97.878.744	553.738.874
Depósitos de poupança	213.506.352	--	--	--	--	213.506.352
Depósitos à vista	87.018.160	--	--	--	--	87.018.160
Outros depósitos	162.517	--	--	--	--	162.517
Total	546.917.882	38.203.827	42.777.861	128.647.589	97.878.744	854.425.903

1 - Inclui o valor de R\$ 162.681.138 mil, relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

	Consolidado					
	Sem vencimento	até 90 dias	de 91 a 360 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	30/09/2025
Depósitos a prazo ¹	246.230.853	62.477.028	47.437.698	129.124.808	98.325.172	583.595.559
Depósitos de poupança	213.506.352	--	--	--	--	213.506.352
Depósitos à vista	94.057.188	--	--	--	--	94.057.188
Outros depósitos	162.517	--	--	--	--	162.517
Total	553.956.910	62.477.028	47.437.698	129.124.808	98.325.172	891.321.616

1 - Inclui o valor de R\$ 162.681.138 mil, relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

c) Despesas com recursos de clientes

	Banco Múltiplo	Consolidado
	01/01 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Depósitos de poupança	(12.107.572)	(12.107.572)
Depósitos a prazo	(39.174.389)	(42.757.051)
Judiciais	(20.148.311)	(20.150.552)
Demais	(19.026.078)	(22.606.499)
Variação cambial de recursos de instituições financeiras	(145.293)	(184.713)
Total	(51.427.254)	(55.049.336)

d) Fundo de amparo ao trabalhador (FAT)

	Resolução/ TADE ¹	Devolução de Recursos		30/09/2025		
		Forma ²	Data inicial	Disponível TMS ³	Aplicado TJLP e TLP ⁴	Total
Proger Rural e Pronaf				1	2	3
Pronaf Custeio	04/2005	RA	11/2005	1	1	2
Pronaf Investimento	05/2005	RA	11/2005	--	1	1
Proger Urbano				31.690	204.124	235.814
Urbano Investimento	18/2005	RA	11/2005	31.690	204.124	235.814
Urbano Capital de Giro 2020	01/2020	RA	04/2020	--	--	--
Outros				1.152	4.783	5.935
FAT Taxista	02/2009	RA	09/2009	1.152	4.783	5.935
Total				32.843	208.909	241.752

1 - TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

2 - RA - Retorno Automático (mensalmente, 2% sobre o saldo total).

3 - Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS).

4 - Recursos remunerados: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para recursos liberados até 31.12.2017 e Taxa de Longo Prazo (TLP) para aqueles liberados a partir de 01.01.2018.



O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei nº 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). O Codefat é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, que atua como gestor do FAT.

As principais ações para a promoção do emprego financiadas com recursos do FAT estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei nº 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais, incorporando, entre outros, o próprio Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, nas modalidades Urbano – Investimento e Capital de Giro, Empreendedor Popular, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, além das linhas especiais tais como FAT taxista, FAT Turismo Investimento e FAT Turismo Capital de Giro.

Os depósitos especiais do FAT alocados junto ao Banco do Brasil, enquanto disponíveis, são remunerados pela Taxa Média Selic (TMS) pro rata die. À medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela TLP (Taxa de Longo Prazo) a partir de 1º de janeiro de 2018 e TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) para os recursos liberados até 31 de dezembro de 2017, durante o período de vigência dos financiamentos. As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat nº 439/2005, 489/2006 e 801/2017.

e) Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)

O Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) é um fundo especial de natureza contábil, criado em 23/11/1999 pela Lei nº 9.872/1999, alterada pela Lei nº 10.360/2001 e pela Lei nº 11.110/2005, regulamentado pela Resolução Codefat nº 409/2004 e alterações posteriores, gerido pelo Banco do Brasil com a supervisão do Codefat.

O objetivo do Funproger é conceder aval a empreendedores que não disponham das garantias necessárias para contratação de financiamentos do Proger Urbano e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), mediante o pagamento de uma comissão para a concessão de aval. Para formação do patrimônio do Funproger, foram aportados recursos provenientes da diferença entre a aplicação da TMS e a TJLP na remuneração dos saldos disponíveis de depósitos especiais do FAT. Outras fontes de recursos que compõem o Fundo são as receitas decorrentes de sua operacionalização e a remuneração de suas disponibilidades pelo Banco do Brasil, gestor do Fundo.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

18 – Recursos de instituições financeiras

a) Composição

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Captações no mercado aberto (Nota 18.b)	701.038.876	682.232.659
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 18.c)	82.338.466	82.596.448
Depósitos interfinanceiros	36.017.632	30.327.416
Obrigações por operações vinculadas a cessão	93.580	93.580
Total	819.488.554	795.250.103

b) Captações no mercado aberto

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Carteira própria	399.880.907	381.074.690
Letras Financeiras do Tesouro	361.520.574	346.088.737
Títulos privados	19.812.467	19.812.467
Títulos no exterior	10.535.458	7.461.078
Letras do Tesouro Nacional	8.012.408	7.712.408
Carteira de terceiros	301.157.969	301.157.969
Notas do Tesouro Nacional	221.458.621	221.458.621
Letras do Tesouro Nacional	79.699.348	79.699.348
Total	701.038.876	682.232.659

c) Obrigações por empréstimos e repasses

Obrigações por empréstimos no exterior

	Banco Múltiplo					30/09/2025
	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5 anos	
Tomados junto a banqueiros	5.108.880	12.247.294	8.800.457	7.031.938	--	33.188.569
Importação	74.309	140.709	101.078	--	--	316.099
Total	5.183.189	12.388.003	8.901.535	7.031.938	--	33.504.665

	Consolidado					30/09/2025
	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5 anos	
Tomados junto a banqueiros	5.270.113	12.359.305	8.781.362	7.035.771	--	33.446.551
Importação	74.309	140.709	101.078	--	--	316.096
Total	5.344.422	12.500.014	8.882.440	7.035.771	--	33.762.647



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Obrigações por repasses**Do país – instituições oficiais**

Programas	Taxa de atualização a.a.	Banco Múltiplo	Consolidado
		30/09/2025	30/09/2025
Tesouro Nacional		316.864	316.864
Pronaf	TMS (se disponível) ou Pré 0,50% a 8,00% (se aplicado)	78.903	78.903
Recoop	Pré 5,75% a 8,25% ou IGP-DI + 1,00% ou IGP-DI + 2,00%	9.845	9.845
Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – FNMC	Pré 1,00%	201.415	201.415
Outros		26.701	26.701
BNDES	Pré 0,50% a 10,72% TJLP + 0,50% a 5,00% IPCA TLP + 1,99% a 3,20% Selic + 2,08% Var. Camb. 1,70% a 1,80% TFBD 5,37% a 6,47%	14.166.684	14.166.684
Caixa Econômica Federal	Pré 4,85% (média)	25.619.607	25.619.607
Finame	Pré 0,70% a 10,72% TJLP + 1,60% a 2,10% Selic + 0,75% a 1,41% TFBD + 0,95% a 6,47%	7.092.737	7.092.737
Outras Instituições Oficiais		868.267	868.267
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 13,00% a 14,50% Funding 10,00% a 11,50%	868.240	868.240
Outros		27	27
Total		48.064.159	48.064.159

Do exterior

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Recursos livres – Resolução BCB nº 278/2022	769.642	769.642
Total	769.642	769.642



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Despesas com recursos de instituições financeiras

	Banco Múltiplo	Consolidado
	01/01 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Captações no mercado aberto	(65.895.596)	(64.138.779)
Carteira de terceiros	(34.565.570)	(33.150.500)
Carteira própria	(31.330.026)	(30.988.279)
Depósitos interfinanceiros	(1.616.327)	(1.155.639)
Obrigações por Empréstimos	(1.744.787)	(1.907.110)
Obrigações por repasses	(3.030.015)	(3.030.015)
Do exterior	(325.891)	(325.891)
Caixa Econômica Federal	(1.348.599)	(1.348.599)
BNDES	(770.343)	(770.343)
Finame	(482.890)	(482.890)
Tesouro Nacional	(6.794)	(6.794)
Outras	(95.498)	(95.498)
Variação cambial dos recursos de instituições financeiras ¹	14.699.021	14.538.273
Total	(57.587.704)	(55.693.270)

1-Variação cambial dos ativos e passivos das agências e controladas no exterior, reclassificada para as despesas com recursos de instituições financeiras com o objetivo de anular a variação cambial incidente sobre os instrumentos financeiros passivos contratados para proteção do resultado do Banco em relação às oscilações cambiais.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

19 - Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários

a) Composição

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Recursos de aceites e emissão de títulos	308.908.302	317.670.547
Dívidas subordinadas (Nota 19.c)	54.344.077	50.217.888
Total	363.252.379	367.888.435

b) Recursos de aceites e emissão de títulos

Captações	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	30/09/2025
Banco Múltiplo						308.908.302
Programa "Global Medium - Term Notes" ¹						16.824.741
	BRL	293.085	10,15%	2017	2027	280.627
	COP	160.000.000	8,51%	2018	2025	232.633
	BRL	398.000	9,50%	2019	2026	403.902
	MXN	1.900.000	8,50%	2019	2026	563.497
	COP	520.000.000	6,50%	2019	2027	715.508
	USD	750.000	3,25%	2021	2026	3.948.384
	USD	500.000	4,88%	2022	2029	2.680.023
	USD	750.000	6,25%	2023	2030	4.061.751
	USD	750.000	6,00%	2024	2031	3.938.416
Certificados de Depósitos ²						5.313.158
Curto prazo			0,00% a 16,25%			4.954.777
Longo prazo			3,02% a 16,25%		2028	358.381
Certificados de Operações Estruturadas						341.128
Curto prazo			6,70% a 15,22% DI			333.501
Longo prazo			12,30% a 15,77% DI		2027	7.627
Letras de Crédito Imobiliário			69,00% a 97,50% DI 100% da TR + 7,72%			15.435.882
Curto prazo						4.016.381
Longo prazo					2028	11.419.501
Letras de Crédito do Agronegócio			0,96% a 99,50% DI 8,88% a 14,70% a.a.			242.552.693
Curto prazo						73.058.618
Longo prazo					2029	169.494.075
Letras Financeiras			100,00% do DI + 0,30% a 0,75%			28.440.700
Curto prazo						5.159.140
Longo prazo					2028	23.281.560
Banco Patagonia						36.986
Curto prazo	ARS	8.955.224	Badlar + 6,5%	2024	2025	36.986
Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior ³						8.776.852
Securitização do Fluxo Futuro de Ordens de Pagamento do Exterior ³						
	USD	200.000	3,70%	2019	2026	159.777
	USD	750.000	Sofr 3m + 2,75%	12/2022 e	2029	3.387.850
	USD	150.000	6,65%	2022	2032	749.469
Notas Estruturadas ³						
	USD	500.000	Sofr 6m + 2,93%	12/2014 e	2034	2.738.351
	USD	320.000	Sofr 6m + 3,63%	2015	2030	1.741.405
Valor Eliminado na Consolidação ⁴						(51.593)
Total						317.670.547

¹ - Em setembro de 2021, foi realizada troca de papéis envolvendo a recompra de "Senior Notes" e nova emissão compreendida no Programa "Global Medium - Term Notes". A emissões estão apresentadas por seu valor outstanding, considerando as ocorrências de recompras parciais.

² - Títulos emitidos no exterior em USD.

³ - Informações sobre as EPEs podem ser obtidas na Nota 2.e.

⁴ - Refere-se a títulos emitidos pelo Conglomerado Banco do Brasil, em poder de dependências/controladas no exterior.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Dívidas subordinadas

Captações	Moeda	Valor Emitido ¹	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	30/09/2025
Recursos FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste ²						11.734.759
Letras Financeiras Subordinadas						29.029.819
		20.000	100% CDI + 2,75	2021	Perpétuo	20.478
		2.328.600	100% CDI + 2,60	2022	Perpétuo	2.340.951
		199.800	100% CDI + 2,50	2023	Perpétuo	208.494
		2.639.600	100% CDI + 2,25	2023	Perpétuo	2.756.294
		4.775.100	100% CDI + 1,20	2024	Perpétuo	5.253.119
		2.750.700	100% CDI + 1,90	2024	Perpétuo	3.025.511
		14.093.300	100% CDI + 1,30	2025	Perpétuo	15.102.590
		300.000	100% CDI + 1,25	2025	Perpétuo	322.382
Bônus Perpétuos						13.579.499
	USD	1.708.698	8,75%	2013	Perpétuo	9.454.468
	BRL	4.100.000	5,50%	2012	Perpétuo	4.125.031
Total – Banco Múltiplo						54.344.077
Valor Eliminado na Consolidação ⁴						(26.189)
Total reclassificado para o Patrimônio Líquido (Nota 23.c)						(4.100.000)
Total Consolidado						50.217.888

1 - Referem-se, nas captações em dólar, ao outstanding value, uma vez que ocorreram recompras parciais desses instrumentos.

2 - Compõem o nível II do Patrimônio de Referência (PR).

3 - A partir de 28/08/2014, a remuneração passou a ser integralmente variável (Nota 23.c.).

4 - Refere-se a título emitido pelo Conglomerado Banco do Brasil, em poder de dependências/controladas no exterior.

Do total dos bônus perpétuos e letras financeiras subordinadas, o montante de R\$ 36.493.609 mil compõe o Patrimônio de Referência – PR, vide Nota 30.f.

Os bônus emitidos em janeiro de 2013, no valor de USD 2.000.000 mil (outstanding value USD 1.708.698 mil), tiveram, em 27/09/2013 seus termos e condições alterados com a finalidade de ajustá-los às regras do Bacen, que regulamentam a implementação de Basileia III no Brasil. As alterações entraram em vigor em 01/10/2013, quando os instrumentos foram submetidos ao Bacen para a obtenção de autorização para integrarem o Capital Complementar (Nível I) do Banco. A autorização foi concedida em 30/10/2013.

Em abril de 2024, os bônus emitidos em janeiro de 2013 tiveram a taxa de juros redefinida de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano em virtude do não exercício da opção de resgate.

Os bônus emitidos em janeiro de 2013 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) os lucros distribuíveis no período não sejam suficientes para a realização do referido pagamento (condição discricionária para o Banco);
- (i) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (ii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iii) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (iv) alguma inadimplência ocorra.

De acordo com as regras de Basileia III, os bônus emitidos em janeiro de 2013 contam com mecanismos de “absorção de perdas” (loss absorption). Além disso, caso o item (i) ocorra, o pagamento de dividendos pelo Banco aos seus acionistas ficará limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente. Por fim esses bônus serão extintos de forma permanente e em valor mínimo correspondente ao saldo computado no capital de Nível I do Banco caso:



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- (i) o capital principal do Banco for inferior a 5,125% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA);
- (ii) seja tomada a decisão de fazer uma injeção de capital do setor público ou suporte equivalente ao Banco, a fim de manter o Banco em situação de viabilidade;
- (iii) o Bacen, em avaliação discricionária regulamentada pelo CMN, determinar por escrito a extinção dos bônus para viabilizar a continuidade do Banco.

Em outubro de 2025, o Banco exerceu a opção de resgate para os bônus emitidos em 2013.

d) Despesas com emissões de títulos e valores mobiliários

	Banco Múltiplo	Consolidado
	01/01 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Recursos de aceites e emissão de títulos	(26.773.811)	(27.307.088)
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(21.522.496)	(21.522.496)
Letras Financeiras	(2.818.241)	(2.818.241)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	(1.101.369)	(1.634.646)
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	(1.306.960)	(1.306.960)
Certificados de Operações Estruturadas	(24.745)	(24.745)
Dívidas subordinadas	(3.310.228)	(3.310.228)
Bônus e letras financeiras perpétuos	(3.310.228)	(3.310.228)
Total	(30.084.039)	(30.617.316)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

20 – Outros passivos

a) Composição

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Outros passivos financeiros	183.068.379	180.303.584
Operações com cartão de crédito/débito	53.198.910	53.737.490
Obrigações por adiantamentos de contratos de câmbio de importação	44.323.459	44.323.459
Passivos de arrendamento	2.467.977	2.682.495
Fundos financeiros e de desenvolvimento	60.386.387	60.386.387
Fundo Constitucional do Centro Oeste – FCO ¹	46.366.450	46.366.450
Marinha Mercante	4.756.993	4.756.993
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE	5.219.184	5.219.184
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA	2.097.257	2.097.257
Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste – FDCO	1.333.116	1.333.116
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	94.254	94.254
Pasep	243.266	243.266
Outros	275.867	275.867
Negociação e intermediação de valores	4.548.590	572.585
Provisões para perdas esperadas de garantias financeiras, compromissos de crédito e crédito a liberar (Nota 20.c)	670.063	674.937
Demais	17.472.993	17.926.231
Outros passivos não financeiros	43.842.056	53.825.295
Passivos atuariais (Nota 28.e)	11.401.688	11.401.688
Credores diversos	19.301.239	20.537.869
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	5.553.931	5.570.519
Comissões a apropriar	--	6.171.428
Obrigações de pagamento em nome de terceiros	5.192.436	5.192.437
Obrigações sociais e estatutárias	496.778	511.850
Rendas antecipadas	8.229	105.002
Obrigações por convênios oficiais	1.341.572	1.341.572
Demais	546.183	2.992.930

1 – A Resolução CMN n.º 4.955/2021 passou a limitar a utilização dos recursos do FCO para composição no nível II do Patrimônio de Referência – PR (Nota 30.f). O montante divulgado refere-se ao que excede esse valor, sendo R\$ 44.920.899 mil de recursos aplicados (remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o del credere da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989) e R\$ 1.393.380 mil de recursos disponíveis (remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Outras despesas de captação

	Banco Múltiplo	Consolidado
	01/01 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Resultado de obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento	(506.850)	(506.849)
Demais	(2.024.414)	(1.999.384)
Total	(2.531.264)	(2.506.233)

c) Garantias financeiras prestadas e outros compromissos

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Compromissos de crédito e crédito a liberar	231.725.100	234.439.665
Compromissos de crédito	217.669.989	220.384.554
Não canceláveis	55.985.133	55.985.133
Canceláveis	161.684.856	164.399.421
Crédito a liberar	14.055.111	14.055.111
Não canceláveis	365.877	365.877
Canceláveis	13.689.234	13.689.234
Garantias prestadas	16.577.290	16.822.707
Créditos abertos para importação contratados	1.546.360	1.669.229
Créditos de exportação confirmados	179.042	194.659

Os créditos contratados a liberar destinam-se ao registro do saldo de valores a liberar da carteira de crédito e de arrendamento mercantil, tais como cheque especial, crédito rotativo e assemelhados. Garantias prestadas, tais como as cartas de crédito em aberto ("standby") e as garantias financeiras por avais e fianças, são compromissos condicionais, geralmente para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro em contratos de empréstimo. As informações referentes às práticas de gerenciamento de risco e exposição máxima estão descritas na Nota 30.

Nos instrumentos financeiros relacionados a crédito, o montante contratual do instrumento financeiro representa o potencial máximo de risco de crédito no caso de a contraparte não cumprir os termos do contrato. A maioria desses compromissos vence sem que sejam sacados. Como resultado, o montante contratual total não é representativo da efetiva exposição futura a riscos de crédito ou necessidades de liquidez oriundas desses compromissos. Para diminuir o risco de crédito, o Banco requer que o contratado entregue como garantia, recursos em dinheiro, valores mobiliários ou outros bens para caucionar a abertura de crédito, semelhantes à caução exigida para as operações de crédito.

Para suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações oriundas de contratos das espécies acima especificadas, o Banco constituiu provisão para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e compromissos de empréstimos.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Provisões para perdas esperadas classificadas por estágios

	Banco Múltiplo			
	30/09/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Garantias financeiras prestadas	131.677	43.067	445.882	620.626
Compromissos de crédito e créditos a liberar	42.775	6.191	471	49.437
Total	174.452	49.258	446.353	670.063

	Consolidado			
	30/09/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Garantias financeiras prestadas	131.663	43.067	445.882	620.612
Compromissos de crédito e créditos a liberar	47.663	6.191	471	54.325
Total	179.326	49.258	446.353	674.937



21 – Provisões e passivos contingentes

a) Provisões, ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis.

Ações trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados, sindicatos da categoria ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados). Esses processos contêm vários pedidos, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, gratificação de função, responsabilidade subsidiária e outros.

Ações fiscais

O Banco está sujeito a questionamentos sobre tributos e condutas fiscais relacionados à sua posição de contribuinte ou de responsável tributário, em procedimentos de fiscalização, que podem ensejar autuações. A maioria das autuações versa sobre a apuração de tributos devidos, como: ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições à Seguridade Social. Para garantia do crédito fiscal em litígio, quando necessário, são realizados depósitos judiciais ou penhoras em dinheiro, títulos públicos ou imóveis.

Ações de natureza cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a falhas em produtos e serviços bancários; expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos sobre cadernetas de poupança, depósitos judiciais e crédito rural; devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de encargos financeiros; e ações de exigir contas propostas por clientes para esclarecer lançamentos havidos em conta corrente.

As indenizações por danos materiais e morais têm como fundamento, geralmente, a legislação de defesa do consumidor. Na maioria das vezes, as ações são processadas e julgadas nos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor em discussão está limitado a quarenta salários mínimos.

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se aquelas que envolvem cobrança de diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão, e Planos Collor I e II), bem como repetição de indébito correspondente ao índice de correção monetária cobrado em operações rurais (Plano Collor I).

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e a regulamentação vigentes à época, os processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, avaliadas a partir da situação processual de cada demanda e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em relação aos litígios que versam sobre os expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, o STF suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido. Cumpre ressaltar que, no final de 2017, a Febraban e as entidades representativas dos poupadores firmaram acordo coletivo referente às demandas de planos econômicos em cadernetas de poupança, que foi objeto de homologação pelo STF. A partir de maio de 2018, os poupadores puderam aderir ao acordo coletivo por meio de ferramenta disponibilizada pela Febraban. Em 12/03/2020, o acordo foi prorrogado por mais 30 (trinta) meses, conforme Aditivo firmado pelas entidades representativas das instituições financeiras e dos consumidores, sendo mais uma vez homologado pelo STF, nos autos da ADPF 165, conforme acórdão publicado em 18/06/2020, e prorrogado por mais 30 (trinta) meses, em votação no plenário virtual do STF, cujo acórdão foi publicado em 09/01/2023. Após, em nova sessão virtual, finalizada em 23/05/2025, o STF julgou o mérito da controvérsia e declarou a constitucionalidade dos Planos Econômicos Bresser, Verão, Collor I e Collor II. Todavia, foi garantido aos poupadores o recebimento dos valores estabelecidos no acordo coletivo homologado pela Suprema Corte, desde que manifestem suas adesões no prazo de 24 (vinte e quatro) meses.



No que se refere às demandas que versam sobre expurgos inflacionários em depósitos judiciais, o Ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, após o reconhecimento da repercussão geral da matéria constitucional versada nos Recursos Extraordinários interpostos pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, União e Febraban (RE nº 1.141.156/RJ), determinou a suspensão dos processos que tratem da matéria e que tramitam no território nacional, o que restou confirmado pelo Plenário do STF em 19/12/2019.

Quanto ao Plano Collor I incidente sobre o crédito rural, o Banco é parte passiva em ações nas quais os mutuários questionam o índice de correção monetária utilizado pelo Banco para atualizar os empréstimos rurais após a implementação do mencionado plano econômico. Sobre esse tema, em 04/12/2014, o STJ julgou o Recurso Especial (REsp) nº 1.319.232/DF, nos autos da Ação Civil Pública (ACP) nº 94.008514-1, condenado solidariamente a União, o Banco Central do Brasil e o Banco do Brasil ao pagamento das diferenças apuradas entre o IPC de março de 1990 (84,32% ou o índice ponderado de 74,60% previsto no art. 6º da Lei nº 8.088/1990), e o BTN fixado em idêntico período (41,28%), corrigindo monetariamente os valores a contar do pagamento a maior, pelos índices aplicáveis aos débitos judiciais, acrescidos de juros de mora. A condenação ainda não transitou em julgado em razão da interposição de recursos pelo Banco Central do Brasil, pela União e pelo Banco do Brasil.

Em 22/06/2021, o recurso extraordinário do Banco do Brasil foi inadmitido, sendo interposto novo recurso à Corte Especial do STJ. O recurso extraordinário (RE) do Banco do Brasil foi autuado sob o nº 1.445.162. Em 10/02/2024, o Plenário do STF reputou constitucional a controvérsia e reconheceu a existência de repercussão geral da matéria (Tema nº 1.290/STF). Após, em decisão de 08/03/2024, o ministro relator do caso no STF decretou a suspensão nacional do processamento de todas as demandas pendentes que tratem dessa mesma controvérsia, inclusive as liquidações e os cumprimentos provisórios da sentença coletiva relacionada à ACP nº 94.008514-1. O RE nº 1.445.162 encontra-se pendente de julgamento final pelo STF.

Provisões para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais – prováveis

O Banco constitui provisão para demandas trabalhistas, cíveis e fiscais com risco de perda “provável”, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Banco considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Movimentações nas provisões para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais, classificadas como prováveis

	Banco Múltiplo	Consolidado
	01/01 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Demandas cíveis		
Saldo inicial	14.766.177	14.928.656
Constituição	8.780.764	8.864.184
Reversão da provisão	(3.122.004)	(3.176.559)
Baixa por pagamento	(2.769.603)	(2.783.734)
Atualização monetária e variação cambial	1.098.410	1.099.258
Saldo final	18.753.744	18.931.805
Demandas trabalhistas		
Saldo inicial	7.630.188	7.679.384
Constituição	2.952.885	2.966.602
Reversão da provisão	(1.201.490)	(1.211.513)
Baixa por pagamento	(2.138.491)	(2.144.178)
Atualização monetária e variação cambial	567.055	568.466
Saldo final	7.810.147	7.858.761
Demandas fiscais		
Saldo inicial	1.584.401	1.750.418
Constituição	285.675	309.248
Reversão da provisão	(534.152)	(540.932)
Baixa por pagamento	(122.958)	(123.844)
Atualização monetária e variação cambial	93.936	106.199
Saldo final	1.306.902	1.501.089
Total das demandas cíveis, trabalhistas e fiscais	27.870.793	28.291.655

Cronograma esperado de desembolsos

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais
Até 5 anos	17.016.432	7.105.229	912.758	17.178.435	7.153.686	1.200.707
Acima de 5 anos	1.737.312	704.918	394.144	1.753.370	705.075	300.382
Total	18.753.744	7.810.147	1.306.902	18.931.805	7.858.761	1.501.089

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incerto o cronograma esperado de desembolsos.

Passivos contingentes - possíveis

As demandas cíveis, trabalhistas e fiscais são classificadas como passivos contingentes possíveis quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Demandas fiscais	12.636.504	13.723.918
Demandas cíveis	2.208.666	2.235.002
Demandas trabalhistas	74.737	95.169
Total	14.919.907	16.054.089

As principais discussões de perda possível se concentram na natureza fiscal, e estão detalhadas a seguir:

- Compensações não homologadas – R\$ 4.266.906 mil: litígios referentes a créditos indicados à compensação apurados a partir da dedução dos impostos sobre a renda pagos no exterior;
- ISSQN – R\$ 2.618.746 mil: discute-se a incidência de ISS sobre receitas diversas da instituição financeira;
- Contribuições Sociais – R\$ 1.088.549 mil: exigência de encargos sociais sobre o Auxílio-Alimentação e Refeição concedidos no âmbito do Programa de Alimentação do Trabalhador; e
- Os demais assuntos são pulverizados.

Depósitos em garantia de recursos**Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências**

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Demandas Cíveis	19.709.346	19.749.251
Demandas Fiscais	9.441.314	10.279.477
Demandas Trabalhistas	8.778.715	8.808.188
Total	37.929.375	38.836.916

b) Resultado de provisões

	Banco Múltiplo	Consolidado
	01/01 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Cíveis, fiscais e trabalhistas	(8.921.079)	(8.984.953)
Cíveis	(6.757.170)	(6.786.883)
Trabalhistas	(2.318.450)	(2.323.555)
Fiscais	154.541	125.485
Outras	(12.666)	(12.666)
Total	(8.933.745)	(8.997.619)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

22 – Tributos

a) Composição da receita (despesa) de IR e CSLL

	Banco Múltiplo	Consolidado
	01/01 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Valores Correntes	21.552	(4.248.673)
IR e CSLL no país	141.530	(3.987.946)
Imposto de renda no exterior	(119.978)	(260.727)
Valores diferidos	9.186.451	9.148.443
Passivos fiscais diferidos	(1.049.091)	(1.541.308)
Operações de leasing – ajuste da carteira e depreciação incentivada	--	(43.288)
Marcação a mercado	1.162.220	718.255
Ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	(1.399.743)	(1.399.744)
Lucros do exterior	(811.568)	(811.568)
Resultado não realizado (BB-BI)	--	15.406
Outros	--	(20.369)
Ativos fiscais diferidos	10.235.542	10.689.751
Diferenças temporárias	10.343.377	10.424.514
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	--	--
Marcação a mercado	171.046	544.118
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	(278.881)	(278.881)
Total	9.208.003	4.899.770

b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	Banco Múltiplo	Consolidado
	01/01 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Resultado antes dos tributos e participações	5.317.360	12.035.418
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (20%)	(2.392.812)	(5.415.938)
Encargos JCP	1.659.358	1.659.358
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	5.560.000	2.622.673
Participação de empregados no lucro	716.281	720.112
Outros valores ¹	3.665.176	5.313.565
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	9.208.003	4.899.770

1- Referem-se, principalmente, às receitas do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste – FCO.

c) Despesas tributárias

	Banco Múltiplo	Consolidado
	01/01 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Cofins	(3.235.784)	(4.128.359)
ISSQN	(697.595)	(1.070.843)
PIS/Pasep	(526.138)	(704.357)
Outras	(154.539)	(725.156)
Total	(4.614.056)	(6.628.715)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Passivos fiscais diferidos

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	9.280.469	9.280.469
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	1.696.429	1.712.772
Decorrentes de lucros do exterior	811.568	811.568
Atualização de depósitos judiciais fiscais	134.144	134.144
Ajuste da carteira de leasing	--	128.366
Dependências no exterior	14.648	14.648
Outros	52.593	443.266
Total dos passivos fiscais diferidos	11.989.851	12.525.233
Imposto de Renda	6.236.359	6.735.662
Contribuição Social	5.012.121	5.031.735
Cofins	637.319	650.909
PIS/Pasep	104.052	106.927

e) Ativos fiscais diferidos (créditos tributários)

	Banco Múltiplo			
	01/01/2025 ¹	01/01 a 30/09/2025		30/09/2025
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferenças temporárias	72.659.187	30.883.898	(22.790.717)	80.752.368
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	48.258.231	20.618.127	(13.904.127)	54.972.231
Provisões passivas – fiscais e previdenciárias	665.549	147.541	(109.882)	703.208
Provisões passivas – outras	17.097.580	7.278.682	(2.818.114)	21.558.148
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	498.439	794.601	(206.630)	1.086.410
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	4.209.237	2.020.592	(4.764.318)	1.465.511
Outras provisões	1.930.151	24.355	(987.646)	966.860
CSLL escriturada a 18% (MP nº 2.158/2001)	636.538	--	--	636.538
Prejuízo fiscal/Base negativa	192.920	--	(7.773)	185.147
Total dos ativos fiscais diferidos	73.488.645	30.883.898	(22.798.490)	81.574.053
Imposto de Renda	40.722.545	16.535.376	(11.849.260)	45.408.661
Contribuição Social	32.216.819	13.341.625	(9.535.159)	36.023.285
Cofins	434.920	866.148	(1.178.825)	122.243
PIS/Pasep	114.361	140.749	(235.246)	19.864

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os impactos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

	Consolidado			
	01/01/2025 ¹	01/01 a 30/09/2025		30/09/2025
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferenças temporárias	74.578.241	31.423.285	(22.827.334)	83.174.192
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	48.352.603	20.728.571	(13.937.822)	55.143.352
Provisões passivas – fiscais e previdenciárias	665.571	147.541	(109.897)	703.215
Provisões passivas – outras	17.489.134	7.281.119	(3.190.372)	21.579.881
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	498.439	794.601	(206.630)	1.086.410
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	4.353.130	2.145.804	(4.846.624)	1.652.310
Outras provisões	3.219.364	325.649	(535.989)	3.009.024
CSLL escriturada a 18% (MP nº 2.158/2001)	636.538	--	--	636.538
Prejuízo fiscal/Base negativa	252.681	28.383	(25.166)	255.898
Total dos ativos fiscais diferidos	75.467.460	31.451.668	(22.852.500)	84.066.628
Imposto de Renda	42.010.192	16.943.316	(11.911.512)	47.041.996
Contribuição Social	32.733.424	13.441.513	(9.522.896)	36.652.041
Cofins	578.354	915.058	(1.182.284)	311.128
PIS/Pasep	145.490	151.781	(235.808)	61.463

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os impactos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Ativos fiscais diferidos (créditos tributários - não ativados)

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Créditos tributários no exterior	857.016	1.138.048
Prejuízo fiscal/Base negativa	--	25.774
Diferenças temporárias	--	5.283
Total dos créditos tributários	857.016	1.169.105
Imposto de Renda	476.120	649.503
Contribuição Social	380.896	519.602

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 30/06/2025, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação do Banco Múltiplo.

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2025	13.582.220	12.944.486	13.936.242	12.970.703
Em 2026	18.859.163	20.562.470	19.318.231	20.587.883
Em 2027	20.753.414	17.474.284	21.253.830	17.496.161
Em 2028	2.704.578	2.146.718	2.777.565	2.154.282
Em 2029	3.268.838	2.474.946	3.350.087	2.479.273
Em 2030	3.637.495	2.598.300	3.726.281	2.601.800
Em 2031	4.706.727	3.171.908	4.819.007	3.174.760
Em 2032	3.972.866	2.526.052	4.067.580	2.528.207
Em 2033	4.095.499	2.456.618	4.190.976	2.457.779
Em 2034	2.668.891	1.510.345	3.017.552	1.622.712
Total de créditos tributários em 30/06/2025	78.249.691	67.866.127	80.457.351	68.073.560

No período de 01/01 a 30/09/2025, observou-se a realização de créditos tributários no Banco Múltiplo no montante de R\$ 22.798.490 mil (R\$ 22.852.500 mil no Consolidado), correspondente a 136,22% da respectiva projeção de utilização para o período de 2025, que constava no estudo técnico elaborado em 31/12/2024.

A realização dos valores nominais de créditos tributários ativados, baseada em estudo técnico realizado pelo Banco em 30/06/2025, está projetada para 10 anos, nas seguintes proporções:

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ¹	Diferenças temporárias ²	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ¹	Diferenças temporárias ²
Em 2025	0%	12%	0%	12%
Em 2026	0%	28%	0%	28%
Em 2027	0%	28%	0%	28%
A partir de 2028	100%	32%	100%	32%

1 - Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

2 - A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).



23 – Patrimônio líquido

a) Valor patrimonial e valor de mercado por ação ordinária

	30/09/2025
Patrimônio líquido do Banco do Brasil	178.142.386
Valor patrimonial por ação (R\$) ¹	31,21
Valor de mercado por ação (R\$)	22,09
Patrimônio líquido consolidado	186.586.822

1 - Calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco do Brasil.

b) Capital social

O capital social do Banco do Brasil, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 120.000.000 mil está dividido em 5.730.834.040 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

c) Instrumento elegível ao capital principal

Em 26/09/2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R\$ 8.100.000 mil, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário.

Desde a assinatura do termo aditivo, em 28/08/2014, a remuneração do referido instrumento é integralmente variável e os juros são devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social são pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração é realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

Tendo em vista sua elegibilidade ao capital principal, em conformidade com a Lei nº 12.793, de 02/04/2013, e Resolução CMN nº 4.955/2021, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, o instrumento é reclassificado para o patrimônio líquido.

Conforme Comunicado ao Mercado, de 08 de abril de 2021, o Banco apresentou proposta de devolução do referido instrumento em sete parcelas anuais de R\$ 1 bilhão e uma parcela final de R\$ 1,1 bilhão, com base em cronograma compreendido entre julho/2022 e julho/2029. Em 29/07/2025, o Banco devolveu ao Tesouro Nacional o valor de R\$ 1 bilhão referente à quarta parcela, cuja liquidação antecipada foi autorizada pelo Bacen em 20/05/2025.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Reservas de capital e de lucros

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Reservas de capital	1.416.070	1.417.065
Reservas de lucros	76.330.595	75.822.095
Reserva legal	15.715.601	15.715.601
Reservas estatutárias	60.614.994	60.106.494
Margem operacional	51.915.995	51.198.834
Equalização de remuneração do capital	8.698.999	8.907.660

A reserva de capital destina-se, dentre outros, ao registro dos valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidados com a entrega de instrumentos patrimoniais, bem como do lucro apurado na alienação de ações em tesouraria.

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária para margem operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A reserva estatutária para equalização de remuneração do capital assegura recursos para o pagamento dos dividendos, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.

e) Lucro por ação

	01/01 a 30/09/2025
Lucro líquido (R\$ mil)	12.912.117
Número médio ponderado de ações (básico e diluído)	5.708.696.148
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	2,26

f) Juros sobre o capital próprio/dividendos

Em conformidade com as Leis nº 9.249/1995, nº 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos.

Para atendimento da legislação de imposto de renda, bem como da contribuição social, os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor, sendo dedutíveis na apuração do lucro real.

Apresentamos os valores e o cronograma de pagamento dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos:

2025	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio ¹	852.492	0,149	11/03/2025	21/03/2025
Juros sobre o capital próprio complementares ¹	1.908.077	0,334	02/06/2025	12/06/2025
2º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio ¹	516.306	0,090	02/06/2025	12/06/2025
3º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio ¹	410.587	0,072	01/12/2025	11/12/2025
Total destinado aos acionistas	3.687.462	0,645		
Juros sobre o capital próprio ¹	3.687.462	0,645		

1 – Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido

	Lucro líquido	Patrimônio líquido
	01/01 a 30/09/2025	30/09/2025
Banco Múltiplo	12.912.117	178.142.386
Instrumento elegível a Capital Principal ¹	25.031	4.100.000
Resultado não realizado ²	(101.493)	(508.500)
Participação de não controladores	--	4.852.936
Consolidado	12.835.655	186.586.822

1 - Nas demonstrações contábeis individuais, o instrumento elegível a capital principal foi registrado no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas de recursos de emissões de títulos e valores mobiliários. Nas demonstrações contábeis consolidadas, esse instrumento foi reclassificado para o patrimônio líquido (Notas 2.e e 23.c).

2 - Refere-se a resultados não realizados decorrentes de cessão de créditos do Banco do Brasil para a Ativos S.A.

h) Outros resultados abrangentes

	30/09/2025
Banco do Brasil	
Ativos financeiros ao valor justo	(1.117.447)
Hedge de investimentos no exterior	(10.684)
Variação cambial de investimentos no exterior	(10.976.230)
Ganhos/(Perdas) Atuariais - Planos de Benefícios	(8.999.882)
Controladas, coligadas e controladas em conjunto	
Ativos financeiros ao valor justo	(247.653)
Hedge de fluxo de caixa	(34.874)
Ganhos/(Perdas) Atuariais - Planos de Benefícios	1.128
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	(1.001.873)
Outros resultados abrangentes	7.734
Total	(22.379.781)

i) Participação dos não controladores

	Lucro líquido	Patrimônio líquido
	01/01 a 30/09/2025	30/09/2025
BB Tecnologia e Serviços	16	85
Fundos de Investimento	(1.588)	8.882
Banco Patagonia S.A.	339.032	939.459
BB Seguridade S.A.	2.135.497	3.904.510
Participação dos não controladores	2.472.957	4.852.936

j) Participações acionárias (quantidade de ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações:

Acionistas	30/09/2025	
	Ações	% Total
União Federal - Tesouro Nacional	2.865.417.084	50,0
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	257.988.090	4,5
Ações em tesouraria ¹	22.443.849	0,4
Outros acionistas	2.584.985.017	45,1
Total	5.730.834.040	100,0
Residentes no país	4.397.007.233	76,7
Residentes no exterior	1.333.826.807	23,3

1 - Inclui, em 30/09/2025, 73.450 ações do Banco do Brasil mantidas na BB Asset.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil, de titularidade do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria:

	Ações ON ¹
	30/09/2025
Conselho de Administração (exceto Presidente do Banco)	45.282
Diretoria Executiva (Inclui a Presidente do Banco)	296.679
Conselho Fiscal	20
Comitê de Auditoria	4.030

1 - A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,006% do capital do Banco.

k) Movimentação de ações em circulação/free float

	30/09/2025	
	Quantidade	% Total
Ações em circulação (free float) no início do período	2.842.288.271	49,6
Outras movimentações ¹	342.857	
Ações em circulação (free float) no fim do período ²	2.842.631.128	49,6
Total emitido	5.730.834.040	100,0

1 - Inclui as movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

2 - Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.

l) Ações em tesouraria

Demonstramos a seguir a composição das ações em tesouraria:

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/09/2025		30/09/2025	
	Ações	% Total	Ações	% Total
Ações em tesouraria	22.370.399	100,0	22.443.849	100,0
Recebidas em dação de pagamento (Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN)	16.150.700	72,2	16.150.700	72,0
Programas de Recompra (ocorridos entre 2012 e 2015)	5.625.287	25,1	5.625.287	25,1
Programa de Remuneração Variável	594.286	2,7	667.736	2,9
Incorporações	126	--	126	--
Valor Contábil	(257.260)		(258.255)	



m) Pagamento baseado em ações

Programa de remuneração variável

O programa de remuneração variável do Banco do Brasil foi elaborado sob vigência da Resolução CMN nº 5.177, de 26/09/2024, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

O programa tem periodicidade anual, sendo estabelecido em função dos riscos e da atividade dos administradores e tem como pré-requisitos: a ativação do Programa de Participação nos Lucros e Resultados e o atingimento de lucro contábil pelo Banco do Brasil.

A apuração da remuneração variável tem como base indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas, da unidade e individuais, baseadas na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil – ECBB para o período. O programa ainda determina que 50% da remuneração seja paga em espécie e que os demais 50% sejam pagos em ações.

A quantidade de ações do Banco do Brasil a ser destinada a cada participante é apurada mediante a divisão do valor líquido equivalente a 50% dos honorários a que fizer jus, a título de remuneração variável, pelo preço médio da ação na semana anterior à do pagamento. O preço médio é a média aritmética simples dos preços médios diários da semana anterior à do pagamento.

A distribuição da remuneração em ações ocorre de forma que 20% é imediatamente transferido para a titularidade do beneficiário e 80% é diferido.

Os efeitos no resultado do Programa de Remuneração Variável do Banco Múltiplo foram de R\$ 21.512 mil no período de 01/01 a 30/09/2025.

A BB Asset, em decorrência da resolução supracitada, também aprovou política de remuneração variável para sua diretoria, adquirindo diretamente ações em tesouraria do Banco. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

	Total de Ações do Programa	Custo Médio	Ações Distribuídas	Ações a Distribuir	Cronograma Estimado de Transferências
Programa 2021					
	442.658	16,76	354.170	88.488	03/2026
Total de ações a distribuir				88.488	
Programa 2022					
	400.715	19,58	241.223	79.746	03/2026
				79.746	03/2027
Total de ações a distribuir				159.492	
Programa 2023					
	306.250	29,01	153.384	61.064	03/2026
				42.724	03/2027
				30.512	03/2028
				18.566	03/2029
Total de ações a distribuir				152.866	
Programa 2024					
	331.813	28,37	66.353	99.531	03/2026
				66.353	03/2027
				46.438	03/2028
				33.171	03/2029
				19.967	03/2030
Total de ações a distribuir				265.460	



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

24 – Receitas de prestação de serviços

	Banco Múltiplo	Consolidado
	01/01 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Administração de fundos	4.742.522	7.815.679
Comissões de seguros, previdência e capitalização	253.700	4.540.997
Conta corrente	4.076.836	4.077.475
Taxas de administração de consórcios	--	2.596.710
Rendas de cartões	1.245.083	1.513.436
Operações de crédito e garantias prestadas	1.006.275	1.008.288
Cobrança	831.319	878.801
Arrecadações	747.603	722.985
Rendas do mercado de capitais	116.482	542.803
Tesouro Nacional e administração de fundos oficiais ¹	222.261	222.261
Interbancária	45.606	45.606
Outras	1.202.403	2.013.426
Total	14.490.090	25.978.467

1 - Inclui o montante de R\$ 36.142 mil no período de 01/01 a 30/09/2025 relativo às arrecadações de contribuições e tributos federais.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

25 – Despesas Administrativas

a) Despesas de pessoal

	Banco Múltiplo	Consolidado
	01/01 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Proventos	(8.369.288)	(9.578.387)
Encargos sociais	(3.155.827)	(3.462.311)
Benefícios	(2.945.021)	(3.125.136)
Provisões administrativas de pessoal	(2.717.325)	(2.723.652)
Previdência complementar	(765.975)	(781.151)
Honorários de diretores e conselheiros	(37.163)	(54.068)
Treinamentos	(34.605)	(42.403)
Total	(18.025.204)	(19.767.108)

b) Outras despesas administrativas

	Banco Múltiplo	Consolidado
	01/01 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Amortização	(1.995.320)	(2.001.350)
Depreciação	(1.394.046)	(1.499.122)
Processamento de dados	(1.660.616)	(1.242.998)
Serviços de vigilância e segurança	(1.070.416)	(1.101.321)
Aluguéis	(785.786)	(794.823)
Manutenção e conservação de bens	(945.768)	(662.468)
Serviços técnicos especializados	(417.644)	(543.637)
Programa de Desempenho Gratificado – PDG	(439.512)	(439.512)
Serviços do sistema financeiro	(337.833)	(435.161)
Propaganda e publicidade	(376.352)	(403.486)
Comunicações	(308.465)	(358.524)
Água, energia e gás	(321.514)	(338.950)
Serviços de terceiros	(634.878)	(331.260)
Promoções e relações públicas	(169.950)	(191.400)
Viagem no país	(82.400)	(111.048)
Transporte	(66.238)	(84.327)
Material	(10.366)	(25.585)
Outras	(493.418)	(503.248)
Total	(11.510.522)	(11.068.220)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

26 – Outras receitas e outras despesas

a) Outras receitas operacionais

	Banco Múltiplo	Consolidado
	01/01 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Atualização de ativo atuarial	2.829.118	2.829.118
Atualização de depósitos em garantia	2.081.458	2.090.668
Recuperação de encargos e despesas	1.933.525	1.500.174
Operações com cartões	663.662	999.260
Atualização das destinações do superávit - Previ Plano 1 (Nota 28.f)	861.627	861.627
Clube de Benefícios BB	369.934	369.934
Atualização de impostos a compensar	237.460	237.460
Receitas decorrentes de condenações, custas e acordos judiciais	166.457	166.457
Receitas das empresas controladas não financeiras	--	141.496
Reversão de provisões - outras	62.673	111.636
Reversão de provisões - despesas administrativas e de pessoal	88.987	88.987
Dividendos recebidos	230.049	41.619
Rendas de títulos e créditos a receber	6.466	6.466
Outras	251.778	463.867
Total	9.783.194	9.908.769

b) Outras despesas operacionais

	Banco Múltiplo	Consolidado
	01/01 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Operações com cartões	(1.681.855)	(1.881.985)
Serviços de terceiros	(945.422)	(1.334.407)
Bônus de relacionamento negocial	(1.260.819)	(1.260.819)
Atualização das obrigações atuariais	(1.023.439)	(1.023.439)
Descontos concedidos em renegociação	(975.156)	(975.156)
Despesas das empresas controladas não financeiras	--	(591.897)
Transporte de valores	(471.747)	(471.747)
Convênio INSS	(466.247)	(466.247)
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(413.340)	(413.340)
Autoatendimento	(345.726)	(345.726)
Falhas/fraudes e outras perdas	(216.540)	(259.322)
Despesa como arrendatários e subarrendatários	(133.095)	(166.240)
Outras despesas de provisões operacionais	(1.078)	(57.220)
Outras	(3.870.342)	(3.926.184)
Total	(11.804.806)	(13.173.729)



27 – Partes relacionadas

a) Pessoal-chave da administração

Custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração do Banco do Brasil, formado pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/01 a 30/09/2025
Benefícios de curto prazo	54.640
Honorários e encargos sociais	27.987
Diretoria Executiva	27.711
Conselho de Administração	276
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	21.192
Outros ¹	5.461
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	348
Remuneração baseada em ações	15.138
Total	70.126

1 - Inclui a remuneração dos membros dos Comitês de Auditoria e de Riscos e de Capital que integram o Conselho de Administração, bem como contribuições patronais aos planos de saúde e previdência complementar, auxílio moradia, vantagens de remoção, seguro de vida em grupo, entre outros.

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/2024, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 23.m).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal-chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

b) Transações com partes relacionadas

O Banco possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada ao mercado. A política visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesse, sejam tomadas observando os interesses do Banco e de seus acionistas. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores do Banco.

Dentre outras orientações, a política veda a realização de transações com partes relacionadas em condições diversas às de mercado ou que possam prejudicar os interesses da instituição. Sendo assim, as transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável e não envolvem riscos anormais de recebimento, conforme informações constantes em outras notas explicativas.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Dentre as transações realizadas pelo Banco com suas partes relacionadas, destacamos:

- a) transações bancárias, tais como aplicações em depósitos interfinanceiros, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações de compra e venda de moeda estrangeira, depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses, prestação de serviços e de garantias, avais ou fianças;
- b) valores a receber do Tesouro Nacional referentes à equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal, na forma da Lei nº 8.427/1992. A equalização de taxas, modalidade de subvenção econômica, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural. O valor da equalização é atualizado pela Taxa Média Selic desde a sua apuração até o pagamento pelo Tesouro Nacional, que é realizado segundo programação orçamentária daquele órgão, conforme estabelece a legislação, preservando assim a adequada remuneração ao Banco;
- c) disponibilização dos sistemas internos para a Previ, para votações, processos seletivos e acesso a normas internas de interesse comum, o que gera uma economia de custos para ambas as partes envolvidas;



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- d) contratos de comodato, onde o Banco figura basicamente como cessionário, utilizando-se dos espaços, principalmente, para instalação de terminais de autoatendimento, de postos de atendimento bancário e de agências, não representando volume significativo, uma vez que os contratos dessa natureza são realizados na maior parte com terceiros;
- e) disponibilização de estrutura para controladas e entidades patrocinadas, para desempenho de atividades operacionais mediante o ressarcimento dos custos e despesas apurados devido à utilização dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos. O compartilhamento de estrutura visa obter ganho de eficiência operacional para o Conglomerado. No período de 01/01 a 30/09/2025, foram ressarcidos custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura no valor de R\$ 781.563 mil no Banco Múltiplo e R\$ 353.940 mil no Consolidado. Informações complementares, com relação à cessão de pessoal, constam da Nota 34.d – Cessão de empregados a órgãos externos;
- f) aluguéis de imóveis de propriedade de entidades patrocinadas para desempenho das atividades do Banco;
- g) aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim;
- h) cessão de créditos oriundos de operações baixadas como prejuízos para a Ativos S.A.;
- i) contratação de serviços especializados da BB Tecnologia S.A. (BBTS) para assistência técnica especializada, digitalização e reprodução de documentos, telemarketing, cobrança extrajudicial, suporte e apoio a processos de negócios financeiros e não financeiros, monitoramento, supervisão e execução de atividades inerentes a equipamentos e ambientes, desenvolvimento, sustentação e teste de software, suporte e operação em data center, gerenciamento de mensagens eletrônicas de telefonia celular, outsourcing e monitoria de sistemas de segurança física e outsourcing de telefonia;
- j) valores a receber decorrente das honras solicitadas pelo Banco aos Fundos Garantidores, nos quais a União detém participação, conforme prazos e condições estabelecidos pelo regulamento de cada programa de garantia. Os Fundos Garantidores são instrumentos de natureza pública ou privada destinados a garantir projetos e operações de crédito, com a finalidade, dentre outras, de viabilizar empreendimentos estruturados do Poder Público e auxiliar a inclusão de pessoas físicas e jurídicas no mercado de crédito; e
- k) Garantias recebidas e prestadas e outras coobrigações, dentre elas o contrato de abertura de linha de crédito interbancário rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

Para 2025, o Banco e a Caixa Econômica Federal (CEF) assinaram contrato de abertura de crédito destinado à contratação de operações de crédito, no âmbito das áreas de habitação popular e demais operações habitacionais, no valor de até R\$ 1.180.000 mil.

As transações acima que envolvam valores são demonstradas adiante no quadro “Sumário das transações com partes relacionadas”, segregados por natureza e categoria de entidades relacionadas.

Algumas transações constam em outras notas explicativas: os recursos aplicados em títulos públicos federais estão relacionados na Nota 10; as informações referentes aos fundos públicos estão relacionadas nas Notas 19 e 20; e as informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão relacionadas na Nota 28.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. No período de 01/01 a 30/09/2025, o Banco e suas subsidiárias realizaram contribuições para a FBB no valor de R\$ 127.815 mil.

c) Aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim

	01/01 a 30/09/2025
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação)	3.823.924



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Sumário das transações com partes relacionadas

Apresentamos as transações realizadas com as partes relacionadas, segregadas nas seguintes categorias:

- a) Controlador: União (Tesouro Nacional e órgãos da administração direta do Governo Federal);
- b) Controladas: Empresas relacionadas na Nota 2.e;
- c) Coligadas e controladas em conjunto: Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre Participações, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno e Tecban;
- d) Pessoal-chave da administração: Conselho de Administração e Diretoria Executiva; e
- e) Outras partes relacionadas: Empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF e BNDES. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

Banco Múltiplo	Controlador	Controladas	Coligadas e controladas em conjunto	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	30/09/2025
Ativos	1.854.369	5.775.458	10.608.666	5.988	26.971.135	45.215.616
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	3.810.375	180.110	--	1.291.398	5.281.883
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	314	--	245.979	--	1.600.689	1.846.982
Carteira de crédito ¹	--	1.049.236	9.286.249	5.988	19.792.806	30.134.279
Outros ativos ²	1.854.055	915.847	896.328	--	4.286.242	7.952.472
Garantias recebidas	343.197	--	--	--	--	343.197
Passivos	50.871.882	30.586.752	18.989.097	33.022	68.474.605	168.955.358
Recursos de clientes	4.065.887	194.944	460.698	2.699	10.853.301	15.577.529
Recursos de instituições financeiras	115.447	25.975.202	5.672.036	--	55.744.555	87.507.240
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	4.125.031	77.369	77.470	30.323	71.731	4.381.924
Outros passivos ^{2 3}	42.565.517	4.339.237	12.778.893	--	1.805.018	61.488.665
Garantias prestadas e outras coobrigações	597.982	102.435	5.063.995	4.427	137.020	5.905.859
Demonstração do resultado	01/01 a 30/09/2025					
Receitas da intermediação financeira	5.144.447	681.022	899.211	868	2.656.577	9.382.125
Despesas da intermediação financeira	(184.926)	(2.305.635)	(235.882)	(3.025)	(3.472.940)	(6.202.408)
Receitas de prestação de serviços	79.240	27.986	647.179	--	447.831	1.202.236
Outras receitas	4.244	628.390	454.815	--	21.063	1.108.512
Outras despesas	(2.164.905)	(1.724.307)	(732.191)	--	(445.632)	(5.067.035)

¹ - A carteira de crédito possui R\$ 23.970 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito.² - As transações com o Controlador se referem, principalmente, nos outros ativos, à equalização de taxas – safra agrícola e a títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional e, nos outros passivos, aos adiantamentos de contratos de câmbio de importação.³ - Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

Consolidado	Controlador	Coligadas e controladas em conjunto	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	30/09/2025
Ativos	1.854.369	13.863.891	5.988	26.971.764	42.696.012
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	180.110	--	1.291.398	1.471.508
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	314	245.979	--	1.601.236	1.847.529
Carteira de crédito ¹	--	9.286.249	5.988	19.792.806	29.085.043
Outros ativos ²	1.854.055	4.151.553	--	4.286.324	10.291.932
Garantias recebidas	343.197	--	--	--	343.197
Passivos	46.771.882	25.228.316	33.022	68.474.605	140.507.825
Recursos de clientes	4.065.887	460.698	2.699	10.853.301	15.382.585
Recursos de instituições financeiras	115.447	5.672.036	--	55.744.555	61.532.038
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	25.031	77.470	30.323	71.731	204.555
Outros passivos ^{2 3}	42.565.517	19.018.112	--	1.805.018	63.388.647
Garantias prestadas e outras coobrigações	597.982	5.063.995	4.427	137.020	5.803.424
Demonstração do resultado	01/01 a 30/09/2025				
Receitas da intermediação financeira	5.144.447	897.705	868	2.659.785	8.702.805
Despesas da intermediação financeira	(184.926)	(235.882)	(3.025)	(3.472.940)	(3.896.773)
Receitas de prestação de serviços	86.674	5.493.024	17	510.035	6.089.750
Outras receitas	4.244	641.313	--	21.063	666.620
Outras despesas	(2.133.830)	(732.316)	--	(448.467)	(3.314.613)

¹ - A carteira de crédito possui R\$ 23.970 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito.² - As transações com o Controlador se referem, principalmente, nos outros ativos, à equalização de taxas – safra agrícola e a títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional e, nos outros passivos, aos adiantamentos de contratos de câmbio de importação.³ - Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

28 – Benefícios a empregados

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Prevmais ¹	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc – Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I ¹	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM – Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

1 – Planos cujos benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido, conforme escolha do participante. Os benefícios de risco pertencem à modalidade de benefício definido.

Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelo Banco

	30/09/2025		
	N.º de participantes		
	Em atividade	Assistidos	Total
Planos de Aposentadoria e Pensão	87.388	121.678	209.066
Plano de Benefícios 1 – Previ	2.606	98.750	101.356
Plano Previ Futuro	74.752	4.927	79.679
Plano Informal	--	1.756	1.756
Outros Planos	10.030	16.245	26.275
Planos de Assistência Médica	89.015	104.983	193.998
Cassi	80.621	99.996	180.617
Outros Planos	8.394	4.987	13.381



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Contribuições do Banco para os planos de benefícios

	01/01 a 30/09/2025
Planos de Aposentadoria e Pensão	1.631.170
Plano de Benefícios 1 – Previ ¹	487.408
Plano Previ Futuro	840.181
Plano Informal	83.449
Outros Planos	220.132
Planos de Assistência Médica	1.700.368
Cassi	1.497.978
Outros Planos	202.390
Total	3.331.538

1 - Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade até 2018 e do Fundo de Utilização (Nota 28.f). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14/04/1967 que tivessem se aposentado ou viessem a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

Em 30/06/2025, as contribuições do Banco para os planos de benefício definido (pós-emprego) foram estimadas em R\$ 1.166.664 mil para os próximos 6 meses e R\$ 2.169.734 mil para os próximos 12 meses.

Valores reconhecidos no resultado

	01/01 a 30/09/2025
Planos de Aposentadoria e Pensão	1.807.789
Plano de Benefícios 1 – Previ	2.774.954
Plano Previ Futuro	(840.181)
Plano Informal	(75.355)
Outros Planos	(51.629)
Planos de Assistência Médica	(1.920.685)
Cassi	(1.727.567)
Outros Planos	(193.118)
Total	(112.896)

Informações detalhadas em relação aos planos de benefício definido constam na Nota 28.d.4.

a) Planos de aposentadoria e pensão**Previ Futuro (Previ)**

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24/12/1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23/12/1997. Os participantes, tanto os ativos quanto os aposentados, contribuem com um percentual entre 1,8% e 7,8% do salário de participação ou dos complementos de aposentadoria.

**Plano Informal (Previ)**

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem:

- (a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14/04/1967;
- (b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14/04/1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e
- (c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco.

Prevmais (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/11/2009) inscritos a partir de 01/08/2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio-doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31/07/2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Grupo de funcionários e aposentados oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22/01 a 13/05/1974 e seus assistidos.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/09/2008) inscritos a partir de 12/01/2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2% a 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11/01/2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/11/2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

**b) Planos de assistência médica****Plano de Associados (Cassi)**

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além de 3% por dependente de funcionário da ativa (até três dependentes).

A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 4% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, coparticipação em alguns procedimentos, além de contribuição por dependente, seguindo as regras previstas no Estatuto da Cassi e no regulamento do plano.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos até 31/12/2000. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos a partir de 01/01/2001. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” (Regulamento Complementar 1) e “C” (Regulamento Geral) e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Bescor, Fuscsc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é variável em função da faixa etária do beneficiário, devida por si e por seus dependentes, e a dos patrocinadores, em relação aos ativos e aos seus respectivos dependentes, também é variável em função da faixa etária. O plano prevê ainda, coparticipação sobre consultas, exames e atendimentos domiciliares, seguindo as regras previstas no regulamento do plano.

c) Fatores de risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para as entidades patrocinadas, o que pode afetar negativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido do Banco.

Do ponto de vista do ativo, o risco atuarial está associado à possibilidade de perdas resultantes da flutuação (redução) no valor justo dos ativos do plano. Do ponto de vista do passivo atuarial, por sua vez, o risco está associado à possibilidade de perdas decorrentes da flutuação (aumento) no valor presente das obrigações atuariais dos planos da categoria Benefício Definido.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos destas Entidades Patrocinadas incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Avaliações atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas na data base 30/06/2025.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

1º Semestre/2025	Plano 1 – Previ	Plano Informal – Previ	Plano de Associados – Cassi	Outros Planos
Saldo inicial	(129.071.404)	(637.536)	(8.459.342)	(7.762.407)
Custo de juros	(8.683.601)	(42.155)	(569.962)	(526.936)
Custo do serviço corrente	(6.240)	--	(45.240)	(1.231)
Custo do serviço passado	--	(8.800)	--	--
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	8.549.762	58.574	475.516	453.452
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	(13.663.208)	(49.601)	(733.694)	(712.792)
Ajuste de experiência	(2.359.226)	(606)	(151.606)	(19.097)
Alterações premissas financeiras	(11.303.982)	(48.995)	(582.088)	(693.695)
Saldo final	(142.874.691)	(679.518)	(9.332.722)	(8.549.914)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(142.874.691)	--	--	(7.657.495)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	--	(679.518)	(9.332.722)	(892.419)

d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

1º Semestre/2025	Plano 1 – Previ	Plano Informal – Previ	Plano de Associados – Cassi	Outros Planos ¹
Saldo inicial	182.839.230	--	--	7.714.673
Receita de juros	12.597.228	--	--	541.292
Contribuições recebidas	647.901	58.574	475.516	239.126
Participantes	318.514	--	--	89.292
Empregador	329.387	58.574	475.516	149.834
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	(8.549.762)	(58.574)	(475.516)	(453.452)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	3.946.321	--	--	(384.144)
Saldo final	191.480.918	--	--	7.657.495

1 - Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmis (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo 1 (Fusesc), Plano 1 (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).

d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

30/09/2025	Plano 1 – Previ	Plano Informal – Previ	Plano de Associados – Cassi	Outros Planos
1) Valor justo dos ativos do plano	191.480.918	--	--	7.657.495
2) Valor presente das obrigações atuariais	(142.874.691)	(679.518)	(9.332.722)	(8.549.914)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	48.606.227	(679.518)	(9.332.722)	(892.419)
4) Superávit/(déficit) – parcela patrocinadora	24.303.114	(679.518)	(9.332.722)	(906.350)
5) Valores reconhecidos no resultado ¹	821.260	(24.400)	(317.068)	(25.419)
6) Valores recebidos dos fundos (Nota 28.f) ¹	487.408	--	--	--
7) Benefícios pagos ¹	(329.388)	24.874	227.164	77.833
8) Ativo/(passivo) atuarial líquido registrado (4+5+6+7) ²	25.282.394	(679.044)	(9.422.626)	(853.936)

1 - Movimentações ocorridas após o relatório de avaliação atuarial de junho.

2 - Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.4) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

01/01 a 30/09/2025	Plano 1 - Previ	Plano Informal - Previ	Plano de Associados - Cassi	Outros Planos
Custo do serviço corrente	(4.087)	--	(68.532)	(943)
Custo dos juros	(6.569.629)	(62.524)	(863.737)	(439.373)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	9.348.670	--	--	392.272
Custo do serviço passado não reconhecido	--	(12.831)	--	--
Despesa com funcionários da ativa	--	--	(795.298)	(198.577)
Outros ajustes/reversão	--	--	--	1.874
(Despesa)/receita reconhecida na DRE	2.774.954	(75.355)	(1.727.567)	(244.747)

d.5) Valores reconhecidos no patrimônio líquido

1º Semestre/2025	Plano 1 - Previ	Plano Informal - Previ	Plano de Associados - Cassi	Outros Planos
Saldo inicial	(5.175.074)	(69.842)	(200.844)	(255.701)
Ajustes de avaliação patrimonial	(4.863.880)	(49.601)	(733.694)	(578.700)
Efeitos fiscais	2.313.140	22.320	330.162	261.832
Saldo final	(7.725.814)	(97.123)	(604.376)	(572.569)

d.6) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido

30/06/2025	Duration ¹	Pagamentos de benefícios esperados ²				
		Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Plano 1 (Previ)	6,98	17.560.958	16.697.896	16.402.445	315.670.387	366.331.686
Plano Informal (Previ)	5,08	119.992	107.403	97.687	975.676	1.300.758
Plano de Associados (Cassi)	8,28	1.069.900	1.053.938	1.032.448	31.866.779	35.023.065
Regulamento Geral (Economus)	6,89	764.905	759.455	751.534	13.869.883	16.145.777
Regulamento Complementar 1 (Economus)	8,02	4.942	5.111	5.330	136.960	152.343
Plus I e II (Economus)	9,09	54.906	56.299	58.095	2.253.329	2.422.629
Grupo B' (Economus)	6,19	25.745	25.475	25.083	359.881	436.184
Prevmais (Economus)	7,49	37.550	37.428	37.248	860.729	972.955
Multifuturo I (Fusesc)	6,96	10.071	9.639	9.550	182.730	211.990
Plano I (Fusesc)	5,82	57.161	53.854	52.246	673.594	836.855
Plano BEP (Prevbep)	7,26	8.330	8.285	8.220	168.013	192.848

1 - Duração média ponderada, em anos, da obrigação atuarial de benefício definido.

2 - Valores considerados sem descontar a valor presente.

d.7) Composição dos ativos dos planos

30/06/2025	Plano 1 - Previ	Outros Planos
Renda fixa	127.602.884	7.096.798
Renda variável ¹	46.166.049	111.943
Investimentos imobiliários	10.895.264	196.453
Empréstimos e financiamentos	5.380.614	153.535
Outros	1.436.107	98.766
Total	191.480.918	7.657.495
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano		
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	8.903.863	18.774
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	1.225.478	30.929

1 - No plano 1 - Previ, inclui o valor de R\$ 3.810.282 mil referente a ativos não cotados em mercado ativo.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.8) Principais premissas atuariais adotadas em cada período

30/06/2025	Plano 1 - Previ	Plano Informal - Previ	Plano de Associados - Cassi	Outros Planos
Taxa de inflação (a.a.)	3,91%	3,95%	3,90%	3,92%
Taxa real de desconto (a.a.)	9,49%	9,35%	9,60%	9,47%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	13,77%	--	--	13,75%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	0,77%	--	--	0,91%
Tábua de sobrevivência	BR-EMSsb-2015	BR-EMSsb-2015	BR-EMSsb-2015	AT-2000 / AT-2012 / RP 2000
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

O pronunciamento técnico CPC 33 (R1) detalha a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

d.9) Diferenças de premissas do Plano 1 – Previ

30/06/2025	Banco	Previ
Taxa real de desconto (a.a.)	9,49%	4,75%
Avaliação de ativos		
Títulos públicos	Valor de Mercado	Custo Amortizado
Participações acionárias	Valor de Mercado	Valor Ajustado ¹
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Método Agregado

1 - A Previ, na metodologia de avaliação para o seu investimento na Litel, utiliza como referência o preço de fechamento da ação da Vale, principal ativo do grupo Litel, do penúltimo dia de cada mês.

d.10) Conciliação dos valores apurados no Plano 1 - Previ/Banco

30/06/2025	Ativos do Plano	Obrigações Atuariais	Efeito no Superávit/(Déficit)
Valor apurado - Previ	213.903.571	(215.667.592)	(1.764.021)
Ajuste no valor dos ativos do plano ¹	(22.422.653)	--	(22.422.653)
Ajuste nas obrigações - taxa de desconto/regime de capitalização	--	72.792.901	72.792.901
Valor apurado - Banco	191.480.918	(142.874.691)	48.606.227

1 - Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos investimentos na Litel e em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.11) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma das premissas, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, demonstrando o aumento/(redução) nas obrigações dos benefícios definidos, com as variações razoavelmente possíveis para 30/06/2025.

30/06/2025	Taxa de Desconto		Expectativa de Vida		Crescimento Salarial	
	+0,25%	-0,25%	+1 ano	-1 ano	+0,25%	-0,25%
Plano 1 (Previ)	(2.391.028)	2.471.820	2.159.869	(2.216.821)	828	(826)
Plano Informal (Previ)	(8.355)	8.580	16.513	(16.531)	--	--
Plano de Associados (Cassi)	(139.402)	144.172	109.187	(111.538)	521	(510)
Regulamento Geral (Economus)	(110.567)	114.149	99.275	(103.079)	--	--
Regulamento Complementar 1 (Economus)	(1.131)	1.169	(1.989)	2.027	--	--
Plus I e II (Economus)	(13.974)	14.547	18.435	(18.064)	--	--
Grupo B' (Economus)	(3.085)	3.174	4.321	(4.334)	--	--
Prevmais (Economus)	(6.167)	6.389	1.632	(1.642)	771	(763)
Multifuturo I (Fusesc)	(1.666)	1.749	957	(995)	161	(148)
Plano I (Fusesc)	(5.708)	5.868	7.846	(7.995)	--	--
Plano BEP (Prevbep)	(1.303)	1.347	946	(988)	--	--

e) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

30/09/2025	Ativo Atuarial	Passivo Atuarial
Plano 1 (Previ)	25.282.394	--
Plano Informal (Previ)	--	(679.044)
Plano de Associados (Cassi)	--	(9.422.626)
Regulamento Geral (Economus)	--	(453.853)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	11.238	--
Plus I e II (Economus)	--	(641.092)
Grupo B' (Economus)	--	(205.073)
Prevmais (Economus)	180.942	--
Multifuturo I (Fusesc)	88.591	--
Plano I (Fusesc)	128.732	--
Plano BEP (Prevbep)	36.579	--
Total	25.728.476	(11.401.688)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Destinações do superávit do Plano 1 - Previ

	01/01 a 30/09/2025
Fundo de Utilização ¹	
Saldo inicial	12.026.025
Contribuição ao Plano 1	(487.408)
Atualização	861.627
Saldo final	12.400.244

1 - Constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação (oriundo do superávit do plano). Pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. É corrigido pela meta atuarial (INPC + 4,75% a.a.).



29 – Valor justo dos instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros, registrados em contas patrimoniais, comparados ao valor justo:

	30/09/2025	
	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo	2.457.469.131	2.451.154.722
Disponibilidades	23.732.657	23.732.657
Ativos financeiros	2.433.736.474	2.427.422.065
Depósitos no Banco Central do Brasil	120.538.285	120.538.285
Aplicações interfinanceiras de liquidez	354.960.750	355.203.937
Títulos e valores mobiliários	662.337.257	659.850.916
Instrumentos financeiros derivativos	9.671.952	9.671.952
Carteira de crédito	1.214.344.880	1.210.273.625
Outros ativos financeiros	71.883.350	71.883.350
Passivos financeiros	2.243.658.277	2.241.032.002
Recursos de clientes	891.321.616	890.463.403
Recursos de instituições financeiras	795.250.103	793.482.041
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	367.888.435	367.888.435
Instrumentos financeiros derivativos	8.894.539	8.894.539
Outros passivos financeiros	180.303.584	180.303.584

Metodologias de mensuração utilizadas para estimar o valor justo dos diferentes tipos de instrumentos financeiros

Disponibilidades: Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial nessa rubrica equivalem a ativos de alta liquidez. Dessa forma, o valor contábil representa substancialmente o valor justo.

Ativos e passivos financeiros ao valor justo no resultado, ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes e demais ativos financeiros ao custo amortizado: Essas contas são constituídas basicamente por instrumentos de dívida, patrimoniais e derivativos. Considerando o conceito de valor justo, caso não exista preço cotado em um mercado ativo disponível para um instrumento financeiro e também não seja possível identificar operações recentes com instrumento financeiro similar, o Banco define o valor justo de instrumentos financeiros com base em metodologias de avaliação normalmente utilizadas pelo mercado, como o método do valor presente obtido pelo fluxo de caixa descontado (para swaps, futuros e termo de moedas) e o modelo Black-Scholes (para opções).

De acordo com o método do valor presente de avaliação de instrumentos financeiros, os fluxos de caixa futuros projetados com base nos índices de rentabilidade dos instrumentos são descontados a valor presente considerando-se os prazos e curvas de desconto.

As curvas de rentabilidade consideradas dependem do ativo objeto da avaliação a valor justo, por exemplo: para títulos cuja rentabilidade é atrelada ao IPCA, utiliza-se a curva do IPCA mais o cupom praticado na data referente ao valor justo.

O modelo Black-Scholes é utilizado para avaliar as opções europeias. O preço da opção pode ser calculado a partir de uma fórmula 'fechada', sendo as variáveis de entrada diretamente observáveis em mercado.

O Banco do Brasil escolheu este modelo sem pagamento de dividendos para a obtenção tanto de prêmios de opções quanto das respectivas superfícies de volatilidade, devido a sua vasta utilização pelo mercado, e sendo frequentemente utilizado pelas bolsas de valores para o cálculo de preços de ajuste de opções europeias. Nas opções de compra que serão utilizadas para a obtenção da superfície, há equivalência entre os modelos americano e europeu, o que permite a utilização do modelo citado mesmo no caso de opções de compra do tipo americano.

As fontes primárias utilizadas para cada classe de ativos financeiros são as seguintes: títulos públicos (Anbima/Bacen), títulos privados (B3, SND – Sistema Nacional de Debêntures, Anbima e Cetip) e derivativos (B3, Broadcast e Reuters).



As fontes alternativas de informações (fontes secundárias) funcionam em regime de contingência, na hipótese de não haver disponibilidade de informação nas fontes primárias ou uma situação de crise sistêmica, na ocorrência de falta de liquidez para determinados ativos ou classe de ativos e diferenças significativas entre informações de provedores de mercado. Como fonte alternativa é utilizada a Bloomberg e, em casos críticos de ausência de informação, poderão ser utilizadas informações dos servidores primários do dia anterior.

Depósitos no Banco Central do Brasil: Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial nesse grupamento equivalem aproximadamente a seus valores justos.

Aplicações interfinanceiras de liquidez: O valor justo desse grupamento foi determinado mediante o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares. Esses ativos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Por serem operações lastreadas por títulos, o apreçamento das operações compromissadas não considera no seu valor justo quaisquer mensurações de risco de crédito.

Derivativos: A apuração do valor justo dos derivativos é estimada de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do exercício.

Carteira de crédito: O valor justo da carteira de crédito, para as operações pós-fixadas, em sua maioria, foi considerado como o próprio valor contábil, devido à equivalência entre eles. Para as operações remuneradas a taxas pré-fixadas de juros os fluxos de caixa futuros são calculados com base nas taxas de juros contratuais e datas de pagamento, enquanto o valor justo é determinado mediante o desconto desses fluxos de caixa estimados, adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares.

O spread de risco de crédito é calculado por uma metodologia baseada no índice de perda esperada ponderado pelo prazo da operação. Além de índices de perdas e severidade observados nas várias linhas de crédito, esta metodologia também considera as informações do cliente no momento da contratação da operação, como o segmento de negócios ao qual pertence e o risco de crédito a ele atribuído.

Esses ativos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros) podem ser comparadas às taxas de juros praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Essas taxas de juros embutem todos os custos e riscos (inclusive risco de crédito) inerentes ao ativo objeto do cálculo do valor justo, por exemplo: custo financeiro de captação de recursos, custos administrativos, impostos, perdas de crédito e ganho da instituição financeira.

Há também um grupo de produtos cujo valor contábil representa aproximadamente o seu valor justo. Esse grupo é composto por operações de crédito rotativo (por exemplo, cheque especial e crédito rotativo de cartões de crédito) ou com prazo igual ou inferior a um mês.

Recursos de clientes: O valor justo dos depósitos pré-fixados com vencimentos pré-estabelecidos é calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos prazos de vencimento são similares.

Esses passivos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Essas taxas embutem todos os custos e riscos inerentes ao passivo objeto do cálculo do valor justo, por exemplo: custo financeiro de oportunidade, custos administrativos, impostos e ganho da instituição financeira.

Para os depósitos pós-fixados e com vencimentos até 30 dias, o valor contábil é considerado aproximadamente o equivalente ao valor justo.

Recursos de instituições financeiras: O valor justo das obrigações por operações compromissadas com taxas pré-fixadas é determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares.



Esses passivos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro.

Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis são considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo. Por serem operações lastreadas em títulos, os preços dos contratos de recompra não consideram qualquer medição de risco de crédito em seu valor justo.

Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários: o valor justo é aproximadamente equivalente ao correspondente valor contábil.

Outros ativos e passivos financeiros: Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial consolidado nos grupamentos outros ativos e outros passivos equivalem aproximadamente a seus valores justos.

Níveis de informação referentes a ativos e passivos mensurados a valor justo no Balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

O Banco utiliza prioritariamente valores obtidos diretamente em mercado ativo, e, caso não haja tais dados, valores gerados com base em referência de mercado ou, em último caso, modelo que considera ativos semelhantes. Diariamente, o processo produtivo da geração de informações para marcação a mercado dos ativos financeiros do Banco é executado, sendo feita a verificação da existência ou não de preços transacionados em mercado para ativos em carteira.

Em referência a transferência entre níveis, para cada instrumento financeiro, analisa-se a liquidez de mercado e o valor justo. A política no momento do reconhecimento da transferência é a mesma para transferência entre os níveis.

O modelo utilizado tanto para a marcação a mercado quanto para a marcação a modelo de títulos privados é aplicado utilizando-se a hierarquia de dados de mercado, e todos estes instrumentos têm o seu modelo de avaliação definido a cada dia.

Caso um título privado apresente negócios em um determinado dia, o valor justo será dado pelo preço médio de negócio realizado no dia. Entretanto, se o título privado não apresentar negócios no dia, é verificada a existência de preço indicativo divulgado pela Anbima ou, na falta deste, preço indicativo divulgado pela B3.

Caso não haja negócios e nem preços indicativos divulgados pela Anbima ou pela B3, o preço do título é calculado a partir de modelo matemático que considera a probabilidade de *default* associada a cada instrumento como o *spread* do risco de crédito.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no Balanço Consolidado

	30/09/2025	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo	594.567.419	564.382.818	29.811.765	372.836
Aplicações interfinanceiras de liquidez (objeto de hedge)	4.336.733	--	4.336.733	--
Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado	7.478.921	4.520.217	2.762.044	196.660
Instrumentos financeiros derivativos	9.671.952	--	9.671.952	--
Títulos e valores mobiliários ao valor justo em outros resultados abrangentes	573.029.963	559.862.601	13.041.036	126.326
Carteira de crédito (objeto de hedge)	49.850	--	--	49.850
Passivo	14.851.098	--	14.851.098	--
Recursos de instituições financeiras (objeto de hedge)	1.642.247	--	1.642.247	--
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários (objeto de hedge)	4.314.312	--	4.314.312	--
Instrumentos financeiros derivativos	8.894.539	--	8.894.539	--

Não houve transferência entre o Nível 1 e o Nível 2 no período. Para os ativos avaliados no Nível 3, os ganhos, perdas, transferências entre níveis e o efeito das mensurações estão descritos no quadro abaixo.

Descrição	Valor Justo em 01/01/2025	Total de Ganhos e Perdas (Realizado/ Não Realizado)	Compras	Vendas/ Liquidações	Transferências do Nível 3	Transferências para o Nível 3	Valor Justo em 30/09/2025
Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado	34.798	92.980	--	(2)	--	68.884	196.660
Títulos e valores mobiliários ao valor justo em outros resultados abrangentes	294.129	(39.886)	--	--	(128.055)	138	126.326
Carteira de crédito (objeto de hedge)	46.193	3.657	--	--	--	--	49.850
Total	375.120	56.751	--	(2)	(128.055)	69.022	372.836



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Para mensurações de Nível 3 na hierarquia de valor justo, foram utilizados os seguintes dados não observáveis.

Descrição	Técnicas de avaliação	Dados não observáveis
Ativo		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base na probabilidade de default e na perda esperada do ativo.
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base na probabilidade de default e na perda esperada do ativo.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base na probabilidade de default e na perda esperada do ativo.

Eventualmente, comparações entre dados não observáveis do Banco e valores com base em referências de mercado (ainda que com pouco ou nenhum registro de negócios), podem apresentar convergência pouco aceitável para alguns instrumentos, em especial ativos problemáticos, indicando potencialmente menor grau de liquidez de mercado.

Os casos mais recorrentes de ativos classificados como Nível 3 estão justificados pelos fatores de desconto utilizados e títulos privados cujo componente de risco de crédito é relevante. A taxa de juros de renovação das operações das carteiras é o dado não observável mais significativo usado na mensuração a valor justo dos instrumentos de Nível 3. Variações significativas nessa taxa de juros podem resultar em alterações significativas no valor justo.



30 – Gerenciamento de riscos e de capital

a) Risco de mercado e risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB)

O risco de mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, de câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities.

O risco de taxa de juros na carteira bancária é conceituado como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Análise de sensibilidade

Método e objetivo da análise

O Banco realiza, trimestralmente, a análise de sensibilidade das exposições ao risco de taxas de juros de suas posições próprias, utilizando como método a aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado dos fatores de risco mais relevantes. Tal método tem como objetivo simular os efeitos no resultado do Banco diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado.

Pressupostos e limitações do método

A aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado tem como pressuposto que os movimentos de alta ou de baixa nas taxas de juros ocorrem de forma idêntica, tanto para prazos curtos quanto para prazos mais longos. Como nem sempre os movimentos de mercado apresentam tal comportamento, este método pode apresentar pequenos desvios nos valores simulados.

Escopo, cenários de aplicação do método e implicações no resultado

O processo de análise de sensibilidade no Banco do Brasil é realizado considerando o seguinte escopo:

- (i) operações classificadas na carteira de negociação, composta basicamente por títulos públicos e privados mensurados a valor justo e instrumentos financeiros derivativos, sendo que os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes dos possíveis movimentos nas taxas de juros praticadas no mercado geram impacto direto no resultado do Banco ou no seu patrimônio líquido; e
- (ii) operações classificadas na carteira bancária, na qual os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não afetam diretamente o resultado do Banco, tendo em vista que a referida carteira é composta, majoritariamente, por operações contratadas com o objetivo principal de coletar os respectivos fluxos de caixa contratuais – empréstimos a clientes, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos públicos e privados mensurados ao custo amortizado – e cujo registro contábil é realizado com base nas taxas efetivas de juros das operações contratadas.

Para realização da análise de sensibilidade são considerados os cenários:

Cenário I: Choque de 100 basis points (+/- 1 ponto percentual), sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Cenário II: Choque de +25% e -25%, sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Cenário III: Choque de +50% e -50%, sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Resultados da análise de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta os resultados obtidos para a carteira de negociação e para o conjunto de operações registradas nas carteiras de negociação e bancária.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Análise de sensibilidade para a carteira de negociação e para a carteira de negociação e bancária

Fatores de risco / Exposição	30/09/2025		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Carteira de negociação			
Taxa pré-fixada	(53.096)	(170.487)	(330.513)
Cupons de taxas de juros	(1.817)	(10)	(21)
Cupons de índices de preços	(166.645)	(298.014)	(555.191)
Cupons de moedas estrangeiras	(290.288)	(278.717)	(579.845)
Total	(511.846)	(747.228)	(1.465.570)
Carteira de negociação e bancária			
Taxa pré-fixada	(14.226.182)	(43.681.418)	(82.878.773)
Cupons de taxas de juros	(13.294.982)	(24.628.329)	(52.704.816)
Cupons de índices de preços	(332.422)	(510.090)	(971.679)
Cupons de moedas estrangeiras	(7.289.683)	(1.186.968)	(2.415.995)
Total	(35.143.269)	(70.006.805)	(138.971.263)

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Para fins de gestão de risco de liquidez, avaliamos o comportamento prospectivo de nossas carteiras de acordo com nossa composição de ativos e passivos.

Este risco assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os pagamentos e recebimentos.

Gestão do risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez do BB segregava a liquidez em moeda nacional da liquidez em moedas estrangeiras. As visões gerenciais para gestão do risco de liquidez contribuem para a gestão adequada do risco nas jurisdições onde o Banco opera e nas moedas para as quais há exposição. Para tanto, são utilizados os seguintes instrumentos:

- projeções de liquidez: as projeções de liquidez em cenário base e de estresse permitem a avaliação prospectiva, em um horizonte temporal de 90 dias, do efeito do descasamento entre captações e aplicações, com objetivo de identificar situações que possam comprometer a liquidez do Banco. Adicionalmente, cabe mencionar que a projeção de liquidez em cenário base é utilizada como indicador no Plano de Recuperação do Banco;
- teste de estresse: o teste de estresse é realizado mensalmente a partir da projeção de liquidez, em cenário base e de estresse, frente à reserva de liquidez, avaliando se o volume potencial de medidas de contingência de liquidez (MCL) atende às necessidades de liquidez, quando a projeção em qualquer cenário ficar abaixo da reserva de liquidez;
- indicador de Exigência Máxima de Liquidez Intradia - EMLI (apenas para liquidez em moeda nacional): a EMLI é a maior diferença, ocorrida durante um dia útil, entre o valor dos pagamentos e recebimentos em qualquer momento do dia; e
- limites de risco: utilizados para garantir a manutenção do nível de exposição ao risco de liquidez nos patamares desejados pelo Banco. Os indicadores utilizados no processo de gestão de risco de liquidez são:
 - Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR);
 - Indicador de Liquidez de Médio e Longo Prazo (NSFR);
 - Reserva de Liquidez;
 - Colchão de Liquidez;
 - Indicador de Disponibilidade de Recursos Livres (DRL); e
 - Indicador de Concentração de Captações.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O Banco do Brasil possui Plano de Contingência de Liquidez – PCL, que consiste em um conjunto de procedimentos, estratégias e responsabilidades para identificar, administrar e reportar estado de estresse de liquidez do Banco do Brasil, de forma a assegurar a manutenção do fluxo de caixa e restaurar o nível de liquidez ao patamar desejado.

Os estados de estresse de liquidez são utilizados como parâmetro para acionamento do PCL e podem ocorrer quando a liquidez observada ficar abaixo da reserva de liquidez ou quando o indicador LCR ficar abaixo do limite estabelecido pela RAS (*Risk Appetite Statement*) vigente.

A estratégia para enfrentar o estado de estresse de liquidez consiste no acionamento das Medidas de Contingência de Liquidez (MCL), visando reestabelecer a Reserva de Liquidez ou o limite do indicador LCR.

Os instrumentos utilizados na gestão do risco de liquidez são reportados periodicamente ao Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGRC) e ao Comitê de Administração do Banco.

Análise do risco de liquidez

Os limites de risco de liquidez são utilizados para monitorar o nível de exposição ao risco de liquidez do Banco. O controle desses limites, que atuam de forma complementar na gestão do risco de liquidez de curto, médio e longo prazos do Banco, permitiu situação favorável da liquidez no período, sem necessidade de acionamento do plano de contingência de liquidez ou implementação de ações emergenciais no planejamento orçamentário que visem a adequação da liquidez estrutural.

Gerenciamento das captações

Os passivos passam a ser apresentados a partir das linhas de produtos, tornando o quadro mais intuitivo quanto à origem das fontes de recursos. Já a segregação em prazos foi alterada, levando-se em consideração a significância de valores e os critérios de distribuição e esgotamento de saldos no tempo, refletindo a metodologia interna, tornando a informação mais aderente à realidade observada para os instrumentos em questão.

A composição das captações representadas em saldos, a partir de uma ampla base de clientes, constitui elemento importante na gestão do risco de liquidez do Banco do Brasil.

As captações com maturidade definida que fazem parte da composição das fontes comerciais, representadas pelas emissões de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e de Letras de Crédito Imobiliário (LCI), independentemente do período de carência de 9 e 12 meses, respectivamente, têm disponibilidade diária para o poupador. Nesse caso, foi observado o comportamento de se respeitar os prazos contratuais, procedimento análogo ao adotado para os Depósitos a Prazo.

Já as operações compromissadas lastreadas em títulos e captações efetuadas pela Tesouraria do Banco são realizadas para a gestão de curto prazo da liquidez, enquanto que, para a implementação de estratégias de mercado de capitais, as captações têm características de médio e longo prazos.

Por fim, não obstante para os produtos Depósitos à Vista, Depósitos Judiciais e Poupança observar-se permanência mais longa na composição de captações do BB, seus saldos foram alocados no primeiro vértice, conforme tabela a seguir.

Composição das captações

Passivo	30/09/2025						Part %
	Até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	
Dep. Prazo	18.113.788	16.974.016	6.049.791	219.914.347	3.089	261.055.031	13,4%
LCA	9.402.867	51.133.761	18.061.197	193.502.358	--	272.100.183	14,0%
LCI	242.381	968.017	2.808.616	11.410.117	--	15.429.131	0,8%
Poupança	212.429.161	--	--	--	--	212.429.161	10,9%
Dep. Vista	78.076.301	--	--	--	--	78.076.301	4,0%
Dep. Judicial	270.169.551	--	--	--	--	270.169.551	13,9%
Captações de Tesouraria	21.185.900	15.430.223	13.229.222	13.236.534	5.792.291	68.874.170	3,5%
Dep. Prazo fixo	2.926.296	1.876.747	1.535.142	6.823.316	--	13.161.501	0,7%
Outras captações comerciais	8.229.862	98.921	272.551	1.796.454	--	10.397.788	0,5%
Captações Comerciais ME	3.408.992	18.841.909	7.860.853	29.903.629	--	60.015.383	3,2%
Compromissadas	654.875.130	15.213.788	409.339	11.734.402	--	682.232.659	35,1%
Total	1.279.060.229	120.537.382	50.226.711	488.321.157	5.795.380	1.943.940.859	100,0%



Instrumentos financeiros derivativos

O Banco do Brasil realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para *hedge* de posições próprias para atendimento de necessidades de nossos clientes e para tomada de posições intencionais. A estratégia de *hedge* está em consonância com a política de risco de mercado e de liquidez e com a política de utilização de instrumentos financeiros derivativos aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos e utiliza metodologias estatísticas e de simulação para mensurar os riscos de suas posições por meio de modelos de Valor em Risco, de análise de sensibilidade e de teste de estresse.

As operações com derivativos financeiros, com destaque para aqueles sujeitos a chamadas de margem e ajustes diários, são consideradas na mensuração dos limites de riscos de liquidez adotados no Banco e na composição dos cenários utilizados nos testes de estresse de liquidez realizados mensalmente.

c) Risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito do Banco é realizado com base nas melhores práticas de mercado e segue as normas de supervisão e de regulação bancária do Bacen. Sua estrutura tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco das exposições, além de garantir o aprimoramento contínuo da gestão.

A gestão do risco de crédito inclui o risco de crédito do tomador, de contraparte (RCC), o risco país, o risco soberano, o risco de transferência, o risco de conveniente (contratante por meio de convênio), o risco de concentração de crédito e a efetividade de instrumentos mitigadores ou de transferência de riscos utilizados nas exposições que geram os riscos designados.

Política de crédito

A política específica de crédito do Banco contém orientações de caráter estratégico que norteiam as ações de gerenciamento do crédito e do risco de crédito no Conglomerado. É aprovada pelo Conselho de Administração, revisada anualmente, aplicando-se a todos os negócios que envolvam risco de crédito e encontra-se disponível para todos os funcionários. Espera-se que as empresas controladas, coligadas e participações definam seus direcionamentos a partir dessas orientações, considerando as necessidades específicas e os aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

A política específica de crédito orienta sobre o gerenciamento contínuo, integrado e prospectivo do risco de crédito, compreende todas as etapas do processo de crédito, a gestão dos ativos sujeitos a esse risco, assim como o processo de cobrança e recuperação de créditos, inclusive daqueles realizados por conta e risco de terceiros.

Mecanismos de mitigação do risco de crédito

A utilização de instrumentos mitigadores do risco de crédito está declarada na política de crédito, presente nas decisões estratégicas e formalizada nas normas de crédito, atingindo todos os níveis da organização e abrangendo todas as etapas do gerenciamento do risco de crédito.

Na realização de qualquer negócio sujeito ao risco de crédito, o Banco adota, como regra geral, a vinculação de mecanismo que proporcione cobertura total ou parcial do risco incorrido. No gerenciamento do risco de crédito em nível agregado, para manter as exposições dentro dos níveis de risco estabelecidos pela Alta Administração, o Banco tem a prerrogativa de transferir ou compartilhar o risco de crédito.

As normas de crédito orientam as unidades operacionais de forma clara e abrangente, abordando, entre outros aspectos, a classificação, exigência, escolha, avaliação, formalização, controle e reforço de garantias, assegurando a adequação e suficiência do mitigador durante todo o ciclo da operação.

Sistemas de mensuração

A quantidade e a natureza das operações, a diversidade e a complexidade dos produtos e serviços e o volume exposto ao risco de crédito exigem que a mensuração do risco de crédito no Banco seja realizada de forma sistematizada. O Banco possui infraestrutura de bases de dados e de sistemas corporativos para efetuar a mensuração do risco de crédito de forma abrangente, avaliando, de forma prospectiva, o comportamento do portfólio sujeito ao risco de crédito considerado em diversos cenários, corporativamente definidos, inclusive estresse.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

No Banco as estimativas de perdas esperadas (PE), associadas ao risco de crédito, consideram o ambiente macroeconômico, a probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático e a recuperação do crédito, incluindo concessões de vantagens, custos de execução e prazos. O processo de avaliação da carteira envolve diversas estimativas estatísticas e julgamentais, com a observância de fatores que evidenciem uma alteração do perfil de risco do cliente, do instrumento de crédito e da qualidade das garantias que resultem em redução da estimativa de recebimento dos fluxos de caixa futuros.

O modelo adotado para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros é baseado no conceito de perdas esperadas, assim, todas as operações possuem perda esperada desde a sua origem, sendo acompanhadas à medida que a situação de risco de crédito se altera.

Deterioração do crédito

A perda esperada busca identificar as perdas que acontecerão nos próximos 12 meses ou que ocorrerão durante a vida da operação, considerando a visão prospectiva. Os instrumentos financeiros são avaliados em 3 estágios e sujeitos a análises quantitativas e qualitativas.

O estágio de enquadramento dos ativos é revisto sistematicamente e considera os processos de sensoriamento de risco do Banco, a fim de capturar mudanças nas características dos instrumentos e nas suas garantias que venham impactar a capacidade financeira do cliente.

A migração dos ativos financeiros entre estágios é sensibilizada após análises que resultem em agravamento ou atenuação do risco de crédito. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, podem sofrer alterações ao longo do tempo, gerando futuros reforços ou reversões de perdas.

Outras informações sobre a metodologia de cálculo, premissas e valores quantitativos registrados a título de perda esperada associadas ao risco de crédito, podem ser obtidos nas Notas 3, 4, 9, 10, 12 e 13.

Cenários econômicos

A estimativa de perda esperada busca identificar a expectativa das perdas em crédito, ao longo de um dado horizonte de tempo, que influenciam o valor dos seus ativos, numa visão prospectiva, para que a instituição constitua provisões para fazer frente a essas perdas. No cálculo das provisões de crédito para instrumentos financeiros, de acordo com a perda esperada, o Banco relaciona variáveis de risco sistêmico (variáveis macroeconômicas). Essas variáveis são monitoradas e atualizadas, de modo que a provisão reflita adequadamente o risco de crédito vigente, garantindo maior aderência à realidade econômica e à qualidade da carteira.

Exposição máxima ao risco de crédito

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Ativos financeiros ao custo amortizado	1.678.089.058	1.722.828.729
Aplicações interfinanceiras de liquidez	351.092.564	354.960.750
Títulos e valores mobiliários	70.618.568	81.639.749
Carteira de crédito	1.192.043.051	1.214.344.880
Outros ativos financeiros	64.334.875	71.883.350
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	13.921.530	17.150.873
Instrumentos de dívida e patrimônio	4.256.110	7.478.921
Derivativos	9.665.420	9.671.952
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	546.970.348	573.029.963
Garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito e créditos a liberar	248.302.390	251.262.372



Itens não registrados no balanço patrimonial

As operações não registradas no balanço patrimonial seguem os mesmos critérios de classificação de risco para operações de crédito típicas, impactam o limite de crédito dos clientes e se referem aos limites de crédito, ao crédito a liberar e às garantias prestadas.

Os limites de crédito são limites disponibilizados aos clientes, tais como cartão de crédito e cheque especial. Créditos a liberar são os desembolsos futuros relativos às operações de crédito contratadas, independentemente de serem ou não condicionados ao cumprimento pelo devedor de condições pré-especificadas.

As garantias prestadas são operações de aval ou fiança bancária, ou outra forma de garantia fidejussória, normalmente contratadas com clientes classificados como de baixo risco, cujo desembolso só é efetivado na ocorrência de eventual inadimplência do cliente junto ao seu credor, convertendo-se a exposição em operação de crédito.

Ativos recebidos em garantia

Tipo de Operações	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/09/2025		30/09/2025	
	Valor dos Ativos	Valor Justo das Garantias	Valor dos Ativos	Valor Justo das Garantias
Contratadas com garantias	691.361.698	647.221.444	691.361.698	647.221.444
Produtor rural	358.763.534	328.842.254	358.763.534	328.842.254
Pessoa física	54.139.819	53.495.234	54.139.819	53.495.234
Financiamento de veículos	2.650.299	2.555.712	2.650.299	2.555.712
Financiamento imobiliário	45.357.505	45.126.124	45.357.505	45.126.124
Demais	6.132.015	5.813.398	6.132.015	5.813.398
Pessoa jurídica	278.458.345	264.883.956	278.458.345	264.883.956
Atacado	87.702.005	86.545.012	87.702.005	86.545.012
Varejo/MPE	190.756.340	178.338.944	190.756.340	178.338.944
Contratadas sem garantias	188.429.216	--	188.429.216	--
Contratadas com outros mitigadores	312.252.137	--	334.553.966	--
Total	1.192.043.051		1.214.344.880	

As garantias vinculadas à carteira de crédito são apresentadas abaixo:

- (i) imóveis rurais (terrenos e edificações);
- (ii) imóveis urbanos – imóveis localizados em área urbana (casas, apartamentos, armazéns, galpões, edifícios comerciais ou industriais, lotes urbanos, lojas etc.);
- (iii) lavouras – colheita pendente dos produtos financiados (colheita de abacate, colheita de arroz, colheita de feijão etc.); quando se trata de produto perecível (hortaliças, frutas, flores etc.) são exigidas garantias complementares;
- (iv) móveis – bens que possam ser facilmente movidos ou removidos, e, caso fixados no solo, possam ser removidos sem qualquer dano à sua integridade material ou ao imóvel onde estão instalados (máquinas, equipamentos, veículos etc.);
- (v) recursos internalizados no Banco do Brasil – aplicações financeiras existentes no Banco (poupança, Certificado de Depósito Bancário - CDB, fundos de renda fixa etc.);
- (vi) pessoais – garantias fidejussórias (aval ou fiança, inclusive de fundos de aval a exemplo do Fundo de Garantia de Operações – FGO, Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas – Fampe, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger etc.);
- (vii) produtos agropecuário-extrativos – produto agropecuário-extrativo, tais como: abacaxi, açaí, arroz, café, cacau, uva etc.;
- (viii) produtos industrializados – matéria-prima, mercadorias ou produtos industrializados (bobinas de aço, calçados, chapa de aço inox etc.);
- (ix) recebíveis – recebíveis representados por cartão de crédito, cobrança ou cheque custodiado;
- (x) semoventes – animais de rebanho (bovinos, suínos, ovinos, caprinos, equinos etc.);



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- (xi) títulos e direitos – títulos de crédito ou direitos em garantia (Cédulas de Crédito Comercial – CCC, Cédulas de Crédito Industrial – CCI, Cédulas de Crédito à Exportação – CCE, Cédulas do Produtor Rural – CPR, cédulas rurais, recursos internalizados no Banco, recebíveis e outros documentos de crédito representativos de direitos creditórios decorrentes de serviços já prestados ou mercadorias entregues); e
- (xii) seguros de crédito – Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE, Seguradora de Crédito do Brasil – Secreb etc.

Nas operações de crédito, é dada preferência às garantias que ofereçam alta liquidez à operação.

O valor justo das garantias corresponde ao valor efetivamente considerado para efeito de cobertura do saldo devedor da operação, após aplicação de determinado percentual de adiantamento sobre o valor do referido bem ou direito, conforme tabela a seguir:

Percentual de adiantamento de cobertura dos ativos recebidos em garantia

Ativo	% de cobertura
Direitos creditórios	
Recibo de depósito bancário	100%
Certificado de depósito bancário ¹	100%
Poupança	100%
Fundo de investimento de renda fixa	100%
Pledge Agreement – cash collateral ²	100%
Carta de crédito standby	100%
Outros direitos creditórios	80%
Fundos de aval	
Fundo de aval para geração de emprego e renda	100%
Fundo de aval às micro e pequenas empresas	100%
Fundo de garantia de operações	100%
Fundo garantidor para investimento	100%
Outros	100%
Fiança ou aval ³	100%
Seguro de crédito	100%
Pledge agreement – securities ⁴	77%
Fundos offshore – BB Fund ⁵	77%
Semoventes bovinos ⁶	70%
Pledge agreement – cash collateral ⁷	70%
Demais garantias ⁸	50%

1 - Exceto os que possuam contrato de swap.

2 - Mesma moeda da operação.

3 - Prestado por estabelecimento bancário que possua limite de crédito no Banco, com margem suficiente para amparar a coobrigação.

4 - Contrato de caução/cessão de recursos de clientes em títulos e papéis.

5 - Exclusivo ou varejo.

6 - Exceto em operações de Cédula do Produtor Rural (CPR).

7 - Celebrado em moeda diversa à das operações a serem amparadas e que não disponha de mecanismo de hedge cambial.

8 - Em função de determinadas características, imóveis, veículos, máquinas e equipamentos podem ser recebidos com percentuais de garantia mais elevados.

As garantias de direitos creditórios representadas por aplicações financeiras devem ser internalizadas no Banco e são bloqueadas pela Instituição, permanecendo assim até a liquidação da operação. O Banco poderá, por ocasião do vencimento da aplicação financeira, lançar mão da garantia para quitação dos saldos referentes às parcelas vencidas, independentemente de aviso ou notificação ao cedente/financiado.

Além de cláusulas de cessão de crédito ou cessão dos direitos creditórios, para vinculação dos mitigadores, o instrumento de crédito contém cláusula de reforço da garantia, para assegurar o percentual de cobertura pactuado na contratação da operação, durante todo o prazo da operação.

Concentração

As estratégias de gerenciamento do risco de crédito orientam as ações em nível operacional. As decisões estratégicas compreendem, entre outros aspectos, a materialização do apetite e tolerância ao risco do Banco do Brasil e o estabelecimento de limites de risco e de concentração. São considerados também os limites de concentração impostos pelo Banco Central do Brasil.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O Banco possui sistemática de gerenciamento do risco de concentração da carteira de crédito. Além do acompanhamento dos indicadores de níveis de concentração de diferentes segmentos da carteira, apurados com base no Índice de Herfindahl-Hirshman, é avaliado o impacto da concentração na alocação de capital para o risco de crédito.

Exposições por região geográfica

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Mercado interno	1.151.745.466	1.151.585.998
Sudeste	465.188.283	465.123.874
Sul	192.639.330	192.612.658
Centro-Oeste	230.283.453	230.251.569
Nordeste	179.472.682	179.447.833
Norte	84.161.718	84.150.064
Mercado externo	40.297.585	62.758.882
Total	1.192.043.051	1.214.344.880

As informações relativas às exposições por atividade econômica foram incluídas na Nota 12 – Carteira de crédito.

d) Risco operacional

É definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco.

Com o objetivo de melhorar a eficiência na gestão dos riscos não financeiros, o risco operacional é composto pelas seguintes categorias gerenciais: risco de terceiros, risco legal, risco de conformidade, risco de segurança, risco de modelo, risco de conduta, risco cibernético e risco de TI. Esta composição permite a convergência de instrumentos de gestão como taxonomia e base de perdas, entre outros.

As categorias regulatórias do risco operacional (práticas inadequadas, práticas trabalhistas, fraudes e roubos externos, falhas de processos, interrupção das atividades, danos a ativos e pessoas, fraudes e roubos internos, falhas de sistemas e tecnologia) são constantemente acompanhados, monitorados e seus resultados reportados à Alta Administração do Banco.

Política Específica de Gerenciamento de Riscos e Capital

O Banco define a política específica de gerenciamento de riscos e de capital, abrangendo direcionadores aplicáveis ao Risco Operacional, com objetivo de estabelecer as diretrizes relacionadas ao gerenciamento contínuo e integrado de riscos e de capital e de divulgação das informações sobre esses temas para o Conglomerado Prudencial, resguardadas aquelas de natureza confidencial e proprietária. A definição da referida política observa a legislação e regulamentações aplicáveis e está baseada em melhores práticas de governança.

Em aderência aos requisitos da Resolução CMN n.º 4.557/2017 a política permeia as atividades relacionadas ao gerenciamento do risco operacional, com objetivo de identificar, mensurar, avaliar, mitigar, controlar, monitorar, reportar e aprimorar o risco associado ao Conglomerado Prudencial e a cada instituição individualmente, bem como identificar e acompanhar os riscos associados às demais entidades controladas por seus integrantes ou das quais estes participem.

Ferramentas de Gestão e Monitoramento

O gerenciamento do risco operacional do Banco busca manter abordagem estruturada para o funcionamento de todas as atividades necessárias para que o risco se mantenha em níveis adequados à rentabilidade esperada dos negócios. Isso requer que os processos sejam revisados e atualizados regularmente, o que significa aprimorar continuamente a gestão.

Em relação às ferramentas de gestão do risco operacional, destaca-se a ferramenta SIM - Solução Imediata de Reclamações que tem agilizado a solução das reclamações de clientes, uma vez que o procedimento de análise e contestação é realizado em ambiente único, com emissão automatizada de Termo de Compromisso preenchido, e crédito efetivado na conta do cliente imediatamente após o despacho para determinados valores.



Ademais, o acompanhamento sistemático dos eventos de perda operacional é realizado por intermédio da análise das informações constantes do Painel de Riscos, dentre elas o acompanhamento do limite global e decisões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital – CEGRC. A partir do monitoramento do limite estabelecidos, os gestores responsáveis pelo processo, produto ou serviço poderão ser acionados para esclarecer os motivos das perdas e propor ações de mitigação dos riscos.

O monitoramento das perdas operacionais, para produção dos devidos reportes, ocorre por intermédio da ferramenta Painel de Perdas Operacionais, o qual é acompanhado também pelas áreas gestoras de processos, sistemas, produtos ou serviços, com apuração mensal dos valores das perdas de acordo com o limite global de perdas operacionais.

e) Gerenciamento de capital

Objetivos e políticas:

A Resolução CMN nº 4.557/2017, define o escopo e os requisitos da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

Em cumprimento à Resolução, o Conselho de Administração (CA) do Banco instituiu o Comitê de Riscos e de Capital (Coris) e definiu o Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos como o Chief Risk Officer (CRO), sendo responsável pelo gerenciamento de riscos e de capital.

A gestão de capital visa assegurar a solvência futura da Instituição concomitante à implementação das estratégias de negócios.

O gerenciamento de capital é realizado por meio de estrutura organizacional adequada à natureza das operações, à complexidade dos negócios e à dimensão da exposição aos riscos relevantes.

São definidas e documentadas estratégias para o gerenciamento de capital que estabelecem mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com a Declaração de Appetite e Tolerância a Riscos (RAS).

Além disso, o Banco conta com políticas específicas, aprovadas pelo CA, que visam orientar o desenvolvimento de funções ou comportamentos, por meio de direcionadores estratégicos que norteiam as ações de gerenciamento de capital. Essas políticas específicas aplicam-se a todos os negócios que envolvam riscos e capital no Banco.

Elementos compreendidos pela gestão do capital:

Os planos estratégicos, as metas negociais e os orçamentos respeitam o apetite e tolerância a riscos e os indicadores de adequação de capital e de retorno ajustado a risco.

O Plano de Capital é elaborado de forma consistente com a estratégia negocial, buscando manter os indicadores de capital em níveis adequados. Esse Plano evidencia o planejamento de capital do Banco do Brasil e a avaliação prospectiva de eventual necessidade de aporte de capital.

A elaboração do Plano de Capital é referenciada nos direcionadores e limites constantes da Declaração de Appetite e Tolerância a Riscos (RAS) e do Orçamento do Conglomerado Banco do Brasil (Orçamento BB), considerando que este representa a materialização das diretrizes da ECBB, do Plano Diretor (PD) e do Plano de Investimentos Fixos.

Os valores orçados devem corresponder às metas e objetivos definidos pela Alta Administração para o Conglomerado Banco do Brasil. Desta forma, premissas como o crescimento dos negócios, o crescimento do crédito em operações de maior rentabilidade, as restrições da atuação em segmentos de menor rentabilidade, entre outros, estão contidas no Orçamento BB.

Além disso, o Orçamento BB considera o cenário macroeconômico elaborado pela Unidade Tesouraria Global (Tesou) e a legislação aplicada ao Sistema Financeiro Nacional (SFN).

A revisão da ECBB e do PD resulta da aplicação de um conjunto de metodologias de planejamento estratégico, observadas as melhores práticas de mercado. Destaca-se que a revisão da ECBB e do PD ocorre de forma integrada ao processo orçamentário, à RAS e aos demais documentos da arquitetura estratégica, o que garante o alinhamento entre tais documentos, dando maior consistência interna ao processo de planejamento estratégico.

O Orçamento BB segue as diretrizes definidas na ECBB, respeita a RAS e visa atender aos pisos e tetos definidos nos indicadores aprovados no PD. O Orçamento BB possibilita a quantificação em valores financeiros dos objetivos estratégicos definidos na ECBB.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A RAS é o documento estratégico que orienta o planejamento da estratégia de negócios, direcionando orçamento e capital para uma alocação sustentável e otimizada, de acordo com a capacidade da Instituição de assunção a riscos e de seus objetivos estratégicos, além de promover o entendimento e disseminação da cultura de riscos.

Esta declaração é aplicada ao Banco e considera potenciais impactos no capital do Conglomerado Prudencial Banco do Brasil. Espera-se que as Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB) definam seus direcionadores a partir dessas orientações considerando necessidades específicas e aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

De acordo com o definido na RAS, o apetite a riscos é o nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos, materializado por indicadores que definam uma visão agregada da exposição a riscos. A tolerância, por sua vez, induz a gestão de riscos de forma mais granular, considerando o apetite definido.

A RAS define limites mínimos prudenciais que têm o objetivo de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Esses limites são estabelecidos acima do mínimo regulatório, representam o apetite a riscos do Banco e tem vigência a partir de janeiro de cada ano.

A meta de capital é o nível de capital desejado pelo Banco, por isso suas ações de gestão devem nortear-se por esse direcionador. As metas distinguem-se da tolerância e do apetite a riscos pelo fato de este último definir o nível a partir do qual a Instituição não aceita operar, devendo tomar medidas tempestivas para readequação, podendo acionar as medidas de contingência.

Integração:

Adotando postura prospectiva, o Banco avalia o estado de capital, incluindo a razão de alavancagem, classificado em Crítico, Alerta ou de Vigilância, em função do horizonte temporal que antecede ao prazo projetado para início do descumprimento dos limites mínimos prudenciais definidos pela Alta Administração e detalhados na RAS, conforme figura a seguir:

Indicadores de Capital e de Alavancagem		Quando as projeções indicarem prazo de descumprimento dos limites (em meses)					
		0 a 6	7 a 12	13 a 18	19 a 24	25 a 30	acima de 31
Apetite ¹	ICP Prudencial	CRÍTICO			ALERTA		VIGILÂNCIA
	ICN1 Prudencial	CRÍTICO		ALERTA		VIGILÂNCIA	
	IB Prudencial	CRÍTICO	ALERTA		VIGILÂNCIA		
	RA Prudencial	CRÍTICO		ALERTA		VIGILÂNCIA	

¹ nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos

A identificação dos estados de capital e alavancagem do Banco é de responsabilidade do Fórum de Capital e ocorre por meio do controle do Índice de Capital Principal (ICP), do Índice de Capital Nível I (ICN I), do Índice de Basileia Prudencial (IBP) e da Razão de Alavancagem (RA) projetados para o horizonte temporal de, no mínimo, 36 meses. Quando as projeções indicarem potencial descumprimento dos limites mínimos prudenciais (Apetite a Riscos), a Instituição terá tempo suficiente para promover alterações estratégicas que evitem a extrapolação, de acordo com os prazos definidos para cada indicador.

A avaliação da suficiência do capital mantido pelo Banco contempla horizonte temporal de 3 anos e considera (i) os tipos de riscos e respectivos níveis a que a Instituição está exposta e disposta a assumir; (ii) a capacidade de a Instituição gerenciar riscos de forma efetiva e prudente; (iii) os objetivos estratégicos da Instituição; e (iv) as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que atua.

Em observância ao disposto na Circular Bacen nº 3.846/2017, essa análise também faz parte do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) e deve abranger, no mínimo:

- a avaliação e a mensuração da necessidade de capital para cobertura dos riscos de crédito (inclui o risco de concentração e de crédito da contraparte), de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e operacional;
- a avaliação da necessidade de capital para cobertura dos demais riscos relevantes a que a Instituição está exposta, considerando, no mínimo, os riscos de estratégia, de reputação, social, ambiental e climático;
- a avaliação da necessidade de capital em função dos resultados do programa de testes de estresse; e
- a descrição das metodologias e premissas utilizadas na avaliação e mensuração da necessidade de capital.



O Icaap, implementado no Banco do Brasil em 30/06/2013, segue o disposto na Resolução CMN nº 4.557/2017. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do Icaap foi atribuída à Diretoria Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos é a responsável institucional pela validação do Icaap. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

Processos:

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital. Subsidia a Alta Administração na tomada de decisões que levam a Instituição a adotar postura capaz de absorver eventuais perdas decorrentes dos riscos nos negócios ou de alterações no ambiente financeiro.

São realizadas simulações de capital, integrando os resultados dos testes de estresse de riscos e de negócios, baseados em cenários macroeconômicos e/ou idiossincráticos. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital.

É realizado acompanhamento mensal das variáveis utilizadas na elaboração do Plano de Capital decorrente da revisão do comportamento projetado na elaboração do Orçamento BB, com base nos números observados, nas expectativas de mercado e na dinâmica dos negócios. Os desvios relevantes são apresentados e discutidos, pelas diretorias participantes do processo, nas reuniões mensais do Fórum de Capital.

Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

A adoção de postura prospectiva, mediante a realização de avaliações contínuas da necessidade de capital, viabiliza a identificação, de forma proativa, de eventos com probabilidade não nula de ocorrência ou de mudanças nas condições do mercado que possam exercer efeito adverso sobre a adequação de capital, inclusive em cenários de estresse.

f) Índice de Basileia

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O conjunto normativo referente às recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras é conhecido por Basileia III.

O capital regulamentar é dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido dos ajustes prudenciais) e Capital Complementar.

Para a apuração da exigência de manutenção de capital, são exigidos requerimentos mínimos de PR, de Nível I, de Capital Principal e de Adicional de Capital Principal (ACP).

Seguem os ajustes prudenciais considerados na apuração do Capital Principal:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- investimentos significativos (superiores a 10% do capital social) em: entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas; sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar; e instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que não componham o Conglomerado Prudencial;
- participação de não controladores;
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido;
- valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN nº 4.277/2013.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Em 28/08/2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida no valor atual de R\$ 4.100.000 mil (R\$ 5.100.000 mil até junho/2025), foi autorizado pelo Banco Central do Brasil a integrar o Capital Principal, na condição de elemento patrimonial, conforme descrito na Nota Explicativa 23.c.

A Resolução CMN nº 5.199/2024 alterou a Resolução CMN nº 4.955/2021 e incluiu no cálculo do Capital Principal o valor absoluto do ajuste negativo registrado no patrimônio líquido, decorrente da aplicação em 1º de janeiro de 2025, dos critérios de constituição de provisão para perdas esperadas previstos na Resolução CMN nº 4.966/2021, observados os percentuais abaixo:

- 75%, até 31 de dezembro de 2025;
- 50%, até 31 de dezembro de 2026;
- 25%, até 31 de dezembro de 2027; e
- 0%, a partir de 1º de janeiro de 2028.

De acordo com as Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, a apuração do PR e do montante do RWA deve ser elaborada em bases consolidadas do Conglomerado Prudencial.

	30/09/2025
PR - Patrimônio de Referência	195.705.437
Nível I	183.970.678
Capital Principal (CP)	147.477.069
Patrimônio líquido	178.572.756
Instrumento elegível a Capital Principal	4.100.000
Ajuste decorrente da aplicação da Resolução CMN 5.199/2024	8.018.074
Ajustes Prudenciais	(43.213.761)
Capital Complementar	36.493.609
Letra financeira subordinada perpétua (Nota 19.c)	27.512.100
Bônus perpétuos (Nota 19.c)	8.981.509
Nível II	11.734.759
Dívidas subordinadas elegíveis a capital (normas anteriores à Basileia III) - Recursos captados do FCO (Nota 19.c) ¹	11.734.759
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.321.763.457
Risco de Crédito (RWACPAD)	1.060.782.244
Risco de Mercado (RWAMPAD)	40.699.206
Risco Operacional (RWAOPAD)	220.282.007
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) ²	105.741.077
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR-PRMR) ³	89.964.360
Índice de Capital Nível I (Nível I/RWA) ³	13,92%
Índice de Capital Principal (CP/RWA) ³	11,16%
Índice de Basileia (PR/RWA) ³	14,81%

¹ - Em cumprimento ao disposto no artigo 31 da Resolução CMN nº 4.955/2021, em 2025, os saldos do FCO correspondem à aplicação do limitador de 40% (50% em 2024) ao montante computado no Nível II em 30/06/2018.

² - Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.958/2021, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a 8%.

³ - Valores oriundos do DLO (Demonstrativo de Limites Operacionais).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ajustes prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	30/09/2025
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados	(13.987.244)
Ativos intangíveis	(11.804.672)
Investimentos significativos e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 15%)	(10.589.151)
Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 10%)	(3.356.739)
Investimentos significativos (excesso dos 10%) ¹	(2.130.600)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido	(857.506)
Participação de não controladores ²	(428.916)
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	(54.012)
Valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN n.º 4.277/2013	(4.921)
Total	(43.213.761)

¹ - Refere-se, principalmente, a investimentos significativos em assembléias a instituições financeiras e em instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, não consolidadas, em sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.

² - A dedução da participação dos acionistas não controladores corresponde à aplicação do §1º, artigo 10 da Resolução CMN n.º 4.955/2021.

g) Limite de imobilização e margem

	30/09/2025
Situação do limite de imobilização	17,91%
Margem em relação ao limite de imobilização	62.809.158

Conforme definido pelo Bacen, a situação do limite de imobilização indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência com o ativo permanente ajustado. O limite é de 50%, conforme determina a Resolução CMN n.º 4.957/2021.

A margem se refere à diferença entre o limite de 50% do Patrimônio de Referência e o total de imobilizações.

h) Indicadores regulatórios versus indicadores observados

A exigência mínima regulatória, conforme determinado pela Resolução CMN n.º 4.958/2021, para os indicadores de capital, bem como os valores observados no Banco, constam no quadro a seguir:

	Regulatório	30/09/2025
Índice de Capital Principal (ICP) ¹	8,00%	11,16%
Índice de Capital Nível 1 (ICN1) ¹	9,50%	13,92%
Índice de Basileia (IB) ¹	11,50%	14,81%
Situação do limite de imobilização	Até 50%	17,91%

¹ - Inclui os adicionais de capital principal de conservação, contracíclico e sistêmico

Em 30/09/2025, observa-se o cumprimento dos indicadores regulatórios. O Banco, por meio das estratégias de gerenciamento de capital já elencadas, visa superar os indicadores mínimos regulatórios, mantendo-os em patamares capazes de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Dessa forma, o Banco define os limites mínimos prudenciais de indicadores de capital e a meta de capital principal a serem atingidos em cada período.

i) Instrumentos elegíveis a capital

Os instrumentos elegíveis a capital estão descritos nas Notas Explicativas 19.c e 23.c.

Para as letras financeiras subordinadas vigentes até a presente data, existem as seguintes possibilidades, conforme definido em suas emissões:

- 1) na modalidade perpétua, há opção de recompra ou resgate, atentando para os seguintes requisitos:
 - a. intervalo mínimo de cinco anos entre a data da emissão e a primeira data de exercício de opção de recompra ou resgate;
 - b. o exercício de opção de recompra ou resgate está condicionado, na data do exercício, à autorização do Banco Central do Brasil;



- c. inexistência de características que acarretem a expectativa de que a opção de recompra ou resgate será exercida, constituindo-se faculdade da Emitente; e
- d. o intervalo entre as datas de exercício das opções deve ser de, no mínimo, 180 dias.

Para os títulos emitidos no exterior não há, até o momento, possibilidade de o detentor do título solicitar a recompra ou o resgate, total ou parcial. Os fluxos de caixa esperados ocorrerão quando do pagamento de cupom ou no exercício da opção de recompra pelo Banco, conforme aplicável.

O Instrumento elegível ao Capital Principal não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Os fluxos de caixa esperados ocorrem apenas pelo pagamento dos juros remuneratórios anuais ou na eventual devolução do principal.

Conforme Comunicados ao Mercado, de 08 de abril de 2021 e de 16 de dezembro de 2021, o cronograma para devolução do referido instrumento estabeleceu sete parcelas anuais de R\$ 1 bilhão e uma parcela final de R\$ 1,1 bilhão, entre julho/2022 e julho/2029. Dessa forma, em cumprimento ao cronograma e com base em autorização do Bacen e despacho do Ministério da Fazenda, o Banco procedeu a devolução da quarta parcela de R\$ 1 bilhão à União, em julho/2025, remanescendo o saldo de R\$ 4,1 bilhões.

Em relação à dinâmica do FCO, os fluxos mensais contemplam, de um lado, as entradas/origens, como os repasses do Tesouro Nacional decorrentes da arrecadação de impostos (efetuados a cada decêndio do mês), retornos originários de pagamentos de operações de crédito e remuneração sobre os recursos disponíveis e, de outro lado, as saídas, como os ressarcimentos de bônus de adimplência/rebate, as despesas de auditoria, de del credere e de provisão. A utilização dos recursos do FCO como instrumento elegível a capital obedece aos limites estabelecidos no art. 31 da Resolução CMN nº 4.955/2021.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

31 – Transferência de ativos financeiros

No curso de suas atividades, o Banco efetua transações que resultam na transferência de ativos financeiros, representados principalmente por instrumentos de dívida, instrumentos de patrimônio e operações de crédito. Ao aplicar a prática contábil para a transferência de ativos financeiros, o Banco avalia o nível de envolvimento contínuo com os ativos transferidos para determinar se continua o seu reconhecimento na totalidade, na extensão da continuidade do seu envolvimento ou se realiza a baixa do ativo financeiro transferido.

As transações de transferências de ativos financeiros realizadas pelo Banco são representadas principalmente pela venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra e pela cessão de carteiras de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios, cujos passivos associados estão registrados em Recursos de instituições financeiras.

Ativos financeiros transferidos e ainda reconhecidos no balanço patrimonial e seus respectivos passivos associados

	30/09/2025	
	Ativos financeiros transferidos	Passivos associados
Ativos financeiros vinculados ao compromisso de recompra		
Ativos financeiros ao custo amortizado – Títulos e valores mobiliários ¹	22.782.282	22.233.659
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	369.186.549	358.838.169
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	3.610	2.862
Total	391.972.441	381.074.690

1 – Inclui o saldo de R\$ 19.707.082 referente a títulos com característica de concessão de crédito.

Ativos financeiros transferidos e ainda reconhecidos no balanço patrimonial cujos passivos associados são recursos apenas para os ativos transferidos

	30/09/2025	
	Valor contábil	Valor Justo
Operações de crédito cedidas com coobrigação ¹		
Ativos financeiros transferidos	93.445	93.445
Passivos financeiros associados	93.580	93.580
Posição líquida	(135)	(135)

1 – Os ativos financeiros transferidos e os passivos financeiros associados às operações de crédito cedidas com coobrigação são reconhecidos no balanço patrimonial consolidado nos grupamentos “Carteira de crédito” e “Recursos de instituições financeiras”, respectivamente.

Venda com compromisso de recompra

Vendas com compromisso de recompra são transações nas quais o Banco vende um título, em sua maioria de emissão pública, e simultaneamente se compromete a comprar esse mesmo título com preço fixo, em data futura. O Banco continua reconhecendo o título em sua totalidade no balanço patrimonial porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer mudança de valor de mercado e os rendimentos que o título oferece são de inteira responsabilidade do Banco.

A contrapartida recebida em caixa é reconhecida como um ativo financeiro e um passivo financeiro é reconhecido como uma obrigação a pagar pelo preço de recompra. Como o Banco vende os direitos contratuais dos fluxos de caixa dos títulos, ele não tem a possibilidade de utilizar os ativos transferidos durante a vigência do acordo.

Cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios

O Banco transfere o direito de receber o fluxo financeiro futuro dos ativos financeiros classificados como operações de crédito, ao cessionário, mediante recebimento de uma quantia em caixa, calculada na data da transferência. Contudo, o Banco continua reconhecendo em seu balanço patrimonial os saldos dos ativos financeiros em rubricas destacadas, porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer situação de inadimplência ocorrida nos recebíveis transferidos é de inteira responsabilidade do Banco.

A contrapartida recebida em caixa é reconhecida como um ativo financeiro e um passivo financeiro é reconhecido como Recursos de instituições financeiras. Como o Banco vende os direitos contratuais dos fluxos de caixa dos empréstimos, ele não tem a possibilidade de utilizar os ativos transferidos durante a vigência do acordo.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

32 – Resultado recorrente e não recorrente

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

	01/01 a 30/09/2025
Resultado recorrente	12.907.623
Resultado não recorrente	(71.968)
Adesão ao Programa de Transação Tributária (PTI) ¹	(1.192.474)
Efeito tributário e de PLR sobre os itens não recorrentes ²	1.120.506

1 - Refere-se ao edital de transação por adesão no contencioso tributário de relevante e disseminada controvérsia jurídica nº 27/2024, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), o qual prevê a elegibilidade à transação por adesão, dentre outras matérias, dos débitos em contencioso administrativo ou judicial relativos a incidência de contribuições previdenciárias sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados (PLR). Dentre as condições de pagamento dos débitos eleitos para adesão à transação tributária, o edital estabelece a aplicação do desconto de 65% sobre o valor total do débito ou da inscrição elegível à transação.

2 - O referido edital prevê que os descontos concedidos não serão computados na apuração da base de cálculo do imposto sobre a renda (IR) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

33 – Ativos e passivos circulantes e não circulantes

30/09/2025	Banco Múltiplo			Consolidado		
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total	Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Ativo						
Disponibilidades	21.781.400	--	21.781.400	23.732.657	--	23.732.657
Ativos financeiros	1.000.921.987	1.376.606.116	2.377.528.103	1.029.008.029	1.404.728.445	2.433.736.474
Depósitos no Banco Central do Brasil	120.538.285	--	120.538.285	120.538.285	--	120.538.285
Aplicações interfinanceiras de liquidez	348.453.235	2.639.329	351.092.564	351.906.937	3.053.813	354.960.750
Títulos e valores mobiliários	44.415.623	595.438.285	639.853.908	55.493.388	606.843.869	662.337.257
Instrumentos financeiros derivativos	7.974.328	1.691.092	9.665.420	7.980.860	1.691.092	9.671.952
Carteira de crédito	453.572.147	738.470.904	1.192.043.051	465.528.060	748.816.820	1.214.344.880
Outros ativos financeiros	25.968.369	38.366.506	64.334.875	27.560.499	44.322.851	71.883.350
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(40.700.586)	(58.742.589)	(99.443.175)	(41.480.899)	(59.404.155)	(100.885.054)
Carteira de crédito	(36.073.733)	(58.732.446)	(94.806.179)	(36.590.200)	(58.856.511)	(95.446.711)
Demais ativos financeiros	(4.626.853)	(10.143)	(4.636.996)	(4.890.699)	(547.644)	(5.438.343)
Ativos fiscais	47.830.356	44.942.953	92.773.309	50.554.817	46.868.151	97.422.968
Correntes	11.199.256	--	11.199.256	13.109.094	247.246	13.356.340
Diferidos (créditos tributários)	36.631.100	44.942.953	81.574.053	37.445.723	46.620.905	84.066.628
Investimentos	--	44.945.666	44.945.666	--	19.911.482	19.911.482
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	--	44.838.484	44.838.484	--	19.776.642	19.776.642
Outros investimentos	--	141.835	141.835	--	141.835	141.835
Perdas por redução ao valor recuperável	--	(34.653)	(34.653)	--	(6.995)	(6.995)
Imobilizado	--	14.771.236	14.771.236	--	15.279.167	15.279.167
Imobilizações de uso	--	27.002.734	27.002.734	--	27.591.572	27.591.572
Direito de uso	--	2.557.662	2.557.662	--	2.845.446	2.845.446
Depreciação acumulada	--	(14.774.488)	(14.774.488)	--	(15.127.464)	(15.127.464)
Perdas por redução ao valor recuperável	--	(14.672)	(14.672)	--	(30.387)	(30.387)
Intangível	--	11.787.354	11.787.354	--	11.869.587	11.869.587
Ativos intangíveis	--	21.809.564	21.809.564	--	22.388.301	22.388.301
Amortização acumulada	--	(9.983.946)	(9.983.946)	--	(10.450.559)	(10.450.559)
Perdas por redução ao valor recuperável	--	(38.264)	(38.264)	--	(68.155)	(68.155)
Outros ativos não financeiros	9.369.924	25.804.127	35.174.051	11.546.461	26.104.296	37.650.757
Total do ativo	1.039.203.081	1.460.114.863	2.499.317.944	1.073.361.065	1.465.356.973	2.538.718.038
Passivo						
Passivos financeiros	1.619.801.620	609.291.523	2.229.093.143	1.637.472.361	606.185.916	2.243.658.277
Recursos de clientes	627.898.159	226.527.744	854.425.903	663.870.224	227.451.392	891.321.616
Recursos de instituições financeiras	763.472.671	56.015.883	819.488.554	743.921.491	51.328.612	795.250.103
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	98.311.998	264.940.381	363.252.379	99.327.858	268.560.577	367.888.435
Instrumentos financeiros derivativos	7.828.821	1.029.107	8.857.928	7.865.432	1.029.107	8.894.539
Outros passivos financeiros	122.289.971	60.778.408	183.068.379	122.487.356	57.816.228	180.303.584
Provisões	12.279.163	21.745.534	34.024.697	13.136.943	22.168.903	35.305.846
Cíveis, fiscais e trabalhistas	9.162.511	18.708.282	27.870.793	9.300.869	18.990.786	28.291.655
Outras provisões	3.116.652	3.037.252	6.153.904	3.836.074	3.178.117	7.014.191
Passivos fiscais	4.935.193	9.280.469	14.215.662	9.845.624	9.496.174	19.341.798
Correntes	2.225.811	--	2.225.811	6.809.838	6.727	6.816.565
Diferidos	2.709.382	9.280.469	11.989.851	3.035.786	9.489.447	12.525.233
Outros passivos não financeiros	21.619.500	22.222.556	43.842.056	25.909.652	27.915.643	53.825.295
Patrimônio líquido	--	178.142.386	178.142.386	--	186.586.822	186.586.822
Total do passivo e patrimônio líquido	1.658.635.476	840.682.468	2.499.317.944	1.686.364.580	852.353.458	2.538.718.038



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

34 – Outras informações

a) Administração de fundos de investimentos

Posição dos fundos de investimentos administrados pela BB Asset.

	Número de Fundos/Carteiras (em Unidades)	Saldo
	30/09/2025	30/09/2025
Patrimônio Administrado	1.254	1.785.250.469
Fundos de investimentos	1.248	1.768.533.624
Carteiras administradas	6	16.716.845

b) Informações de filiais, subsidiárias e controladas no exterior

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Ativo		
Grupo BB	75.905.667	75.172.446
Terceiros	112.873.988	163.461.090
TOTAL DO ATIVO	188.779.655	238.633.536
Passivo		
Grupo BB	42.971.485	41.439.904
Terceiros	134.581.236	177.206.608
Patrimônio líquido	11.226.934	19.987.024
Atribuível à controladora	11.226.934	19.047.565
Participação dos não controladores	--	939.459
Total do passivo	188.779.655	238.633.536

	Banco Múltiplo	Consolidado
	01/01 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Lucro líquido	1.629.324	3.719.528
Atribuível à controladora	1.629.324	3.380.496
Participações dos não controladores	--	339.032

c) Recursos de consórcios

	30/09/2025
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	1.169.588
Obrigações do grupo por contribuições	79.591.586
Consortiados - bens a contemplar	73.422.107
(Em Unidades)	
Quantidade de grupos administrados	429
Quantidade de consorciados ativos	1.750.555
Quantidade de bens a entregar a consorciados contemplados	253.613

	01/01 a 30/09/2025
Quantidade de bens (em unidades) entregues no período	202.644



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Cessão de empregados a órgãos externos

As cessões para o Governo Federal são regidas pela Lei nº 10.470/2002 e pelo Decreto nº 10.835/2021.

	01/01 a 30/09/2025	
	Quantidade de Empregados Cedidos ¹	Custo no Período
Com ônus para o Banco		
Entidades sindicais	221	43.172
Outros órgãos/entidades	8	4.802
Sem ônus para o Banco²		
Governos Federal, Estadual e Municipal	232	--
Órgãos externos (Cassi, Previ, Economus, Fusesc e PrevBep)	595	--
Entidades dos funcionários	71	--
Entidades controladas e coligadas	835	--
Total	1.962	47.974

1 - Posição no último dia do período.

2 - No período de 01/01 a 30/09/2025, o Banco foi ressarcido em R\$ 577.798 mil, referente aos custos com empregados cedidos sem ônus.

e) Remuneração de empregados, dirigentes e conselheiros

Remuneração mensal paga aos funcionários, à administração e aos conselheiros do Banco do Brasil (Em Reais):

	30/09/2025
Menor Salário	4.189,05
Maior Salário	70.090,20
Salário Médio	12.525,90
Valor médio dos benefícios oferecidos	3.072,59
Presidente	90.185,66
Vice-presidente	80.722,79
Diretor	68.414,22
Comitê de Auditoria - Titular	61.572,79
Comitê de Riscos e de Capital	61.572,79
Conselho Fiscal	7.846,67
Conselho de Administração	7.846,67

f) Política de seguros de valores e bens

Não obstante o reduzido grau de risco a que estão sujeitos seus ativos, o Banco do Brasil contrata, para seus valores e bens, seguros considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

Seguros vigentes em 30/09/2025

Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro imobiliário para as imobilizações próprias relevantes	901.339	7.007
Seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva ¹	63.720	204
Demais	72.460	129
Total	1.037.519	7.340

1 - Refere-se à cobertura individual dos membros da Diretoria Executiva.



35 – Eventos subsequentes

Não foram identificados eventos subsequentes no período.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte
ParkShopping - Zona Industrial (Guará)
Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 3362 3700
kpmg.com.br

Relatório de revisão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Conselho de Administração e aos Administradores do
Banco do Brasil S.A.
Brasília - DF

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco do Brasil S.A. ("Banco"), referentes ao período findo em 30 de setembro de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas incluindo as principais políticas contábeis.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase – Valores comparativos

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 3 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação nas demonstrações contábeis referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BACEN). Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

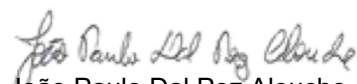
As demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco cuja apresentação não é requerida para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas demonstrações foram submetidas aos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações contábeis, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis consolidadas

Essas demonstrações contábeis consolidadas para o período findo em 30 de setembro de 2025, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966/2021, às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas preparadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – (IASB)*, e foram apresentadas separadamente pelo Banco do Brasil S.A, nesta data, e sobre as quais emitimos relatório de revisão, não contendo qualquer modificação, com data em 11 de novembro de 2025.

Brasília, 11 de novembro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-0



João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2



Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o artigo 27, § 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras do Banco do Brasil S.A. relativas ao período findo em 30 de setembro de 2025 e, baseados nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 10 de novembro de 2025.

Tarciana Paula Gomes Medeiros
Presidente

Ana Cristina Rosa Garcia
Vice-Presidência Corporativo

Felipe Guimarães Geissler Prince
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão
de Riscos

José Ricardo Sasseron
Vice-Presidência de Negócios Governo e
Sustentabilidade Empresarial

Marco Geovanne Tobias da Silva
Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações
com Investidores

Carla Nesi
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Francisco Augusto Lassalvia
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Gilson Alceu Bittencourt
Vice-Presidência de Agronegócios e
Agricultura Familiar

Marisa Reghini Ferreira Mattos
Vice-Presidência de Negócios Digitais e
Tecnologia



Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com o artigo 27, §1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que, baseados em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os trabalhos realizados, concordamos com as opiniões/conclusões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 10 de novembro de 2025.

Tarciana Paula Gomes Medeiros
Presidente

Ana Cristina Rosa Garcia
Vice-Presidência Corporativo

Felipe Guimarães Geissler Prince
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos

José Ricardo Sasseron
Vice-Presidência de Negócios Governo e Sustentabilidade Empresarial

Marco Geovanne Tobias da Silva
Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações com Investidores

Carla Nesi
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Francisco Augusto Lassalvia
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Gilson Alceu Bittencourt
Vice-Presidência de Agronegócios e Agricultura Familiar

Marisa Reghini Ferreira Mattos
Vice-Presidência de Negócios Digitais e Tecnologia



Membros da Administração

PRESIDENTE

Tarciana Paula Gomes Medeiros

VICE-PRESIDENTES

Ana Cristina Rosa Garcia
Carla Nesi
Felipe Guimarães Geissler Prince
Francisco Augusto Lassalvia
Gilson Alceu Bittencourt
José Ricardo Sasseron
Marco Geovanne Tobias da Silva
Marisa Reghini Ferreira Mattos

DIRETORES

Alan Carlos Guedes de Oliveira
Alberto Martinhago Vieira
Alexandre Bocchetti Nunes
Antonio Carlos Wagner Chiarello
Carlos Eduardo Guedes Pinto
Euler Antonio Luz Mathias
João Vagnes de Moura Silva
José Salvador Constantino Zarcos Filho
Julio César Vezzaro
Kamillo Tononi Oliveira Silva
Larissa da Silva Novais Vieira
Luciano Matarazzo Regno
Marcelo Henrique Gomes da Silva
Mariana Pires Dias
Neudson Peres de Freitas
Paula Sayão Carvalho Araujo
Pedro Bramont
Pedro Henrique Duarte Oliveira
Rafael Machado Giovanella
Rodrigo Costa Vasconcelos
Rodrigo Mulinari
Rosiane Barbosa Laviola
Thiago Affonso Borsari

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Anelize Lenzi Ruas de Almeida
Elisa Vieira Leonel
Fábio Franco Barbosa Fernandes
Fernando Florêncio Campos
Marcio Luiz de Albuquerque Oliveira
Selma Cristina Alves Siqueira
Tarciana Paula Gomes Medeiros
Valmir Pedro Rossi

CONSELHO FISCAL

Andriei José Beber
Bernard Appy
João Vicente Silva Machado
Renato da Motta Andrade Neto
Tatiana Rosito

COMITÊ DE AUDITORIA

Aramis Sá de Andrade
Egídio Otmar Ames
Marcelo Gasparino da Silva
Rachel de Oliveira Maia
Vera Lucia de Almeida Pereira Elias

CONTADORIA

Pedro Henrique Duarte Oliveira
Contador Geral
Contador CRC-DF 023407/O-3
CPF 955.476.143-00

Anelise da Cunha Camilo Mariano
Contadora CRC-DF 023877/O-0
CPF 017.576.901-07